

CDU enche Coliseu e apela ao esclarecimento

Afirmar a diferença

Carlos Carvalhas sublinhou a necessidade de uma «vasta e convincente acção de esclarecimento que afaste um conjunto de confusões e mistificações», apontando para a utilidade do voto na CDU.



OUTRA
POLÍTICA?

Só com
a CDU
mais
forte!



Págs. 5 a 7

PCP apresentou programa eleitoral

Objectivos para uma política de esquerda

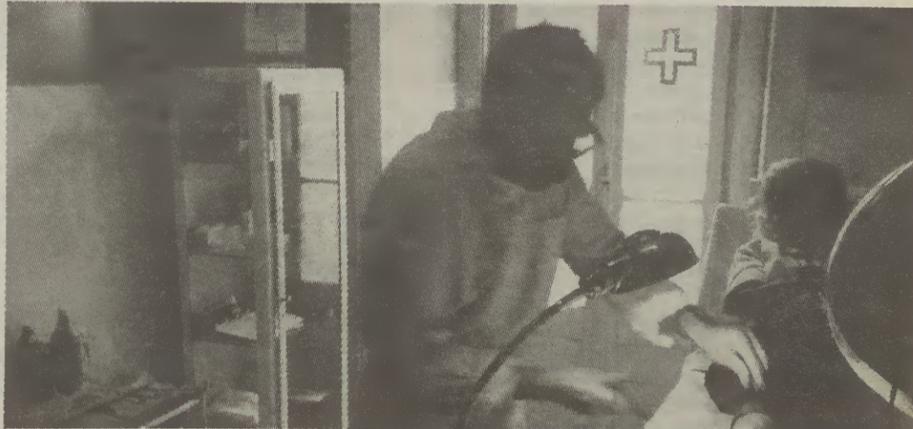
O PCP apresentou o seu Programa Eleitoral. Destacamos neste número os *Dez Objectivos para uma Política de Esquerda*, contidos nesse programa, e *14 medidas urgentes* de âmbito social.

Centrais

Grupo parlamentar comunista presta contas

Págs. 18 e 19

Bandeiras de luta por mais direitos e mais justiça social



Angola

Oportunidade para a paz

Com o desaparecimento de Jonas Savimbi, abtido num confronto com as forças armadas angolanas, abre-se agora uma oportunidade para a paz. A opinião é quase unânime.

Pág. 24

Entrevista

Solidariedade com a Palestina

António Filipe e Margarida Botelho, recém-chegados do Médio Oriente, falam do «Avante!» sobre a necessidade do reforço da solidariedade com o povo palestino.

Pág. 25

Estudantes manifestaram-se

Governo não responde

Estudantes do secundário manifestaram-se contra a revisão curricular, provas globais e exames nacionais e exigem mais condições nas escolas e melhor ensino.

Págs. 14 e 15

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Custavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões

Autónomas)

50 números: 9 000500

44,90 euros

25 números: 4 600500

23,00 euros

EUROPA

50 números: 23 000500

114,75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000500

164,60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»

nome, morada

com código Postal

e telefone

a acompanhar cheque

ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA

Campo Raso

2710 - 139 Sintra

Depósito legal n.º 205/85



O PCP apresentou-se como a única força política capaz de impedir o «regresso da direita» ao poder

Resumo

20 Quarta-feira

O PCP apresenta programa eleitoral e elege 14 medidas urgentes a aplicar no início da próxima legislatura, que se enquadram nos objectivos para a concretização de uma política de esquerda e abrangem as áreas do emprego, educação, saúde, consumo e transportes • Os trabalhadores da Carris entram em greve; reivindicam um aumento salarial superior a 2,75 por cento • A cooperativa de pescadores Porto de Abrigo denuncia a pesca ilegal que está a ser praticada por embarcações espanholas nos mares dos Açores • As autoridades palestinianas pedem uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU devido ao agravamento do conflito com Israel.

21 Quinta-feira

Os estudantes do ensino secundário manifestam-se em todo o País para exigir a suspensão da revisão curricular e o fim dos exames nacionais e das provas globais • A Associação Nacional de Farmácias responsabiliza o PS pela perda de 103,5 milhões de contos no sector da Saúde • O presidente colombiano Andrés Pastrana declara o fim das negociações de paz com as FARC • Helicópteros israelitas atacam as instalações palestinianas, em Ramallah, na Cisjordânia.

22 Sexta-feira

O eurodeputado comunista português Joaquim Miranda considera «absolutamente inadmissível» a redução da ajuda financeira comunitária a Timor-Leste no próximo ano, proposta pela Comissão Europeia • A contestação aos chamados rankings de qualidade relativos às escolas portuguesas é a principal ideia debatida no Seminário Nacional da Fenprof, realizado em Lisboa • O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, anuncia que vai estabelecer «zonas de segurança e obstáculos» ao longo das suas fronteiras com os territórios palestinianos • Jonas Savimbi é morto em combate durante um ataque das Forças Armadas Angolanas.

23 Sábado

Milhares de pessoas enchem o Coliseu dos Recreios, em Lisboa, durante a festa-comício da CDU, durante a apresentação dos candidatos da coligação pelos círculos da capital e Setúbal • Os militares na reserva e na reforma entendem como «traição às promessas e expectativas criadas» o projecto de alteração ao Regime Retributivo dos Militares das Forças Armadas • O primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, rejeita uma proposta que permitiria ao presidente da Autoridade

Palestiniana, Yasser Arafat, sair da sua casa em Ramallah • Os EUA proíbem a entrada no seu país do presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, e dos principais membros do seu governo, em retaliação contra a situação política neste país africano.

24 Domingo

Carlos Carvalhas afirma na Moita, durante um almoço que contou com centenas de apoiantes da CDU, que o PSD está embalado numa «onda de triunfalismo criada pela propaganda social-democrata» e que os «boys já se perfilam para os jobs» • O Laos realiza eleições para renovar o seu parlamento, num escrutínio que deverá consolidar o regime comunista no poder há 26 anos • Soldados israelitas disparam oito balas sobre a viatura do presidente do Conselho Legislativo palestino, Ahmad Qorei • O governo angolano apela a todos os elementos da UNITA para que se «reintegrem a partir de agora na vida normal do país».

25 Segunda-feira

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, de visita a Portugal, encontra-se com Jorge Sampaio, onde debate a actual situação em Angola e a questão da dívida externa • A Associação de Comerciantes do Porto promove um cordão humano à volta da câmara municipal como forma de protesto contra a construção de uma grande superfície nas Antas • As conclusões do inquérito ao acidente na construção de um viaduto na A2, que provocou a morte a cinco trabalhadores, referem «negligência» e «falhas do projecto», anuncia o gabinete do secretário de Estado das Obras Públicas • Soldados israelitas assassinam um palestiniano e ferem a sua mulher, grávida, num ponto estratégico militar, na Cisjordânia.

26 Terça-feira

O PCP promove uma concentração de protesto junto da SIC contra os critérios discriminatórios que esta estação tem vindo a tomar durante campanha pré-eleitoral • As Forças Armadas Portuguesas iniciam o deslocamento da Equipa Sanitária, composta por oito militares, que vai integrar a Força Internacional de Assistência e Segurança, a actuar no Afeganistão • Os presidentes de Angola, Moçambique e Botswana reúnem em Washington, com o presidente norte-americano, George W. Bush, numa minicimeira cuja importância é ampliada pela morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi • O antigo presidente jugoslavo Slobodan Milosevic exige ser posto em liberdade durante o seu processo por forma a poder preparar convenientemente a sua defesa.

Aconteceu

Professores discriminados

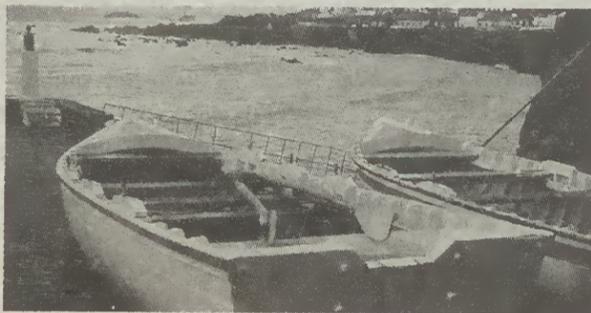
Professores do continente a leccionar nas escolas dos Açores manifestaram-se na passada quinta-feira em Ponta Delgada contra o novo regulamento regional de concursos, que consideram discriminatório face aos seus colegas oriundos do arquipélago.

Em causa estão as novas regras anunciadas pelo Governo Regional, que dão preferência à colocação de professores que tenham sido bolsseiros da região, que e disponham de três anos de serviço nas ilhas ou feito o estágio profissionalizante numa escola pública dos Açores.

Enquanto que o executivo de Carlos

César justifica a medida com a necessidade de estabelecer o quadro de docentes na região, os professores salientam que o novo regulamento é inconstitucional, considerando que discrimina os portugueses oriundos do continente.

Entretanto, a legislação regional já levou a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) a recorrer à Procuradoria-Geral da República, enquanto que a Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL) manifestou o seu desacordo aos principais partidos políticos e Provedor de Justiça.



Espanhóis praticam pesca ilegal nos Açores

A cooperativa de pescadores Porto de Abrigo denunciou na passada semana a pesca ilegal que está a ser praticada por embarcações espanholas nos mares dos Açores, perante a «completa incapacidade de fiscalização» da Marinha.

Em declarações à Agência Lusa, Liberato Fernandes, dirigente da cooperativa, disse que os barcos espanhóis estão a aproveitar a situa-

ção de de Marinha portuguesa «estar de rastos» para pescar dentro da zona económica exclusiva dos Açores.

Apontou, como exemplo, a embarcação Porto da Ribeira, que alegadamente não está licenciada para pescar na região, e que descarregou pescado na Horta e em São Miguel no prazo de oito dias. Segundo Liberato Fernandes, o prazo entre as duas descargas indi-

cia que as capturas foram feitas dentro da zona açoriana, apesar de o armador afirmar que a pesca foi efectuada fora das 200 milhas.

Além disso, os barcos espanhóis que supostamente pescam nos Açores possuem «uma grande capacidade de captura», o que leva a reduções do preço do pescado capturado pelos profissionais do arquipélago, acrescentou o dirigente.



Freguesia do Sado contesta aterro

O Ministro do Ambiente, José Sócrates, inaugurou sexta-feira um aterro de Resíduos Industriais Banais (RIB) no Parque Industrial da Sapec. A Junta de Freguesia do Sado diz que o «projecto nasceu a coberto de irregularidades».

O presidente da Junta de Freguesia do Sado, Rui Higinio, eleito pela CDU, não compareceu na cerimónia, apesar do convite que lhe foi dirigido pelo CITRI, dado que a autarquia contesta a localização do aterro numa «zona arenosa e sísmica próxima da Reserva Natural do Estuário do Sado e a menos de dois quilómetros da zona habitacional de

Praias-do-Sado». Apesar de se tratar de um aterro para resíduos industriais banais, Rui Higinio receia que também ali sejam depositados resíduos industriais perigosos, atendendo à forma como se desenvolveu todo o processo para a construção do aterro.

Convém ainda referir que o parecer favorável da anterior vereação socialista não foi sujeito a aprovação em sessão de câmara», afirmou o autarca da CDU, afirmando-se preocupado com eventuais prejuízos para as actividades económicas ligadas ao rio Sado, como a pesca e a piscicultura.

Morreu o pintor Marcelino Vespeira

O pintor Marcelino Vespeira morreu sexta-feira em Lisboa, aos 76 anos, vítima de doença prolongada. O artista fica na história como um dos grandes nomes da pintura surrealista portuguesa, que se distinguiu pela sua versatilidade.

Nasceu em 1925 no Samouco, em Alcochete, e fez o curso da Escola de Artes Decorativas António Arroio, de onde seguiu para a Escola de Belas-Artes de Lisboa.

Foi integrado na corrente neo-realista da pintura portuguesa e tornou-se notado com a participação na primeira Exposição de Belas-Artes da Sociedade Nacional de Belas-Artes, em 1946.

«Apertado pela Fome», datado de 1945, é um dos mais conhecidos quadros do autor. Foi extraído de um poema da resistência de Paul Éluard, e causou verdadeira sensação quando foi lançado. O pintor deixou ainda obras notáveis como «Manifestação Proletária» e «A Ronda». Dentro desta corrente estética, Vespeira destacou-se ainda como teórico e doutrinador escrevendo na página Arte do jornal portuense A Tarde. Foi neste jornal que publicou a «Carta Aberta aos Pintores Portugueses», em que atacava o formalismo e defendia uma «arte útil» à sociedade, ou seja, uma arte de intervenção.

Crianças vítimas de violência doméstica

No Dia Europeu da Vítima, as estatísticas de 2001 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Linha Telefónica SOS Criança mostram que 272 crianças foram vítimas de violência doméstica. Segundo os dados da APAV, do total de vítimas de violência doméstica com menos de dez anos, 14 eram menores de um ano e 33 tinham entre um e três anos de idade.

Em 2001, a Linha SOS Criança recebeu cerca de três mil apelos, de crianças de ambos os sexos, o que dá uma média de 250 pedidos por mês. O maior número de crianças sina-

lizadas está na faixa dos zero aos cinco anos (941 crianças) e o menor está entre os 16 e os 18 anos.

No que diz respeito à problemática dos casos, o maior número de apelos retratava situações de crianças em risco (417 casos), maus tratos físicos na família (342), saúde (342), regulação do exercício do poder paternal (154), negligência (115), crianças em perigo (65) e violação (20).

Em 2193 dos casos, o SOS Criança orientou e informou, em 466 fez o reencaminhamento e em 283 situações prestou apoio.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Colômbia na mira dos EUA

Se dúvidas houvesse sobre os objectivos das consecutivas dificuldades que, desde há alguns meses, pesavam sobre o processo de diálogo entre o governo colombiano e as FARC, elas dissiparam-se na última semana. Surgiu um «pretexto» para a ruptura das negociações e o presidente Andrés Pastrana, em fim de mandato, «soçobrou» às pressões da oligarquia que representa e aos desígnios do imperialismo norte-americano, consubstanciados no Plano Colômbia.

De súbito, Pastrana rompeu unilateralmente um processo de diálogo, iniciado há 3 anos e cujo anúncio lhe terá valido a sua própria eleição; retirou às FARC o estatuto de interlocutor político, voltando a considerá-las como «organização terrorista», «classificação» reafirmada pelos EUA após o 11 de Setembro; invadiu a zona desmilitarizada e bombardeou a região. Mostrou que prefere o confronto à paz. Conta assim poder escamotear, em vésperas de eleições, as suas responsabilidades pela corrupção generalizada, ligada às mafias do narcotráfico, e pela não resolução dos dramáticos problemas sociais com que o povo colombiano se defronta. Miséria, desemprego, e populações deslocadas, fenómenos que persistem e se acentuam, eles sim, geradores da extraordinária violência que caracteriza o quotidiano na Colômbia, tornando-a num dos países mais «perigosos» do mundo. E mais injustos. Aos 120 mil mortos, desde o início do conflito armado, há que juntar 2 milhões de deslocados, 25% de desempregados, 2500 raptos por ano, milhares de emigrantes e de assassinatos de activistas políti-

Pastrana rompeu unilateralmente um processo de diálogo

cos e sindicais que «ousam» lutar por uma Nova Colômbia. Pastrana evitou o debate sobre estes temas candentes que a Agenda do processo de paz impunha e afogou com bombas medidas que a crise económica, social e política exigiam.

Não podemos, nem devemos, olhar o que agora sucedeu na Colômbia à margem da estratégia de domínio mundial do imperialismo norte-americano. E dos seus objectivos para o subcontinente latino-americano. O Plano Colômbia, bem como a sua extensão - Iniciativa Regional Andina (IRA)-, espelha o crescente intervencionismo militarista dos EUA e o ALCA tem como contornos a recolonização imperialista da América Latina. Tais projectos conjugam-se perfeitamente com a actual «cruzada antiterrorista». Não será por acaso que o rompimento das negociações - e a vasta ofensiva militar que se lhe seguiu - coincidem com a decisão da Administração Bush de inscrever, no projecto de orçamento para 2003, um reforço de 98 milhões de dólares para «ajuda» à Colômbia. E a embaixadora dos EUA, em Bogotá, Anne Patterson, contextualiza a atribuição desta verba e informa do seu destino: apoiar o exército «local» na defesa das infra-estruturas petrolíferas colombianas dos atentados das FARC. E justifica, segundo o «Le Monde» de 14/2, «depois do 11 de Setembro a segurança petrolífera tornou-se uma prioridade para os Estados Unidos», precisando que «o Médio Oriente tornou-se uma fonte de fornecimento menos segura». E quase simultaneamente, segundo o mesmo jornal, o director da CIA, George Tenet, considerou, perante o Congresso dos EUA, que as FARC «representam uma ameaça séria para os interesses norte-americanos na América Latina porque elas nos associam ao governo que combatem». Para bom entendedor, meias palavras bastam... A Colômbia está na mira dos EUA.

Dentro de dias terá lugar no México o «Segundo Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina». Correspondendo ao apelo de várias personalidades que colocam a denúncia dos propósitos de intervenção militar, subjacentes ao Plano Colômbia e à Iniciativa Regional Andina, como uma exigência e uma expressão de solidariedade com os povos ameaçados da região amazónica. O intervencionismo norte-americano constitui séria ameaça ao verdadeiro processo de integração latino-americana, reclamado pelos povos da região como factor de progresso e cooperação. Esta iniciativa e toda a solidariedade em torno da questão colombiana são valiosos contributos para a paz e a soberania da Colômbia, expressando o direito inalienável dos povos decidirem do seu futuro.

Editorial

FAZER MAIS E MELHOR

A Festa/Comício de sábado passado no Coliseu dos Recreios constituiu, para além de uma clara demonstração da capacidade mobilizadora da CDU, um importante momento de esclarecimento eleitoral. Tratada pela generalidade da comunicação social na base dos critérios utilizados sempre que se trata de iniciativas da CDU ou do PCP - isto é, maltratada - a Festa/Comício traduziu-se, ainda, num estímulo e num incentivo à intervenção intensa e confiante dos activistas da CDU até «ao último minuto da campanha».

Carlos Carvalhas, na intervenção de encerramento do Comício, sublinhou, nomeadamente, a importância do esclarecimento, da desmistificação de um conjunto de armadilhas que visam «condicionar a formação da vontade dos cidadãos e impedir muitos deles de compreenderem a indiscutível e incomparável utilidade do voto na CDU». O Secretário-Geral do PCP salientou a necessidade da insistência no esclarecimento de que «as eleições de 17 de Março não são para eleger nenhum Primeiro-Ministro» (ficção «criada pelo PS e pelo PSD precisamente para levar os eleitores ao engano») mas sim para eleger os 230 deputados que compõem o órgão de soberania Assembleia da República - e que é da distribuição partidária desses deputados que dependerá quer a formação e composição do

deputados que a direita não terá e que, por isso, contribuem sempre para impedir o «regresso da direita». Não é difícil ver que quaisquer eventuais deslocções de votos da CDU para o PS (na ficção de derrotar a direita) não só não alterariam em nada o resultado eleitoral da direita como apenas dariam força às aproximações do PS com a direita - para além de enfraquecerem a força mais activa e consequente na luta contra a política de direita e por uma política e uma alternativa de esquerda. E é fácil de ver que o reforço da Coligação Democrática Unitária, inclusivamente através de deslocções de eleitores do PS para a CDU, é o melhor caminho para o reforço do combate à direita e à política de direita e é condição fundamental para uma mudança de política.

Por exemplo: se, nas eleições legislativas de 1999, o PS tivesse eleito não 115 mas 100 deputados (portanto menos 15) e a CDU tivesse eleito não 17 mas 32 deputados (portanto mais 15), a direita teria sido, na mesma, derrotada; o PS formaria, na mesma, o seu governo - mas o combate à política de direita teria sido muito mais forte e os deputados comunistas teriam feito muito mais e melhor trabalho em benefício dos trabalhadores e do povo.

Tudo isto perpassa pela presente campanha eleitoral, na qual os líderes do PSD e do PS continuam a sacudir a água dos respectivos capotes em relação às responsabilidades que, cada um deles individualmente e os seus dois partidos colectivamente, têm na situação a que chegou o País. Apresentando-se ao eleitorado limpos de todas as máculas passadas, com a pureza angelical e o aceso fervor de recém-chegados vindos do nada, representam o papel de novos vendedores de promessas, de portadores de múltiplos elixires milagrosos capazes de resolver todos os problemas existentes - que, por sinal, são problemas por eles criados ou por eles não resolvidos. E prometem, agora, tudo o que eles próprios e os seus partidos vêm prometendo e não cumprindo de há vários anos a esta parte.

Durão Barroso não sabe, não se lembra, não quer saber nem quer lembrar-se, dos dez anos de governos cavaquistas, e muito menos sabe e se lembra que, ele próprio, fez parte desses governos - daí vir agora propor-se, a troco de muitos votos, fazer o milagre da felicidade e da bem-aventurança outrora prometido por Cavaço Silva.

Ferro Rodrigues fala como se não tivesse sido membro do governo até há dias - e propõe-se, a troco de muitos votos, fazer tudo o que António Guterres prometeu fazer e não fez.

Ou seja: os problemas que o PSD de Durão Barroso, nos seus dez anos de governo, não resolveu (tendo-se comprometido a isso); e os problemas (que são os mesmos) que o PS de Ferro Rodrigues, nos últimos seis anos, garantiu ir resolver e não resolveu, continuam a ser o tema essencial da campanha eleitoral em curso.

Para os líderes do PS e do PSD, esses problemas (e a promessa, pela enésima vez, de os resolver) constituem o principal trunfo na operação de caça ao voto a que denodadamente se entregam.

Para a CDU, o trunfo essencial continua a ser o do trabalho feito, das propostas apresentadas e da disponibilidade para, no futuro, fazer mais e melhor.

“Mostra a realidade que, para o PS, o “perigo da direita” só existe em tempo de eleições”

futuro governo quer a quantidade e a qualidade do trabalho produzido pela Assembleia da República em matéria de aprovação de leis, de opções decisivas sobre a vida nacional, de fiscalização da actividade do Governo.

Outro «eixo de esclarecimento decisivo que nos cumpre desenvolver e levar a toda a parte» é o que se prende com a forma como tem vindo a ser colocada a questão da hipótese do «regresso da direita ao governo». Deixando claro que tal regresso seria «negativo e indesejável», Carlos Carvalhas alerta para a falsa ideia difundida pelo PS e por Ferro Rodrigues de que «a única maneira de impedir esse regresso é votar no PS».

Mostra a realidade que, para o PS, o «perigo da direita» só existe em tempo de eleições. Nos intervalos entre os actos eleitorais, o «perigo» esfuma-se e transforma-se em aproximações e acordos em matérias essenciais, como temos visto ao longo dos anos e, para não irmos mais longe no tempo, nos últimos seis anos de governos PS/Guterres/Ferro Rodrigues.

É uma evidência incontestável que os votos na CDU e os deputados do PCP e do PEV são votos e deputados de esquerda, são votos e

Actual

Três desabafos

• Vítor Dias

Afrontando alguns focos do espesso nevoeiro que está sendo soprado para cima da pré-campanha, permitam-nos os leitores três pequenos desabafos.

O primeiro é para dar mais um exemplo de como, na ânsia da promoção da correntemente chamada «bipolarização» PS-PSD, vai tudo raso, sem rigor e respeito pela verdade.

Estamos a falar da última sondagem SIC/Visão cujos resultados apareceram classificados num texto da SIC On-line como «continuando a ainda a revelar uma forte tendência bipolarizadora que penaliza tanto os partidos da esquerda como da direita».

Ora o que esta sondagem revelava era que a CDU, por comparação com a anterior (divulgada em 8/2), subia 0,3 pontos percentuais, o que, por si só, desmente a tese da penalização à esquerda pela dita «bipolarização».

O segundo desabafo tem ainda que ver com esta sondagem e é para que a devoção e hipnotização pelos títulos e pelos números não nos faça perder o contacto com certas realidades.

Acontece que quem consultar os quadros evolutivos desta sondagem

reparará entre a primeira (em 21.12.2001) e a última (em 24/2) a CDU teria suposta ou alegadamente perdido 0,8 pontos.

Mas o que, no país inteiro, poucos cidadãos repararão é que 0,8 pontos numa sondagem telefónica com 810 inquiridos em que só 548 expressaram uma intenção de voto representa a fabulosa e impressionante quantidade de 4,3 pessoas a menos a preferir a CDU, o que tanto pode acontecer por ser verdade como por mero acaso ou normal margem de erro de uma sondagem telefónica.

O terceiro desabafo é para sublinhar que, estando a coerência e cultura democrática de tantos em crise ou em saldo, não é de admirar que não faltem comentadores que, por um lado, vão adiantando que a eleição está «em aberto» e, por outro, tudo façam e escrevam para que os eleitores a dêem como fechada no que toca à apresentação do PS e do PSD como

as únicas reais opções de voto. E, entre outros, foi assim que há dias vimos Eduardo Prado Coelho a remar esforçadamente contra «o facto consumado» e, logo de seguida, sentenciar que «aquilo que neste momento é ideologicamente a única coisa em causa» é «saber se o próximo governo será o de Durão Barroso ou de Ferro Rodrigues».

Não esperamos que quem assim escreve se abra para as razões fortes do pluralismo e

de uma imprevisível diversidade do quadro partidário que vá para além do PSD e do PS. Mas ao menos não lhes faria mal escutarem o pertinente aviso de José Medeiros Ferreira («DN» de 22/1) de que «a perversidade da personalização das legislativas na figura do primeiro-ministro acabará por criar a impossibilidade de mandatos de legislatura» e «por impedir a adequação de alianças e coligações, no quadro de uma mesma legislatura».



«Uma campanha alegre»

• Carlos Gonçalves

Os tempos que se vivem trazem a memória das leituras de Eça de Queirós, da sua genialidade e ironia, que bem falta fazer para as «farpas» de crónica desta campanha eleitoral do PS e do PSD e dos seus correlativos.

Porque o quotidiano da nossa política tem muito em comum com o que, na sua radicalidade utópica da escola de Proudhon, nos anos setenta do século XIX, Eça escreveu, fulminante, dos partidos monárquicos e dos «ministérios» da monarquia constitucional, e que mais tarde reuniu sob o título: «uma campanha alegre».

Que diria Eça dos «fulanos» do PSD que fazem campanha sobre os problemas que os «sicranos» do PS não resolveram em seis anos – o desenvolvimento comprometido, a derrapagem das contas públicas, a educação sem qualidade, as filas de espera na saúde, as pensões degradadas – escondendo que, nos dez anos anteriores, fizeram mais ou menos as mesmas políticas, com resultados idênticos, tal qual, prosseguindo nessas receitas, juram agora melhorar, resolver, etc., bla, bla?

Chamaria «papagaios» aos senhores do PSD, que perguntam candidamente se Ferro não foi ministro do Guterres nestes seis anos, mas escamoteiam que Barroso foi ministro do Cavaco nos anteriores dez?

Para Eça seriam «douttrinários» em «congestão de brio» os senhores do PS, que centram a sua propaganda eleitoral, no

que eles próprios no governo, não fizeram nestes anos – mais impostos para quem mais possa, melhor ensino, medicamentos mais acessíveis – escondendo que o essencial das políticas estruturantes, foi, mais ou menos coisa, o que agora precisamente preconizam, e conduziria, sem fuga possível, a idênticos efeitos?

Ou estariam «Suas Excelências» do PS com «disponibilidade de heroísmo» quando promovem Ferro com um chorriho de encómios – fazer bem, pela positiva, coragem, determinação – escamoteando que, ao Governo PS destes anos, ao Ferro e seus correligionários, do ponto de vista político, se adesivaram inapelavelmente os respectivos antónimos?

Não diria Eça que «doze ou quinze homens» do PS ou do PSD, «sempre os mesmos, alternadamente... trocam o poder» e à vez dizem cobras e lagartos, respectivamente do PSD ou do PS, e depois se baldrocam no «ministério» e fazem hoje (quase) tudo o que ontem renegaram, e amanhã o que hoje repudiam?

Por isso, fique de Eça a denúncia «... d'esta política infiel aos seus princípios, vivendo num perpétuo desmentido de si mesma...», fique a ironia, porque «... em política... pelo menos, o riso é uma opinião...» e fique a esperança que «... pede ainda, a uma multidão inumerável de simples, a salvação da coisa pública...».

Com o reforço do PCP e o voto na CDU. Dizemos nós.

God bless America!

• Anabela Fino

Os EUA fazem do combate ao narcotráfico uma das suas mais agitadas bandeiras. Recorde-se, só a título de exemplo, que foi em nome da luta contra a droga que há alguns anos Washington invadiu o Panamá e prendeu o então presidente, Noriega, e que é com o mesmo pretexto que actualmente implementa o chamado Plano Colômbia, canal privilegiado para fazer entrar armas, militares, conselheiros e dólares naquele conturbado país da América Latina.

Pois bem. O grande combatente do narcotráfico acaba de decidir, através do seu presidente, George W. Bush, levantar as sanções impostas ao Afeganistão pela produção ilícita de droga.

Poder-se-ia pensar, ingenuamente, que os bombardeamentos ao país dos talibãs tinham acabado com as plantações de papoilas, o que

resolvia a questão, ou que Hamid Karzai – o homem-figurino agora à frente do governo de Cabul – tinha arregaçado as mangas da camisa de seda e metido mãos à ingente tarefa de combater o flagelo. Nada mais errado.

O que se passa, como os próprios EUA se encarregaram de anunciar em mais uma daquelas desconcertantes e brutais afirmações de prepotência, é que Buhs, apesar de reconhecer o laxismo de Cabul na matéria, considera que a medida se justifica pelos interesses vitais norte-americanos.

Segundo o secretário de Estado adjunto encarregado da luta anti-droga, Rand Beers, o levantamento de sanções faz parte dos esforços da Casa

Branca para recompensar e ajudar o governo interino de Karzai, que assim não precisa de se preocupar com as plantações de ópio e o tráfico de droga que alimen-

tam o mercado mundial semeando tragédias e colhendo fortunas, e pode continuar a ostentar as suas cuidadas mãos para as capas de revista. O mesmo se passa com o Haiti, outro país identificado como de produção ou trânsito importante para a droga. Segundo Beers, o Haiti está livre de sanções por razões que se prendem com o «interesse nacional» dos EUA.

Menos sorte tem a Birmânia, o único país agora vítima de sanções dos EUA pela sua produção de estupefacientes. A explicação é igualmente desconcertante: insuficiente cooperação com Washington na luta contra a droga.

Dirão as más línguas que isto não é uma política de droga, é uma droga de política. Pode ser. Mas cá para mim, ninguém me convence que isto não é o exemplo acabado da política norte-americana em todo o seu esplendor. Junte-se-lhe o «eixo do mal» e o combate ao terrorismo e só falta entoar em coro «Deus abençoe a América».



Frases

“Já não chegava ter ouvido José Maria Aznar dar conselhos a Durão Barroso sobre o que este pode (e deve) fazer em matéria fiscal, não bastava ver Ferro Rodrigues partir para a Europa à procura de uma legitimidade internacional para a sua campanha, temos agora de ouvir uma comissária europeia [Loyola de Palacio, comissária dos Transportes] dizer o que Portugal deve ou não deve fazer [em relação ao novo aeroporto e ao TGV].”

(Manuel Carvalho, Público, 25.02.02)

“O próximo governo será o de Durão Barroso ou de Ferro Rodrigues? Não há factos consumados antes de se consumarem.”

(Eduardo Prado Coelho, ibidem)

“O triste caso da meningite mostra que a televisão empurra a opinião pública para a barbárie (...) Do caso devemos tirar duas lições: se houver uma crise social grave, a televisão espalhará o pânico, pois este aumenta mais as audiências do que as notícias rigorosas.”

(Luís Salgado Matos, ibidem)

“Os barões e baronetes [do PSD] que, há bem pouco tempo, diziam cobras e lagartos de Drão Barroso, perfilam-se todos e esfalfam-se para ver quem mais elogia o chefe do PSD.”

(Carlos Carvalhas, Diário de Notícias, 25.02.02)

“No PSD, houve uma assombrosa revolução: toda a gente, ou quase toda a gente, que antes se horrorizava com a notória nulidade do sr. Barroso veio a público, habando entusiasmo, prestar a sua humilde vassalagem ao novo salvador da Pátria.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 23.02.02)

“[Com a morte de Savimbi] o Secretário-Geral da ONU espera que todas as partes aproveitem para fazer avançar o processo de paz.”

(Stéphane Dujarric, porta-voz da ONU, Público, 24.02.02)

“[Com a morte de Savimbi] estão abertas condições e perspectivas para que a paz se alcance.”

(Manuel Tomé, secretário-geral da FRELIMO, ibidem)

“[Com a morte de Savimbi] temos esperança de que o Governo e o povo de Angola irão, apesar de tudo, esforçar-se para assegurar a total aplicação do protocolo de Lusaca, para trazer a Angola uma reconciliação duradoura, segurança e estabilidade.”

(Ministério dos NE da África do Sul, ibidem)

“Se for verdade que Savimbi está morto, não lamentamos nada. Era um causador de problemas para Angola e para o Uganda, que nunca apoiou a sua causa.”

(Amama Mbazaza, ministro da Defesa do Uganda, ibidem)

“Era Savimbi que violava todos os acordos para acabar com a guerra civil angolana (...) Espero que a sua morte traga paz ao país que sequestrou para seu benefício pessoal. Angola tem estado a viver sob cativo.”

(Sule Lamido, ministro dos NE da Nigéria, ibidem)

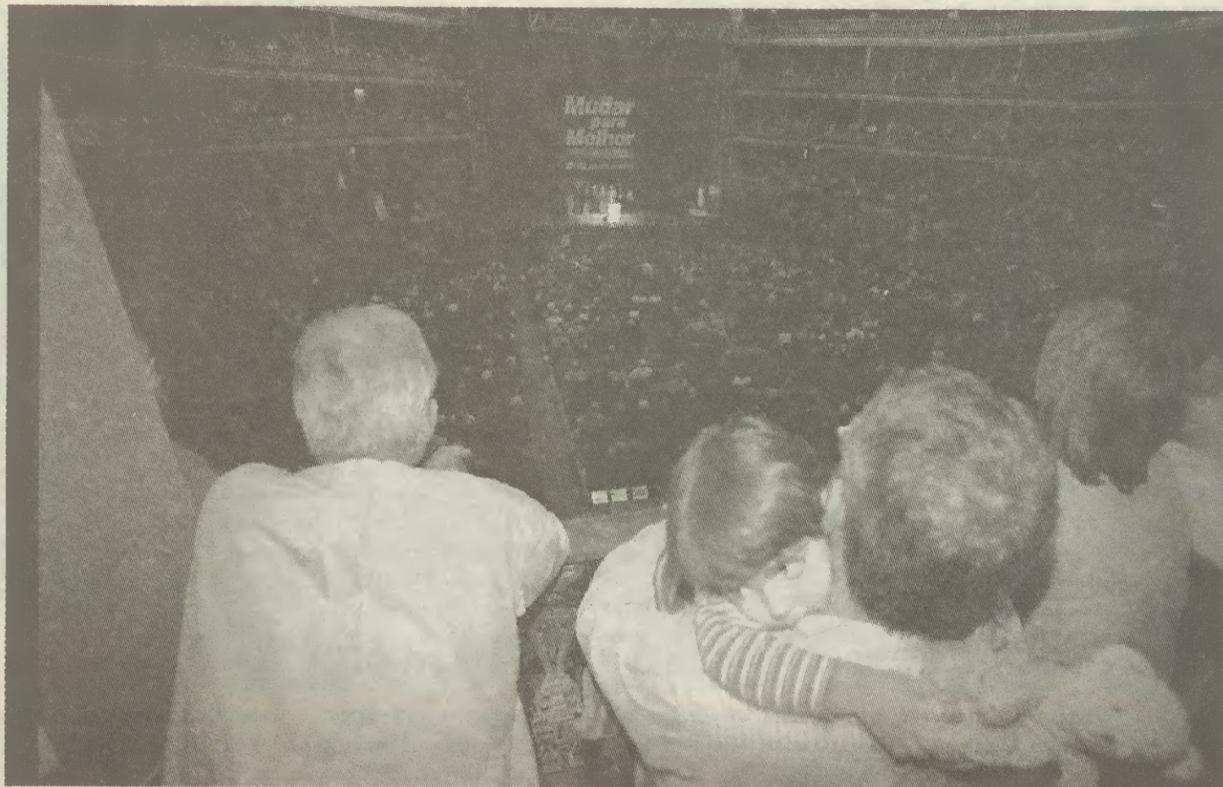
“Seremos um país desenvolvido balança entre a realidade de uma imaginação e a imaginação de uma realidade.”

(Boaventura Sousa Santos, Visão, 21.02.02)

“A União Europeia é governada por uma oligarquia sem visão, que perdeu a capacidade de representar a vontade das populações e se limita a obedecer aos ditames da globalização financeira (...) A oligarquia europeia só está preocupada em “salvar a sua própria pele”. A nossa não é diferente.”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 22.02.02)

No grande comício-festa, realizado no passado sábado no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, foi reafirmada a absoluta necessidade de esclarecer que as eleições de 17 de Março não servem para eleger um primeiro-ministro mas 230 deputados, bem como a necessidade de reforçar o voto na CDU.



CDU enche Coliseu e apela ao esclarecimento dos eleitores

Combater mistificações, afirmar a diferença

O secretário-geral comunista colocou a tónica da primeira parte do seu discurso em dissipar confusões fomentadas no eleitorado sobre o que estará em causa nas próximas eleições legislativas, como as «candidaturas a primeiro-ministro», a mistificação acerca do «vencedor das eleições» ou ainda a necessidade de maiorias absolutas para a «estabilidade» governativa. Sobre estas mistificações, amplificadas pela maioria da comunicação social, Carvalhas esclareceu: as eleições legislativas servem para eleger 230 deputados, «o que significa que todas as opções e convicções dos eleitores podem obter útil representação no órgão de soberania». Sobre a segunda, o secretário-geral lembrou que mais importante que saber

qual o partido mais votado é saber que tipo de maioria se forma, ou seja, «o PSD até poderia ser o partido mais votado, mas isso de pouco lhe valeria se houvesse maioria de deputados do PS e da CDU», tal como de nada servira ao PS ter mais votos, se o PSD e o PP conseguissem a maioria absoluta de deputados. Relativamente à apregoada necessidade de maiorias absolutas, o dirigente do PCP apelou à memória do que significaram as maiorias absolutas do PSD e lembrou que «o grande problema do PS nos últimos seis anos não foi não ter uma maioria absoluta mas sim ter uma política, na maior parte dos aspectos, absolutamente

incapaz de dar resposta aos problemas nacionais». E concluiu: o Governo não caiu na Assembleia da República, mas porque, «na sequência das autárquicas, o primeiro-ministro resolveu “dar à sola” e provocar eleições antecipadas».

Mais do que o partido mais votado contam as maiorias que se formam

Antes de Carlos Carvalhas entrevistaram Blasco Hugo Fernandes, presidente da ID, e Heloísa Apolónia, deputada e dirigente do PEV, que foram unânimes em reconhecer que é o voto na CDU aquele que garantirá outro rumo para o País, económico, social e ambientalmente viável.

A componente política do comício foi apresentada pela deputada Margarida Botelho, membro da JCP, que

regressou recentemente da Palestina e lembrou a luta dos palestinianos pela liberdade e independência, contra a violência do ocupante, Israel.

Um país mais livre, justo e solidário

Antes das intervenções políticas, entre os espectáculos da Brigada Victor Jara e de Paulo de Carvalho e intercalado com a projecção de um vídeo em que diversas personalidades do mundo do trabalho, das artes, da cultura e do desporto prestavam o seu apoio à CDU, foi lido o compromisso eleitoral da coligação, intitulado, «por um país mais livre, mais justo e solidário», onde são assumidos compromissos

com a mudança de política, no caminho da emancipação social, da soberania, da esperança e de uma vida melhor. Os candidatos da CDU comprometem-se a, uma vez eleitos, não serem os «intérpretes da submissão do poder político ao poder económico, nem os actores de uma espectacularização da política que relega a maioria dos cidadãos para a situação de espectadores», mas sim os representantes dos interesses, direitos e «aspirações políticas, económicas, sociais e culturais de todos os trabalhadores, de largos sectores das camadas intermédias, do povo e do País».

A Brigada Victor Jara abriu a festa da CDU com uma viagem por Portugal, com temas populares de diversas regiões

e proclamou ser, como o PCP e a CDU, defensora da dignidade e tradições de um povo. Na sua actuação ainda sobrou tempo para lembrar o poeta, cantor e autor José Afonso, no décimo quinto aniversário do seu desaparecimento, e destacar a «grande vitória» obtida, no dia anterior, pelo povo angolano – a morte do líder da UNITA –, o que arrancou sentidos aplausos da assistência.

Paulo de Carvalho, que assegurou a segunda parte do momento musical, juntou diversas sonoridades, como o fado e o jazz, e encantou a audiência com temas como «E depois do adeus?» e «Os meninos à volta da fogueira». Um dos momentos altos da actuação do conhecido cantor deu-se quando este anunciou que «é bom estar de volta».

Intervenção de Carlos Carvalhas no comício do Coliseu

O voto contra a direita e a política de direita

O secretário-geral do PCP esteve, no passado sábado, na Festa-Comício da CDU, em Lisboa, e na sua intervenção, que transcrevemos na íntegra, afastou confusões e mistificações e avançou com propostas para a resolução dos problemas do País.

Como não podia deixar de ser e é nossa estrita obrigação, a nossa pré-campanha tem estado a ser centrada, e a campanha oficial também o será, na justa e indispensável evocação e testemunho de como honramos plenamente os compromissos assumidos com os eleitores há dois anos, no valor das propostas e do programa que apresentamos e nas linhas de resposta para os problemas que mais preocupam os portugueses e que mais negativamente caracterizam a situação do País.

Mas, ao mesmo tempo, daqui até ao último minuto da campanha, nada nos deve distrair da importância e necessidade de uma vasta e convincente acção de esclarecimento que afaste um conjunto de confusões e mistificações que, como bem sabemos pelo passado, muito podem erradamente condicionar a formação da vontade dos cidadãos e impedir muitos deles de compreenderem a indiscutível e incomparável utilidade do voto na CDU.

Com efeito, é talvez maior do que se pensa o número de portugueses que pensam mesmo que a principal finalidade destas eleições é escolher um primeiro-ministro e que, como a toda a hora lhes dizem que um primeiro-ministro só pode

sair do PS ou do PSD, são sensíveis à ideia mentirosa de que as únicas opções de voto seriam o PSD e o PS.

E é por isso que, daqui até ao último minuto de campanha, teremos de insistir mais e mais que as eleições de 17 de Março não são para eleger nenhum primeiro-ministro e que essa história dos «candidatos a primeiro-ministro» só foi criada pelo PS e PSD precisamente para levar os eleitores ao engano. E que as eleições são de facto para eleger, não uma só pessoa, mas sim 230 deputados pelo método proporcional, o que significa que todas as opções e convicções dos eleitores podem obter útil representação no órgão de soberania que sem dúvida influenciará a formação do governo mas que também é não esquecer durante quatro anos será chamado a debater e aprovar leis, a fazer opções decisivas sobre a política nacional e a fiscalizar a actividade do Governo.

Infelizmente, é também ainda maior do que se pensa o número de eleitores que é constantemente pressionado para pensar que o elemento decisivo do resultado das eleições é saber qual é o partido «que ganha», que «fica à frente» ou que é o mais votado.

E é por isso que, daqui até ao último minuto de campanha, teremos de insistir mais e mais que isso não é verdade, que temos de explicar que o elemento mais decisivo é o tipo de maio-





Intervenção de Carlos Carvalhas no comício do Coliseu

ria que sair do resultado de 17 de Março (e o peso relativo que, dentro dela, cada força tiver) e que teremos de tornar claro que a prova que assim é, é que, por exemplo, o PSD até podia ser o partido mais votado mas isso de pouco lhe valeria se houvesse maioria de deputados do PS e da CDU; e que, também o PS podia ser o mais votado e isso de nada lhe valer se PSD e CDS somados tivessem uma maioria absoluta de deputados.

Confrontar as palavras com as acções

Também pode haver um número importante de eleitores que, adormecidos e iludidos com tanta conversa sobre a estabilidade, sejam sensíveis à ideia de que o melhor seria ou o PSD ou o PS terem uma maioria absoluta.

E por isso, daqui até ao último minuto de campanha, teremos de insistir mais e mais para que ninguém se esqueça do que significaram as maiorias absolutas do PSD e de Cavaco Silva, para que toda a gente se lembre que o grande problema do PS nos últimos seis anos não foi não ter uma maioria absoluta mas sim ter uma política na maior parte dos aspectos absolutamente incapaz de dar resposta aos problemas nacionais. Que ninguém se esqueça também que as cenas ou as dificuldades em torno da votação dos orçamentos não explicam a sucessão de casos, escândalos, demissões, remodelações e outras confusões que marcaram seis anos de governação do PS. E que ninguém se esqueça que o Governo do PS não caiu por nenhuma votação na Assembleia da República, mas sim porque se desgastou espantosamente nos últimos dois anos e porque, na sequência das autárquicas, o primeiro-ministro resolveu dar à sola e provocar eleições antecipadas.

Há também cidadãos que reconhecem o valor da nossa intervenção e a justiça das nossas propostas e do nosso projecto mas têm a ideia de que nós «nunca ganhamos».

E por isso teremos de insistir junto destes eleitores em que somos um partido apto a assumir as mais altas responsabilidades no País, que não há nada nas linhas do destino contra isso e que também isso depende da dimensão da força que os votos dos portugueses nos derem.

Mas também teremos de insistir junto destes eleitores que a maior pergunta que têm de fazer a eles próprios é o que é que eles próprios ganharam no passado de cada vez que, por causa destas ideias, foram votar no PSD ou no PSD e depois tão amargamente se arrependem ou queixaram das desilusões sofridas.

E teremos de insistir junto destes eleitores para que não se esqueçam que uma campanha eleitoral são duas semanas e a votação é só num dia. Mas que entre esta campanha e esta votação e a anteriores houve dois anos e que nenhum eleitor se deve furar ao dever de apreciar o que as diversas forças políticas fizeram, o que defenderam e como cumpriram ou não o que prometeram. E teremos de insistir junto destes eleitores que se lembrem que depois destas eleições virão quatro anos onde serão confrontados com decisões, com políticas e medidas e que nessa altura se verá de que lado é que vão estar aqueles que agora recebem os seus votos.

Ou seja, teremos de insistir que a questão do governo é importantíssima mas que se engana quem pensar que é tudo e ponto final.

É que, além de, como já dissemos, pesar sempre para a política e o governo de que o País realmente precisa o voto na CDU tem sempre, e além do mais, a incomparável utilidade de fortalecer o pluralismo e a diversidade na AR — sede da representação nacional: a incomparável utilidade da pedagogia da resistência, da verticalidade e da construção; a incomparável utilidade do que se consegue ou conquista pela luta, das propostas e ideias que fazem caminho ainda que difícil, trabalho; a incomparável utilidade de derrotar, travar ou atenuar golpes alheios; a incomparável utilidade da defesa de causas, valores e ideias humanistas num tempo em que tantos os renegam e sacrificam no altar dos senhores do dinheiro; a incomparável utilidade de darem força e projecção a honrosos per-

ursos e compromissos de vida, individuais e colectivos que mas que fazem realmente a grandeza de muitos empreendimentos humanos.

CDU conta para derrotar a direita...

Por fim, mas talvez este seja o eixo de esclarecimento mais decisivo que nos cumpre desenvolver e levar a toda a parte, não faltarão eleitores de esquerda que, tal como nós, consideram que seria uma evolução muito negativa e indesejável o regresso da direita ao governo mas que depois erradamente pensam que a única maneira de impedir esse regresso é votar no PS.

E devemos estar prevenidos que, quanto mais nos aproximarmos de 17 de Março, mais o PS e Ferro Rodrigues vão procurar ampliar esta confusão e este equívoco, mais o PS vai querer aparecer como o grande adversário da direita (que pena não se terem lembrado disso nestes últimos seis anos), mais o PS vai dramatizar o perigo da direita (que pena não se terem lembrado disso quando a andaram a engordar e fortalecer com sucessivos acordos e entendimentos).

E, por isso, daqui até ao último minuto da campanha, em toda a parte e em todas ocasiões (sem medo que alguns digam que repetimos as mesmas ideias porque mais vale a reafirmação da verdade do que a reafirmação da mentira), teremos de insistir mais e mais que os votos na CDU e os deputados eleitos pelo PCP e pelo PEV são sempre votos e deputados que a direita não terá e que, por isso, contribuem sempre para que a direita permaneça em minoria na AR; que deslocações de votos da CDU para o PS não alterariam nem num milímetro o resultado da direita e só fortaleceriam que o PS conservasse orientações voltadas para a direita e enfraqueceriam a força mais consequente na luta por uma política e por uma alternativa de esquerda. Mas que, em contrapartida, deslocações de eleitores do PS para a CDU se é certo — como honestamente devemos reconhecer — que também não alteram o resultado da direita, criam entretanto no plano político condições muito mais favoráveis para uma política e soluções governativas de esquerda.

Mas, em relação a esta questão do perigo do regresso da direita ao poder há algo mais que tem de ser dito.

Tem de ser dito que só por reescrita da história do País nos últimos 28 anos é que alguém pode pretender que o PS é o grande combatente contra a direita e alternativa à direita, porque a mais pura das verdades é que, em matéria de combate e oposição à direita, ninguém tem em Portugal património mais sólido, mais permanente e mais coerente que o do PCP e da CDU.

... e rejeita qualquer entendimento com PSD e PP

Não fomos nós, mas o PS, que no passado já governou com o CDS e já governou com o PSD. Não somos nós, que formalmente já declaramos rejeitar qualquer entendimento de incidência política global com qualquer dos partidos de direita, mas o PS que ainda agora continua, como disse Ferro Rodrigues, a não excluir uma eventual coligação ou entendimento com o CDS-PP, enquanto muito diferentemente o PCP o que declarou, numa atitude responsável e construtiva a que os eleitores de esquerda devem dar o devido valor, é que após as eleições estará disponível para examinar as possibilidades de uma nova política e da sua garantia e concretização.

E escusam alguns de nos acusar de metermos «tudo no mesmo saco» ou de fazermos do PS o «inimigo» ou «alvo» principal.

Nós não metemos tudo no mesmo saco, mas era bom que alguns percebessem de vez que não fazemos política por rótulos ou contra rótulos, fazemos política baseados na avaliação dos factos e das realidades, fazemos política ajuizando livre e

soberanamente sobre os conteúdos reais e méritos ou deméritos das políticas concretas.

E, ontem como hoje, por respeito connosco próprios, por respeito com os cidadãos e para dignificação da vida política, o que ninguém nos verá fazer é dizermos que, só porque são desenvolvidas pelo PS, passaram a ser magníficas as orientações e medidas que ontem considerávamos péssimas quando desenvolvidas pelo PSD.

Nós não afirmamos que o PS é igual ao PSD. Mas é uma evidência que o enfraquecimento da CDU deixaria a direita de mãos mais livres para concretizar a sua política reaccionária e que o PS continuaria no essencial com a mesma política que levou ao seu descrédito e à demissão do primeiro-ministro, que continuaria com a sua política zigzagante cedendo às pressões do capital financeiro, dos interesses ilegítimos, às pressões das diversas clientelas e dos diversos lobbies.

Por isso é preciso, porque é verdade, lembrar e reafirmar até ao fim da campanha de que tudo o que se aprovou de positivo na Assembleia da República teve o impulso, a proposta, o empenho, a luta e o voto do PCP. E se tivéssemos tido mais força teríamos feito aprovar diversos projectos de lei que o PS inviabilizou juntamente com a direita como sejam, por exemplo, o aumento digno do salário mínimo nacional; a revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, procedendo à revalorização das pensões e das pensões mais degradadas resultantes de acidentes de trabalho que atingem em Portugal valores inaceitáveis; ou a criação dos Institutos Regionais visando democratizar as CCR's num processo de maior descentralização dando mais força à intervenção das regiões ou a criação de um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura, ou a confirmação do passe social intermodal, actualizando o âmbito geográfico das respectivas coras, etc., etc.

E temos que lembrar que a CDU foi a força que mais projectos de lei apresentou na Assembleia da República nesta legislatura, que foi uma força de luta, de fiscalização e de proposta, oposição de esquerda construtiva, testemunhada ainda pelo facto das 97 propostas de lei que o Governo apresentou, 45 terem merecido a nossa aprovação ou viabilização. Pelo facto de para além da lei de bases da Segurança Social e da Reforma Fiscal terem sido viabilizadas connosco e na base das nossas propostas, termos hoje leis da República que tiveram origem e a marca da CDU como sejam a rede de atendimento e recuperação de toxicodependentes, a descriminalização do consumo da droga e o combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais; uma maior protecção aos créditos dos trabalhadores no caso de falência das empresas; o combate à precariedade no emprego; o direito ao sindicalismo para os profissionais da PSP; a criação dos Julgados de Paz; a prevenção contra a Sida, com acesso aos contraceptivos de emergência e educação sexual nas escolas; mais direitos para quem vive em união de facto; a protecção às mulheres vítimas de violência, o combate à discriminação das mulheres no trabalho, designadamente na gravidez e na maternidade; a redução dos gastos com medicamentos; e a resolução aprovada por unanimidade mas ainda não levada à prática para a concretização de um programa de emergência para a formação de médicos e enfermeiros e a mobilização de meios no Serviço Nacional de Saúde para responder às listas de espera nos hospitais, etc., etc.

A sociedade mais desigual da UE

E por aqui também se vê a vantagem e utilidade do voto na CDU. E também por isso, temos que recordar a todos aqueles e aquelas — comissões de trabalhadores, comissões de moradores, comissões de ambientalistas, comissões de pequenos e médios empresários —, que se nos dirigem no momento das aflições porque sabem que aqui encontram sempre uma força que não vira as costas à luta contra as injustiças e as prepotências, que se na altura das eleições nos dessem mais força,



também na altura das aflições estaríamos com mais força para dar vencimento às suas justas aspirações e reivindicações.

Somos uma força que honra os seus compromissos. Damos garantias de nos batermos pelas bandeiras que vamos levantar nestas eleições e na futura Assembleia Legislativa: a bandeira do crescimento económico, com a sua dimensão social, ambiental e espacial, o que passa pela valorização da produção e do aparelho produtivo nacional, o combate aos défices externos, o aumento da produtividade e do investimento público. E a nível europeu, por se privilegiar a defesa da concretização do princípio inscrito nos tratados da «coesão económica e social» e da convergência real das economias.

Levantaremos a bandeira da distribuição do rendimento nacional. Somos reconhecidamente, quer pelas estatísticas oficiais da União Europeia quer pelos relatórios do Conselho Económico e Social, a sociedade mais desigual da União Europeia. O país que tem o mais baixo salário mínimo, os mais baixos salários médios, as mais baixas pensões de reforma e invalidez, e simultaneamente as mais altas taxas de concentração de riqueza e de lucro do capital financeiro. O país em que é maior o fosso entre os dez por cento mais ricos e os dez por cento mais pobres. O país em que seis grandes grupos económicos detêm em conjunto qualquer coisa como 27 por cento do Produto Interno Bruto.

Por isso é necessário dar resposta a esta questão, o que passa por um aumento de salários de forma realista mas sustentada, sendo este também um factor impulsor do aumento de produtividade e de alargamento do mercado interno. Da mesma maneira há que fazer um esforço quanto à elevação das pensões e reformas nomeadamente em relação às mais degradadas, não nos podemos esquecer que elas mesmo são um dos principais factores de pobreza juntamente com os baixos salários. E é necessário aprofundar a justiça fiscal desagregando os rendimentos mais baixos e criando um imposto sobre as grandes fortunas. No quadro das desigualdades e dos problemas sociais há que dar uma grande atenção à precarização do trabalho, ao trabalho com direitos, à situação de milhares de jovens à procura do primeiro emprego ou sem emprego garantido e às discriminações que continuam a verificar-se em relação à mulher. A protecção eficaz dos direitos relativos à maternidade e à paternidade o combate em relação às desigualdades salariais que atingem as mulheres e a luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez são direcções de luta do PCP para serem concretizadas na próxima legislatura.

E quanto à despenalização da interrupção voluntária da gravidez saliente-se que é uma vergonha que, pela hipocrisia do PS, do PSD e do PP, Portugal tenha ainda uma legislação mais recuada do que por exemplo a vizinha Espanha e que no século XXI haja ainda mulheres a passarem pelo vexame de um julgamento e a exporem a sua vida privada.

Combater as opções neoliberais

Levantaremos a bandeira da eficácia da despesa pública, do chamado desequilíbrio das finanças públicas. Mas em relação ao problema das finanças públicas é preciso que se diga que este não é fundamentalmente um problema do volume da despesa pública.

O problema das finanças públicas é fundamentalmente o da afectação dos recursos orçamentais disponíveis, o do rigor e transparência da sua gestão, o do alargamento da base tributária e o de uma mais justa repartição da carga fiscal. E que a resposta a esta

questão passa pelo corte das despesas não essenciais, pelo combate à multiplicação de institutos e serviços públicos com funções sobrepostas, à política dos *jobs for the boys* e por reforçar o controlo e racionalização financeira dos serviços da administração pública incluindo os serviços e fundos autónomos.

Mas passa também pelo aumento das receitas de forma justa com a reposição da tributação efectiva e socialmente justa das mais-valias e do princípio do englobamento pleno de todos os rendimentos. O desagregamento da tributação sobre os rendimentos do trabalho, designadamente dos mais baixos e a contemplação mais adequada das famílias numerosas. O aprofundamento do regime da tributação das empresas financeiras e seguradoras, numa perspectiva socialmente mais justa e equitativa. É inaceitável como mostram mais uma vez os resultados do capital financeiro que a banca continue a pagar uma taxa efectiva de IRC de 12 por cento quando qualquer pequeno e médio empresário paga uma taxa de 30 por cento. Impõe-se também uma revisão drástica dos privilégios ilegítimos concedidos às zonas francas e a revisão geral do estatuto dos benefícios fiscais no sentido da sua substancial redução.

Queremos daqui recordar e sublinhar que no Orçamento para este ano se estima em mais de 370 milhões de contos os benefícios fiscais não produtivos que vão ser concedidos. Por outro lado é necessário combater a grande evasão fiscal. Registe-se que ninguém defende que o défice orçamental possa evo-

lucionar a reforma de fundo com vista a uma melhor prestação do serviço público com menores recursos financeiros — saúde, ensino, formação profissional, justiça, administração pública.

Precisamos de um Serviço Nacional de Saúde eficiente. No nosso entender, é necessário colocar como prioridade a drástica redução das listas de espera, começando pelo integral aproveitamento dos recursos e meios existentes no Serviço Nacional de Saúde. A resposta efectiva à falta de médicos de família, enfermeiros e outros profissionais. A redução dos gastos dos cidadãos e do Estado com medicamentos, através do alargamento e promoção dos medicamentos genéricos disponíveis, a prescrição por princípio activo, o redimensionamento das embalagens, a revitalização das farmácias hospitalares e ter em conta que há um conjunto de medicamentos que inclusivamente ficariam mais baratos se fossem dispensados gratuitamente no Serviço Nacional de Saúde do que serem comparticipados.

É necessário também implementar um plano de prevenção e combate ao alcoolismo. Quanto à toxicod dependência, entendemos que o esforço do Estado deve ser direccionado em três grandes vectores: prevenção, recuperação dos toxicod dependentes, combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais.

Precisamos duma escola pública gratuita e de qualidade, que tenha a escola pública como opção fundamental. Impõe-se o alargamento da rede pública do pré-escolar e uma grande atenção à democratização do acesso e do sucesso educativos, bem como o incremento do apoio social escolar em todos os níveis de escolaridade e às saídas profissionais dos novos licenciados.

O nosso programa com medidas globais e sectoriais que apresentámos esta semana marca a diferença e é uma contribuição séria para dar resposta aos graves problemas com que se debate o povo e o País.

Camaradas e amigos, nós não nos resignaremos, nem baixaremos os braços perante o que é injusto, inaceitável e intolerável.

Nós não nos resignaremos perante os talibans do neoliberalismo, que querem perpetuar e acentuar a exploração, a dominação, a concentração da riqueza, através dos seus dogmas e da sua hipocrisia.

Não nos vergaremos perante a arrogância da Administração Bush e de Ariel Sharon e também por isso ainda esta semana dois deputados do PCP, António Filipe e Margarida Botelho estiveram em Israel e na Palestina designadamente com Arafat prestando em nome do PCP e da CDU a nossa solidariedade ao povo da Palestina, à Alta Autoridade Palestiniana e às forças de paz israelitas.

Nós não nos resignaremos nem baixaremos os braços na luta contra a globalização capitalista e por isso mesmo também daqui saudamos todos aqueles e aquelas que em Porto Alegre no Brasil onde esteve uma significativa delegação do nosso Partido, intervieram por uma maior consciencialização anti-imperialista.

Como já alguém disse, o que separou a reunião de Nova Iorque do Fórum de Porto Alegre não foi apenas os milhares de quilómetros. Em Nova Iorque estiveram os grandes senhores a tratar do mundo dos negócios, em Porto Alegre tratou-se dos problemas do mundo.

E também por tudo isto, pelo nosso património de intervenção, pelo generosidade dos seus activistas e simpatizantes, o reforço da CDU é a mais sólida garantia de que a luta por uma nova política em Portugal, pela justiça e transformação social e paz no mundo terão mais força e dará voz onde ela faz falta.

Propostas que marcam a diferença

Uma outra bandeira que levantaremos diz respeito às funções sociais do Estado e aos serviços públicos. É necessário

Porto Prioridade à coesão e à justiça social

A CDU apresentou na passada quarta-feira o seu compromisso eleitoral para o distrito do Porto. Em conferência de imprensa, a candidatura da CDU, pela voz de Honório Novo, o primeiro candidato da lista, expôs as seis prioridades de intervenção na luta por um distrito mais desenvolvido, justo e solidário.

A exigência de maior atenção com as regiões do Baixo Tâmega, Vale do Sousa e Vale do Ave, tradicionalmente esquecidas em termos de investimento público, a urgência na qualificação das vias e dos transportes públicos, a construção e recuperação de habitação social são algumas das preocupações referidas no Compromisso Eleitoral da CDU. Num distrito onde os salários são inferiores à média nacional em cerca de 7 por cento e onde existem das mais elevadas taxas de pobreza e exclusão, a CDU lança um forte apelo à criação de emprego, à dignificação dos salários, das pensões e reformas, e à garantia de um melhoramento nas prestações da Segurança Social, sempre com o objectivo de garantir um desenvolvimento consequente e um verdadeiro progresso social para a população do distrito do Porto.

Atender à educação e à saúde

Tendo em consideração que o distrito do Porto possui taxas de analfabetismo, de abandono e insucesso escolar, das mais altas do País e que, por outro lado, tem uma das mais baixas taxas de coberturas no ensino pré-escolar, a CDU reclama mais infra-estruturas, mais equipamento escolar e melhores condições de ensino, como pilares de uma escola pública de qualidade, a par de outras medidas de inserção e alarga-

mento da rede geral de ensino.

Num distrito onde dezenas de milhar de pessoas não possuem médico de família e onde escasseiam diversos centros de saúde e equipamentos hospitalares, a CDU aposta na valorização do Serviço Nacional de Saúde, na cobertura integral da rede de cuidados primários, na resposta eficaz e em tempo útil dos serviços hospitalares, na maior humanização das condições de atendimento e internamento, na assistência domiciliária para convalescentes e doenças crónicas e prolongadas, na generalização dos genéricos e na distribuição gratuita de medicamentos em certos casos. A CDU está determinada a retomar algumas das propostas de criação de Centros e Extensões de Saúde que apresentou na Assembleia da República e que o PS rejeitou.

A dinâmica de fortalecimento: para um distrito melhor

A CDU parte para esta batalha no distrito do Porto com um compromisso claro: o de tornar a levar à Assembleia da República as aspirações, as necessidades e a voz da população do distrito sempre na concretização das propostas e soluções que constituam alterações significativas – para melhor – nas suas condições de vida e estando diariamente a acompanhar as suas lutas e justas reivindicações – como actualmente se verifica com o apoio à luta dos trabalhadores da Molin, da Petrogal e dos pescadores do arrasto costeiro. O trabalho dos deputados do PCP e do PEV dão assim, pela prática, a melhor das garantias na prossecução de uma verdadeira política de esquerda para o distrito do Porto e para Portugal.

Braga SIC volta a atacar o pluralismo

Um dia antes da concentração em frente aos estúdios da estação de Carnaxide – e após ter recebido diversas queixas da CDU devido aos critérios adoptados nos debates televisivos sobre as eleições legislativas –, a coordenadora distrital de Braga da CDU emitiu um comunicado onde manifesta o seu «firme protesto pela clara discriminação que é feita à nossa candidatura e a outras do distrito», ao serem afastadas da participação no debate a transmitir pela estação.

A CDU entende que esse protesto é ainda mais firme quando são «incompreensíveis os critérios» que levam aquele canal a que, no Porto e Setúbal os debates sejam com candidatos de todas as forças políticas, em Faro com PS, PSD, CDU e PP, e em Leiria, Coimbra, Portalegre,

Madeira, Santarém e Braga – nestes dois últimos a CDU tem deputados eleitos – sejam apenas com candidatos do PSD e do PS.

A coordenadora distrital considera que, «a manterem-se tais critérios, eles configuram uma clara discriminação eleitoral a um conjunto de partidos concorrentes às próximas eleições, em vários círculos eleitorais e nomeadamente à lista da CDU pelo círculo eleitoral de Braga», pelo que não só protesta como reclama a sua participação no debate que vier a ser realizado nesse canal com os candidatos das listas concorrentes às próximas eleições legislativas de 17 de Março, nomeadamente dos já convidados candidatos do PS e do PSD. A coligação deu conta do protesto à Comissão Nacional de Eleições.

Carlos Carvalhas defende, em Faro, criação de Programa de Prevenção da Toxicodependência

CDU intervirá

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, deslocou-se, na sexta-feira passada, ao Algarve, onde participou em diversas iniciativas de pré-campanha eleitoral da CDU.

Acompanhado de João Goulão, cabeça de lista da CDU pelo o círculo eleitoral de Faro, e de outros candidatos, Carlos Carvalhas começou por visitar a Universidade do Algarve, onde, depois de se encontrar com o Reitor, almoçou com alunos na cantina.

O secretário-geral do PCP visitou, a seguir, o Centro de Atendimento à Toxicodependência (CAT), em Olhão, onde teve uma reunião com a Direcção e técnicos deste Centro, dirigindo-se, a partir daí, para Faro onde, acompanhado de candidatos e apoiantes da CDU, participou numa acção de distribuição de propaganda e contacto com a população, na Rua de Santo António.

Por fim, Carlos Carvalhas participou num jantar com três centenas de apoiantes da CDU. Nesta iniciativa, que a CDU aproveitou para apresentar os seus candidatos pelo círculo de Faro, intervieram, para além do secretário-geral do PCP, o jovem João Costa, estudante universitário e candidato da CDU, e o médico João Goulão, cabeça de lista.

Algumas preocupações

No final da visita ao CAT de Olhão, Carlos Carvalhas fez uma declaração sobre Toxicodependência, começando por explicar a razão daquela iniciativa: «dar expressão pública» às preocupações dos comunistas e «enaltecer a intervenção exemplar» de muitos profissionais do sector, ao lado dos quais se encontra o cabeça de lista da CDU pelo Algarve,

João Goulão, que tem desempenhado importantes funções naquela área.

É a estes técnicos que, na opinião de Carlos Carvalhas, se ficam a dever, em grande medida, muitos dos avanços alcançados, «tantas vezes num quadro de insuficiente apoio dos Governos, em que sobrou desresponsabilização e propaganda e faltou muitas vezes uma acção empenhada

problemática da toxicodependência» que permita um «combate eficiente» à situação existente.

«Para além das drogas clássicas, generalizam-se as drogas sintéticas», disse Carlos Carvalhas. «Os mercados da droga, as doenças infectocontagiosas e a dimensão da toxicodependência em meio prisional revelam a insuficiência da resposta ao problema». E, apesar do aumento de apreensões de droga, «continuam escassos os meios de comba-

**Não existe um
estudo científico
de caracterização
desta
problemática**

medidas de prevenção primária» e «o alargamento da rede pública de atendimento, tratamento e reinserção social»; defendendo «uma estratégia de redução de danos que vise a prevenção da SIDA e outras doenças»; propondo «um plano de intervenção em meio prisional, que dê resposta às necessidades de tratamento de todos os reclusos toxicodependentes»; defendendo «o reforço de coordenação e do dispositivo de combate ao tráfico de drogas e a criação de um Pro-



Também em Faro, o secretário-geral do PCP prosseguiu os contactos que tem mantido com a população de todo o País

na resolução consolidada dos problemas».

Lembrando as medidas legislativas adoptadas nos domínios do tratamento, da despenalização do consumo e do branqueamento de capitais, por iniciativa do PCP, na anterior legislatura, o líder comunista chamou a atenção para o facto de, em Portugal, ainda não existir «um verdadeiro estudo científico da caracterização da

te ao tráfico e ao branqueamento de capitais».

Prevenir e recuperar

Na próxima legislatura, a CDU intervirá, assim, nos vectores da «prevenção, recuperação dos toxicodependentes, combate ao tráfico e branqueamento dos capitais», defendendo «novas

grama Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais».

O PCP e a CDU confiam, entretanto, em que, «partindo do seu património nesta matéria, do seu programa e da qualificação dos seus deputados, estão em condições de honrar os seus compromissos para dar resposta aos graves problemas da toxicodependência no nosso país».

Aveiro Eleger um deputado que trabalhe

«Nos dois anos e meio que medeiam desde as últimas eleições legislativas – em que a CDU não elegeu nenhum deputado pelo distrito de Aveiro – até hoje, os deputados das forças que integram a CDU tiveram uma intervenção contínua e consequente em defesa dos trabalhadores e das populações do distrito», afirma a CDU na nota de imprensa que emitiu com o intuito de prestar contas do trabalho realizado pelos seus deputados no distrito, que elege 15 deputados.

Apesar de não ter elegido qualquer deputado pelo círculo, a CDU realizou cerca de sessenta reuniões e iniciativas com a participação de deputados em vinte visitas de trabalho ao distrito, apresentou 33 requerimentos ao Governo, sessenta e seis pro-

postas de alteração ao PIDDAC, nos três orçamentos de Estado em apreciação, e deu ainda corpo isoladamente ou em conjunto com outros deputados, a três iniciativas de grande importância – três projectos de resolução, e colocado questões a membros do Governo, no decurso de debates parlamentares. Entre as propostas de alteração ao PIDDAC, destacam-se, a título de exemplo, o Programa Extraordinário para o Saneamento Básico no Distrito, a construção do novo traçado do IC2 entre Arrifana e Carvalhos ou o Programa Especial de Defesa da Costa, que como todas as outras propostas foram rejeitadas pelo PS.

Face à sua importância, a CDU assume que muitas das propostas que não tiveram acolhimento irão fazer

parte do Compromisso Eleitoral dos candidatos da coligação.

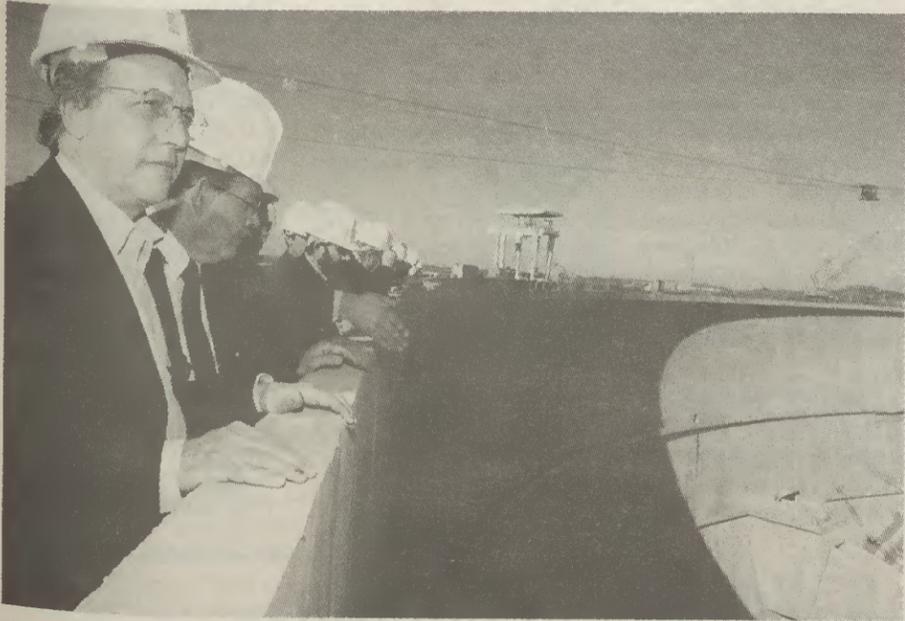
Assumindo que «este é um balanço que não teme comparações», a CDU desafiou, uma vez mais, os 15 deputados eleitos pelo distrito a «apresentarem o trabalho realizado em defesa do distrito, nestes dois anos e meio, e pedimos que se faça a comparação do trabalho que eles fizeram com o trabalho da CDU» pois, no momento em que se discute a eleição de 15 novos deputados, é fundamental que se «reflecta nesta realidade e premeie quem trabalhou, apesar das limitações que temos pelo facto de não termos deputados, e abra a possibilidade de alargar em muito este trabalho, com a eleição de pelo menos um deputado da CDU».

Carlos Carvalhas em Alqueva e Beja

Avançar com a reestruturação fundiária

O apelo ao reforço da votação na CDU para derrotar a direita e a política de direita, nas eleições de 17 de Março para a Assembleia da República, foi a tónica das intervenções de Carlos Carvalhas na visita ao distrito de Beja, na segunda-feira.

As eleições são para eleger 230 deputados e não para escolher um primeiro-ministro; a verdadeira alternativa



O PCP quer que Alqueva avance com todas as suas valências

não é entre o PS e o PSD mas entre uma política de direita, protagonizada por aqueles dois partidos, e uma política de esquerda, só viável com o reforço do PCP; com a CDU mais forte é possível derrotar a direita e a política de direita; contra a tentativa de «bipolarização forçada», faz

falta uma CDU reforçada; por isso, a 17 de Março, o voto certo, o voto útil, é na CDU – estas foram as ideias centrais do discurso de Carlos Carvalhas, transmitidas ao longo da visita ao distrito de Beja, na segunda-feira, 25.

Acompanhado por membros da Direcção da Organização de Beja, pelos deputados Rodeia Machado e Lino de Carvalho – de novo candidatos por Beja e Évora –, por outros candidatos, por autarcas alentejanos e por diversos responsáveis regionais e locais, o secretário-geral do PCP visitou Alqueva e teve um encontro com a administração da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva (EDIA).

Na ocasião, o dirigente comunista reafirmou que é necessário avançar com o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva com todas as suas valências –

agricultura, reserva de água, produção de energia e turismo. Sublinhou a importância estratégica da reestruturação fundiária na zona de Alqueva, lembrando a proposta do PCP, de criação de um banco de terras, apresentada na Assembleia da República e rejeitada pelo PS, PSD e PP.

Deve-se avaliar os partidos pelo que fazem e não pelo que prometem

Deputados para desenvolver o Alentejo

Já em Beja, Carlos Carvalhas encontrou-se com reformados – que encheram por completo a Casa da Cultura –, a quem pediu para avaliarem os partidos não pelo que prometem mas pelo que fazem. E lembrou a luta do PCP e dos seus deputados por melhores reformas e pensões, por condições de vida dignas para os reformados e idosos.

O secretário-geral do PCP encontrou-se ainda com a

direcção do Núcleo Empresarial da Região de Beja, tendo reafirmado aos empresários do distrito que os comunistas vão continuar a bater-se, na Assembleia da República e em todas as instâncias, pelo pleno aproveitamento do empreendimento de Alqueva, pelos investimentos no Porto de Sines, pela concretização do Aeroporto de Beja e pela construção do IP 8 ligando o Atlântico à fronteira, todos projectos fundamentais para o desenvolvimento do Alentejo.

Numa jornada intensa pelo distrito de Beja, Carlos Carvalhas ainda teve tempo para participar num encontro com 350 pessoas em Pias, no concelho de Serpa – cuja população está envolvida numa luta para impedir a extinção do Hospital de Serpa, decidida pelo governo demissionário do PS – e num jantar com cerca de 400 apoiantes da CDU, no Pavilhão Municipal do moderno e amplo Parque de Feiras e Exposições de Beja.

Évora

Fazer mais e melhor

A DOREV do PCP apresentou, na passada semana, um balanço da acção do deputado eleito pelo círculo ao longo dos dois anos que durou a legislatura, no qual é salientado o seguimento dado pela coligação aos compromissos assumidos com os eleitores. A DOREV destaca os 25 projectos de lei do PCP que são, hoje, leis da república tão importantes como a Lei de Bases da Segurança Social, as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência, a despenalização do consumo de drogas, a reforma dos impostos sobre os rendimentos, a protecção às uniões de facto, o apoio às mães e pais estudantes, entre muitas outras.

No que respeita ao deputado eleito por Évora, Lino de Carvalho, a DOREV resalta as 132 intervenções, os 91 requerimentos ao Governo e as 43 iniciativas legislativas por si apresentadas nos dois anos que durou a VIII legislatura, que «inesperadamente» foi interrompida a meio após o «pedido de demissão e fuga do primeiro-ministro».

Sobre questões específicas da região, a DOREV lembra que «nenhum problema do distrito e da região deixou de ser levado à Assembleia da República» e destaca o projecto de lei – rejeitado pelos grupos parlamentares do PS, PSD e PP – que visava a adopção

de «medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção de Alqueva» e que pretendia que «as mais-valias de um investimento público superior a 350 milhões de contos revertesse para a região e para o País e não fossem embolsadas pelos interesses particulares». O projecto previa que fossem criadas «explorações agrícolas de dimensão adequada através da compra ou da expropriação» com vista à criação de um banco de terras, a ser entregue em regime de arrendamento a pequenos agricultores, o que garantiria a democratização do acesso à terra e o aproveitamento da área de 110 mil hectares que vai ser regada. Este projecto – que deu lugar a uma petição subscrita por 46 mil portugueses –, ao ser chumbado, «deixa sem perspectiva uma solução futura que garanta que Alqueva seja, de facto, uma alavanca para o desenvolvimento agrícola do Alentejo e a criação de emprego», considera a DOREV.

O documento de prestação de contas da Direcção Regional de Évora termina com uma questão: «vai votar em quem promete, e não cumpre?», numa clara alusão ao PS que se comprometeu a avançar com uma série de projectos – hospitais, centros de saúde, redes viárias, etc. – que depois deixou cair.

Cerca de duzentos activistas e simpatizantes da CDU participaram, no passado domingo, na Moita, num almoço com Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa e outros candidatos e dirigentes das forças que compõem a coligação.

lista de leis aprovadas na AR por proposta ou com o voto do PCP.

E prosseguiu alertando para a necessidade de lembrar que o PS e PSD sempre pautaram as suas políticas pela «arrogância e a aceita-

centro do Montijo, sublinhou que, no distrito de Setúbal, «elegemos, em 1999, cinco deputados do PCP e dos Verdes, e o PS sete. Sete deputados que, após as eleições, se divorciaram dos problemas, das aspirações dos trabalha-

políticas seguidas pelo governo PS e no Orçamento de Estado deram o dito pelo não dito».

O candidato referiu-se também aos mais desiludidos ou mais cansados, os que advogam que «são todos a mesma coisa» ou que «a CDU nunca ganha». A esses – continuou Jerónimo de Sousa – «é preciso dizer-lhes: Não! Não são todos a mesma coisa. A CDU, os deputados eleitos pelo PCP e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” foram diferentes e são diferentes por aquilo que propuseram, por aquilo que fizeram, pelas causas e valores que defenderam, até pela forma como estão na política». E quem votou, na CDU, afirmou, não perdeu, mas ganhou «porque deu um voto àqueles que souberam cumprir o sentido da sua aspiração, da sua reivindicação e da sua luta».

Perderam outros, «os homens, mulheres e jovens que, de boa-fé, entregaram o voto ao PSD e ao PS e verificaram, passado este tempo, que a acção dos que ajudaram a eleger não correspondeu nem à sua esperança, nem aos seus anseios e quantas e quantas vezes foi contra os seus interesses e direitos».



O PS e o PSD pautam as suas políticas pela arrogância e pela aceitação da desigualdade, afirmou Carvalhas na Moita

Carvalhas chamou atenção para a importância do acto eleitoral de 17 de Março, pois o que «está em causa é sabermos se vamos continuar no essencial sujeitos a uma política de direita ou se queremos mudança». É que, «nos últimos anos, muitos cidadãos enganaram-se no voto, mas depois viram que a CDU tinha razão». Sendo assim, o secretário-geral do PCP exortou ao «esclarecimento e pedagogia como forma importante da correcção do voto». Desse acto de pedagogia poderá fazer parte a longa

ção da desigualdade». Portanto, continuou o secretário-geral, não podemos dar continuidade a estas políticas, porque o «reforço da CDU é a grande contribuição para a derrota da direita e da política de direita». Enfim, disse Carvalhas, não podemos ir na conversa de Frei Tomás: «Olhai para o que eu prometo, não para aquilo que eu fiz.»

Jerónimo de Sousa, cabeça de lista da CDU por Setúbal, que passou a manhã – acompanhado de outros candidatos – a distribuir documentos no

quadro das orientações e das

Com os trabalhadores

A Comissão Sindical Nacional do Partido Comunista Português promove, no próximo dia 7 de Março, um encontro de dirigentes e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores subordinado ao tema «Trabalhadores com a CDU». A iniciativa, onde estarão presentes Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, está marcada para as 18 horas, no Teatro Villaret, em Lisboa.

6.ª Assembleia de Torres Vedras

Com a presença de mais de quatro dezenas de delegados e diversos convidados, a organização do PCP no concelho de Torres Vedras reuniu, no sábado passado, no Auditório Municipal, a sua 6.ª Assembleia de Organização.

Depois de aprovada a constituição da mesa, da ordem de trabalhos e do regulamento, procedeu-se ao debate, verificando-se a intervenção de numerosos delegados que se debruçaram sobre o relatório de actividades apresentado pela Comissão Concelhia cessante.

Os delegados abordaram, ainda, diversos assuntos da actualidade, como sejam a situação económica e social do concelho, as dificuldades e os sucessos do Partido na

região e diversas frentes de trabalho - autárquico, sindical, colectividades e outras organizações populares, juventude, reformados, entre outras.

As opiniões críticas proferidas, por um número reduzido de camaradas, relativamente à orientação política do Partido, gerando uma acesa polémica, não impediram, contudo, que o relatório de actividades tivesse sido aprovado sem alterações e com apenas duas abstenções.

Por fim, depois de aprovada a nova Comissão Concelhia, agora constituída por 18 elementos de diversas profissões e idades, interveio Francisco Lopes, membro da Comissão Política, que encerrou os trabalhos da Assembleia.

Linha da Póvoa encerra

«Não há razões para festas sim para indignação», diz a organização dos ferroviários do Porto do PCP, a propósito do encerramento da Linha da Póvoa, ocorrido no sábado passado.

Em conferência de imprensa, realizada na véspera, os ferroviários do PCP apelidam aquela medida de «erro histórico» e afirmam que um transporte com as características do Metro ligeiro de superfície «está mais vocacionado para transportes urbanos», não sendo solução para os problemas dos utentes da linha da Póvoa - excessivo tempo gasto em viagens. Por outro lado, o trânsito caótico da cidade só será ultrapassado com uma rede de metropolitana urbana que, ligada a outros meios de transporte, facilite a mobilidade rápida e desmobilize o uso do automóvel.

Entretanto, atendendo aos valores necessários para a duplicação do traçado e para novas carruagens - respectivamente 13 milhões e seis milhões de contos -

muitas entidades, conscientes da «gravidade da situação», começam a não perceber a insistência numa solução que não tem qualquer sustentação técnica.

Quanto às sucessivas administrações da CP deram «de mão beijada» uma das linhas mais importantes da rede ferroviária, enquanto os responsáveis das autarquias envolvidas, revelando a sua «incapacidade», se mantiveram «silenciosos» face àquela desafeitação.

Hoje existem mais dificuldades para resolver os problemas de transportes alternativos de milhares de utentes e mais dificuldades para os trabalhadores ferroviários, diz, por fim, o PCP, deixando algumas interrogações, nomeadamente sobre os critérios aplicados para a transferência, ou não, para o Metro de ferroviários da linha da Póvoa - sendo que estão a ser postos em causa direitos e regalias daqueles que já transitaram -, e sobre qual o preço dos bilhetes do Metro do Porto.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Adelino da Silva Raposo

Faleceu, no passado dia 21, com 87 anos de idade, o camarada Adelino da Silva Raposo, operário metalúrgico reformado. Lutador antifascista, foi preso pela PIDE em 1935, tendo passado pelas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche. Tornou-se militante do PCP em 1974, estando actualmente organizado na freguesia de São Miguel (Alfama). Foi delegado sindical da Metroteca, Amadora.

Ernesto Possante

Vítima de morte súbita, faleceu, no passado dia 17, com 46 anos de idade, o camarada Ernesto Possante. Muito estimado pela população de Cacilhas, onde residia, estava organizado na Comissão de Freguesia.

Fernando Pedro Trigo Rodrigues Soares

Após doença prolongada, faleceu, no passado dia 13 de Fevereiro, na Nazaré, onde residia desde 1948, o camarada Fernando Pedro Trigo Rodrigues Soares, de 79 anos. Natural de Lisboa, foi médico veterinário da Câmara Municipal da Nazaré. Fundou, em 1958, o Externato D. Fuas Roupinho, iniciando o ensino secundário e mantendo-se sempre

ligado à educação e ensino. Foi fundador do STAL. Foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal da Nazaré após o 25 de Abril e eleito vereador durante 8 anos como independente nas listas da CDU.

Membro do PCP desde 2000, foi mandatário da CDU nas últimas eleições autárquicas. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Francisco Pinto

No último sábado, foi a sepultar o corpo de Francisco Pinto, de 79 anos de idade. Antigo membro do Comité Local de Sacavém, esteve encarcerado, nos anos 40 e 50, nas prisões fascistas do Aljube, Caxias, Porto e Peniche. Foi um camarada que deu qualificada contribuição para o alargamento e movimentação dos trabalhadores da sua região.

José António Gonçalves de Oliveira

Faleceu, no passado dia 22, com 68 anos de idade, o camarada José António Gonçalves de Oliveira, bancário reformado. Estava actualmente organizado na SIP da Concelhia de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, a colectiva do Avante! manifesta sentidas condolências.

SIC e RTP põem em causa igualdade de tratamento das várias forças políticas

CNE dá razão ao PCP

Na sua reunião de 19/2, a CNE analisou queixas sobre os critérios discriminatórios da SIC Notícias na organização de debates ao nível de diversos distritos e bem assim uma queixa do PCP contra a SIC por, durante 14 dias seguidos, ter ignorado totalmente as actividades da CDU.

É o seguinte o texto integral dessa deliberação:

«É recorrente a questão dos critérios jornalísticos.

«O que acontece é que os critérios jornalísticos, sejam eles quais forem, não podem sobrepor-se ao cumprimento da lei, quando esta diz (art.º 56 da LEAR) que as diversas forças políticas devem ser igualmente tratadas pelos órgãos de comunicação social, em termos de nenhuma dessas forças poderem ser beneficiadas ou prejudicadas.

Durante 14 dias, a SIC silenciou as iniciativas do PCP e da CDU

«Quando um órgão de comunicação social, nomeadamente a SIC deixa de dar - durante 14 dias - uma única notícia sobre o calendário político de um certo partido, que por este lhe foi comunicado, ao mesmo tempo que noticia as acções de outros partidos, está por omisões a prejudicar o referido partido.

«Também não aceita a CNE que a SIC se refugie em critérios jornalísticos que não incluam um tratamento igualitário - imposto por lei - de

todos os concorrentes à eleição. Recomenda-se, assim, à SIC e SIC Notícias que repondere os seus critérios, tendo em conta o período eleitoral em curso e, sobretudo, o período de campanha eleitoral que se avizinha.»

Críticos defeituosos

Entretanto, na passada segunda-feira, o PCP apresentou queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) e à Comissão Nacional de Eleições (CNE) contra a RTP pelo facto de no «Jornal 2» ter iniciado em 21/2 uma série de debates sobre temas programáticos, que prosseguiu na edição daquele serviço noticioso de 23/2, sempre apenas com a participação de representantes do PS e do PSD.

Na referida queixa, o PCP

sublinha que, com a agravante de tal se verificar na estação de serviço público que se devia orientar por um estrito respeito pelas regras democráticas, se trata de uma iniciativa que «se traduz objectivamente numa ostensiva pressão mediática sobre o processo de formação da vontade dos eleitores visando apresentar o PS e o PSD como as únicas reais opções de voto em 17 de Março».

O PCP solicitou à CNE e à AACS que adoptem as tomadas de posição e iniciativas que contribuam para «travar uma patente espiral de procedimentos e critérios defeituosos que, a nosso ver, indiscutivelmente tem projecções muito negativas sobre a democraticidade do processo eleitoral e representam um claro prejuízo para forças concorrentes» às eleições de 17 de Março.

Instabilidade laboral na Câmara de Loures

como sua «única certeza» e vontade é «parar os concursos» e «coarctar as justas expectativas das pessoas». Sem que, para mais, fazem-no responsabilizando a estrutura dirigente, ou seja, «escamoteando e não assumindo as suas responsabilidades políticas».

Lembrando que a gestão da CDU sempre se pautou pelo

respeito dos princípios «de estabilidade de emprego e da valorização dos Recursos Humanos», os comunistas consideram «inaceitável» que, «em nome de falsos critérios de racionalidade» e de «supostas dificuldades financeiras», o PS venha criar no município «um inadmissível clima de instabilidade a muitos trabalhadores».

Por fim, garantindo que os custos de pessoal estão abaixo de 50 por cento das despesas correntes e muito longe de atingir os limites legais, a célula do PCP apela à unidade dos trabalhadores na luta em defesa da continuação dos concursos e nomeações e do respeito pelos direitos dos trabalhadores, sem quaisquer despedimentos.

Emigração

Não à demagogia!

«Não façam passar por tontos» os estrangeiros que vivem no estrangeiro, pede a Direcção da Organização na Emigração do PCP a propósito da campanha «de confusão e demagogia eleitoralista» por parte do Governo e dos candidatos do PS em torno do chamado ASIC - Apoio Social a Idosos Carentes das Comunidades Portuguesas.

A verdade, dizem os comunistas, é que a verba de 100 mil contos, cuja regulamentação foi recentemente aprovada em Conselho de Ministros, é a mesma que há muito havia sido aprovada no orçamento, com a diferença, apenas, de agora se designar ASEC - Apoio Social a Emigrantes Carentes - e, não se sobrepondo à já existente, se destinar a outras situações. Ou seja, o que agora se regulamentou foi o acesso a essa verba do ASEC que, afinal, «só será disponibilizada para apoios em situações de catástrofe ou de violência» e em países em que «o governo considere que os apoios locais não são suficientes».

Reconhecendo que se esta verba já existisse «poderia servir para apoiar os compatriotas vítimas das cheias na Venezuela ou familiares de vítimas da violência na África do Sul», o PCP considera, contudo, uma «completa falsidade» que ela seja propagandeada como medida de largo alcance e asso-

ciada ao ASIC já existente, na tentativa de fazer crer «que há um alargamento do seu âmbito e mais apoios para os emigrantes carentes».

Não só o âmbito do ASIC não foi alterado, como a idade para a ele ter acesso continua a ser os 65 anos, tendo apenas sido alterado o montante mínimo que cada pessoa passa a poder receber do ASIC: «a «fabulosa» quantia de 30 euros (6 contos!...)».

No seu comunicado, a DOE sublinha, ainda, o facto de «nenhuma destas manobras eleitoralistas» corresponder ou contemplar aquilo que há muito o PCP reivindica e que já foi por si proposto em Projecto de Lei: a criação de um verdadeiro Fundo Social de Apoio a Emigrantes Carentes, envolvendo as duas vertentes cobertas pelo ASIC e ASEC (contribuição mensal a idosos e respostas a situações pontuais).

Por fim, o PCP chama a atenção para o facto de a verba de 100 mil contos disponibilizada para o ASEC ser inferior ao subsídio anual atribuído ao Centro de Informação Jaques Delors, em Lisboa (financiado pelas receitas do Fundo para as Relações Internacionais respeitantes aos emolumentos consulares pagos pelos emigrantes portugueses, pelos serviços prestados) e lembra o universo das pessoas abrangidas pelo ASIC: apenas 3 mil.

MONTEMOR-O-NOVO Barragem é uma realidade

A Barragem dos Minutos foi, finalmente, construída. Associando-se à satisfação dos montemorenses por esta «importante vitória», a Comissão Concelhia do PCP lembra o importante contributo dado pelos comunistas para a sua concretização, designadamente na Assembleia da República, e algumas importantes iniciativas de massas que determinaram o êxito da luta pela construção da Barragem.

SETÚBAL Testes avançam na Sécil

O Governo PS, «desrespeitando a vontade das autarquias e das populações», teima em avançar com a co-incineração na cimenteira Sécil, em pleno Parque Natural da Arrábida, e prossegue a sua «estratégia de concentrar na região de Setúbal as indústrias poluentes e o tratamento e armazenamento de lixos industriais e perigosos», acusa a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP. De facto, o Governo deu início, na semana passada, aos testes com resíduos industriais perigosos nos fornos da cimenteira Sécil e inaugurou o Aterro de Resíduos Industriais Banais nas Praias do Sado, o que suscitou ao PCP, a pergunta sobre que compromissos obrigam «a esta postura inflexível e politicamente incorrecta» por parte do Governo demissionário do PS. No comunicado que emitiu após análise à situação política e social, a concelhia de Setúbal saúda ainda a vitória das listas unitárias de trabalhadores na Portucel e na Lisnave/Gestnave e a luta dos estudantes do ensino secundário pela suspensão da revisão curricular.

MATOSINHOS Saudação ao Leixões

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP endereçou à Direcção, jogadores, corpo técnico e outros colaboradores do Leixões Sport Clube as suas felicitações «pelo brilhante resultado» alcançado, na quinta-feira passada, em Braga, e «pela vitoriosa carreira nas eliminatórias da Taça de Portugal», desejando a este clube «os maiores sucessos para a final do Jamor».

BEJA Em defesa da saúde

Em manifestação realizada, na sexta-feira, a população do concelho de Serpa repudiou com firmeza o encerramento do Hospital de Serpa que o Governo está a procurar levar a efeito. A extinção do Hospital de Serpa - que serve as populações de Serpa, Moura, Barrancos e Mértola -, insere-se numa estratégia de alegada «racionalidade económica» que o Governo tem vindo a adoptar nos últimos anos (com fecho de internamentos, limitação dos horários de abertura dos centros de saúde, carência de profissionais de saúde), que, afinal, apenas se tem traduzido, por «gravíssimos prejuízos no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde», dizem os comunistas, dando como exemplos dessa política o recente encerramento do hospital da Vidigueira e dos internamentos de Ferreira do Alentejo. Solidário com a população, o PCP condena, assim, «energicamente» a tentativa do Governo de impor a «fusão» dos hospitais de Beja e Serpa, que se processa «sem debate prévio com as autarquias e esclarecimentos à população».

O voto útil é na CDU

Em tempo de pré-campanha para as eleições legislativas, nas diversas iniciativas em que a CDU, como é aliás seu estilo próprio, promove um amplo e intenso contacto com as populações, vamos encontrando diversas ideias e opiniões que importa esclarecer. Ora, o balanço do trabalho na Assembleia da República apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e que presta contas deste mandato é um bom instrumento para muitos desses esclarecimentos necessários.



Bernardino Soares
Membro da Comissão Política

Já todos encontrámos homens e mulheres que, desiludidos com votos anteriores noutros partidos que depois não se traduziram na resolução dos seus problemas concretos, reagem dizendo que «os partidos são todos iguais». A todos esses podemos dizer que o PCP e a CDU são diferentes pelo seu trabalho e que, por exemplo, os 15 deputados do PCP apresentaram mais iniciativas na Assembleia da República (entre as quais 100 projectos de lei e 32 projectos de resolução) do que qualquer outro grupo parlamentar. E que para além da quantidade, as propostas eram também de qualidade,

pelo governo na Assembleia da República o PCP viabilizou 45 (sendo 27 com o voto a favor e 18 com abstenção). Isto significa que em cada uma delas olhámos para o seu conteúdo e sempre que encontrámos algum avanço, mesmo que pequeno, mesmo que para nós insuficiente, não deixámos de a viabilizar.

Mas já ninguém esperaria de nós certamente que estivéssemos de acordo com propostas e medidas contrárias aos interesses da população e do país. Nem se compreenderia que aceitássemos a manutenção de linhas fundamentais da política de direita vindas já do tempo do governo PSD. Foi o que aconteceu com os orçamentos de Estado em que o PS encontrou sempre à direita o apoio que precisava para manter uma política de salários e reformas baixas, de aumento dos benefícios fiscais para a banca e as actividades especulativas, de continuação das privatizações, de submissão cega aos critérios monetaristas da União Europeia ou de degradação dos serviços públicos. A estas orientações demos combate firme, afirmando a necessidade de uma política alternativa, de uma política de esquerda, tantas vezes expressa em propostas que PS, PSD e CDS-PP, sistematicamente chumbaram.

Um trabalho ímpar

A par disto ouvimos também com frequência o reconhecimento da

nossa seriedade mas acompanhado de um desencantado «mas vocês não chegam lá, pouco podem fazer». Não é verdade. Tendo apenas 15 deputados o PCP conseguiu ser o grupo parlamentar que mais leis viu aprovadas com origem em iniciativas suas. Foram 27 (não contando a criação de freguesias, vilas e cidades). Em matérias tão importantes como a segurança social, os direitos dos trabalhadores, as questões fiscais, a justiça, a saúde, o poder local, o combate à droga, entre outras (de que aliás o Avante! tem dado notícia). Por isso é justo dizer que também pelos avanços conseguidos vale sempre a pena apostar no PCP e na CDU.

Dizem-nos ainda muitas vezes que depois das eleições os problemas concretos e sentidos por cada um «nunca chegam lá acima ao parlamento e ao governo». Aos que o afirmam podemos responder com os 1570 requerimentos apresentados (29% do total), as 28 apreciações parlamentares de decretos-lei do Governo, os 4 debates de urgência, as 2 interpelações, o pedido de um inquérito parlamentar, as 24 chamadas de membros do governo a comissões. Ou ainda com as 14 audições parlamentares realizadas por nossa proposta na Assembleia da República ou os 9 encontros e debates realizados pelo próprio grupo parlamentar do PCP. E se ainda assim insistirem que «depois das eleições nunca mais cá aparecem» aí estão para o desmentir as 130 visitas efectuadas por nossa iniciativa, as 616 audiências realizadas com diversas organizações e entidades ou a resposta às questões de mais de 6000 cartas que recebemos.

É por isso que neste frenesim eleitoral em que se tentam reduzir as opções a PS e PSD e em que se atiram promessas aos quatro ventos sem qualquer intenção de concretizar muitas delas, é muito importante divulgar os factos. E a actividade do nosso grupo parlamentar permite provar que a CDU marca a diferença. Até ao último dia é preciso mostrar a todos que na CDU o que fazemos é o mesmo que dizemos. E que esse é o voto útil e de confiança.

“O PCP e a CDU são diferentes pelo seu trabalho”

sobretudo porque respondiam a problemas do povo e do país e encontravam soluções e caminhos para os combater e resolver. Ao contrário de outros, não esquecemos depois das eleições os compromissos assumidos na campanha eleitoral e muito menos defendemos na campanha o que antes negámos no parlamento.

Há também quem nos diga que tivemos uma atitude de «bota abaixo» em relação ao Partido Socialista e ao Governo. É uma convicção que o PS tenta aliás fazer passar como verdadeira. Mas os factos desmentem-na; das 97 propostas de lei apresentadas

**Mudar para melhor
CDU mais forte**

Para responder à ofensiva dos banqueiros e travar a degradação social na Banca

Capitulação rejeitada

Os comunistas e outros membros das listas unitárias nas estruturas representativas dos bancários acusam a direcção do sindicato de afastar os trabalhadores e atentar contra a democracia.

Vive-se uma acentuada degradação social na generalidade do sector bancário, apesar dos enormes lucros obtidos e da escandalosa impunidade com que é feita a fuga ao pagamento dos impostos, mas a direcção do SBSI, tal como as dos sindicatos do Norte e do Centro, nada faz, na estratégia sindical, para combater tão preocupante situação. O alerta tem sido dado insistentemente pela corrente sindical unitária, que tem um peso maioritário nas organizações de base e que rejeita o caminho tomado pelas organizações do PS e do PSD, depois de estas terem ganho as últimas eleições para os corpos gerentes.

Os unitários da Banca estão hoje a discutir a actual

Direcções sindicais são hoje um obstáculo à acção organizada dos bancários

situação e as soluções necessárias, pois não querem que os trabalhadores deixem de dispor de uma estrutura sindical activa, reivindicativa e capaz de conduzir a luta em defesa dos seus direitos e interesses – como salientam ao *Avante!* os camaradas **Gastão Barros**, coordenador do secretariado sindical do BES, **Fátima Amaral**, da comissão sindical do CPP, e **José Cabrita**, da comissão de trabalhadores do BPI.

Um grave golpe na democracia sindical foi dado com o recente referendo, usado pelas tendências dominantes para imporem a constituição de uma federação para onde podem passar todas as competências dos sindicatos,

mas cujos órgãos não são eleitos directamente pelos sócios. Afastados os bancários, fica criada uma almofada a qualquer contestação colectiva e organizada, que dê expressão ao descontentamento individual existente nos bancos.

Entre os principais problemas dos trabalhadores, os eleitos unitários apontam as pressões para reformas prematuras (já existe até a expressão «caça aos cabelos brancos»), a desregulamentação das relações laborais, o ambiente intimidatório, as perdas salariais em anos sucessivos.

«Passaram quase quatro anos, já tenho mais uma diuturnidade, mas o meu ordenado ainda é inferior ao que ganhava em 1998, no BBI/BFE» – refere, como exemplo, José Cabrita. Os bancários ainda não tiveram revisão salarial este ano, os representantes dos banqueiros na negociação do acordo colectivo de trabalho propuseram 2,5 por cento e não existe uma resposta sin-



Construir uma alternativa é a necessidade que se coloca a quem continua a defender uma visão sindical activa e reivindicativa, salientam José Cabrita, Fátima Amaral e Gastão Barros

dical para inverter a situação.

Gastão Barros denuncia a falta de qualquer travão às causas das reformas prematuras, pelo que os banqueiros ficam com mãos livres para recorrerem cada vez mais à contratação, através de empresas de prestação de serviços, de jovens que são mal remunerados e não usufruem de direitos sociais.

Oferta ao BCP

Além do acordo colectivo de trabalho, com aplicação vertical a todo o sector bancário, ser impunemente desrespeitado, os dirigentes sindicais do PS e do PSD começaram a firmar acordos de empresa que só são, para os trabalhadores, piores que o ACTV, e até ficam aquém do previsto na lei geral.

O caso mais gritante foi o do acordo com o grupo BCP. Este é detalhadamente criticado no site da corrente unitária (www.go.to/bancarios).

Ali são apontados alguns dos capítulos onde as alterações são mais profundas e mais negativas.

A progressão na carreira é seriamente danificada. Até agora, no ACTV, as promoções por mérito são dadas todos os anos a obrigatoriamente 15 por cento dos trabalhadores entre os níveis 4 e 9. No acordo do BCP não existem promoções obrigatórias. Na progressão por antiguidade também se levantam problemas a partir do nível 4. Se, por doença, que não obrigue a hospitalização, ou por outros motivos faltar mais de 25 dias por ano,

o bancário perde esse ano completo na contagem de antiguidade.

Acaba o subsídio de falhas atribuído aos caixas (ou trabalhadores que mexem em dinheiro).

O ACTV já era prejudicial, principalmente aos novos empregados, na possibilidade de transferência dentro do distrito de admissão ou contíguo; com o acordo do BCP, a transferência pode ser efectuada para qualquer localidade das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ou para municípios num raio de 40 Km do local de trabalho ou de residência.

O horário de funcionamento poderá ser das 8 às 20 horas (nos centros comerciais, poderá ir até mais tarde), com um máximo de 9 horas por dia e 45 horas por semana – com «acertos» de dois em dois meses para uma média de 35 horas semanais.

Outra novidade é a tolerância de 30 minutos diários, oferecidos ao banco para conclusão de trabalhos iniciados. O descanso para almoço pode ir de 30 minutos a 2,5 horas.

Exploração a subir

A média salarial na Banca é hoje quase 25 por cento inferior à que se verifica no Montepio Geral, onde os salários têm sido actualizados anualmente pouco acima da inflação. Este dado mostra como a generalidade dos bancários tem perdido poder de compra, tal como tem sofrido redução de direitos.

As intimidações revelam-se aos mais diversos níveis. Para levar trabalhadores a aceitarem a antecipação da reforma, o processo começa com um «convite»; se este não é bastante, seguem-se ameaças de transferência, quer de serviço quer de local de trabalho; e depois concretizam mesmo a mudança. Para impedir o exercício de direitos reconhecidos, como

os que constam na lei da maternidade e paternidade.

O CPP, do grupo Santander, já está a ir buscar pessoas que mandou para a reforma, para voltarem a trabalhar, mas com recibos verdes.

A desregulamentação afecta a definição das funções profissionais e a forma como é feita a progressão na carreira – caso do BPI, onde vários artificios são usados para escapar ao cumprimento das obrigações quanto a promoções por mérito.

Por todo o lado, como referiram os nossos entrevistados, registam-se abusos na organização dos horários, com trabalho suplementar e em dias de descanso que, muitas vezes, nem é remunerado.

Negócio contra saúde no Amadora-Sintra

Passados mais de seis anos sobre a entrega do hospital Amadora-Sintra ao Grupo Mello, a União dos Sindicatos de Lisboa afirma que «este modelo privado de gestão não só não melhorou a prestação de cuidados de saúde aos utentes, como foi uma gestão

privadas na saúde», a USL recordou que a construção da unidade custou 20 milhões de contos «provenientes de dinheiro dos nossos impostos», para ser entregue «de mão beijada» a um consórcio privado, em Novembro de 1995.

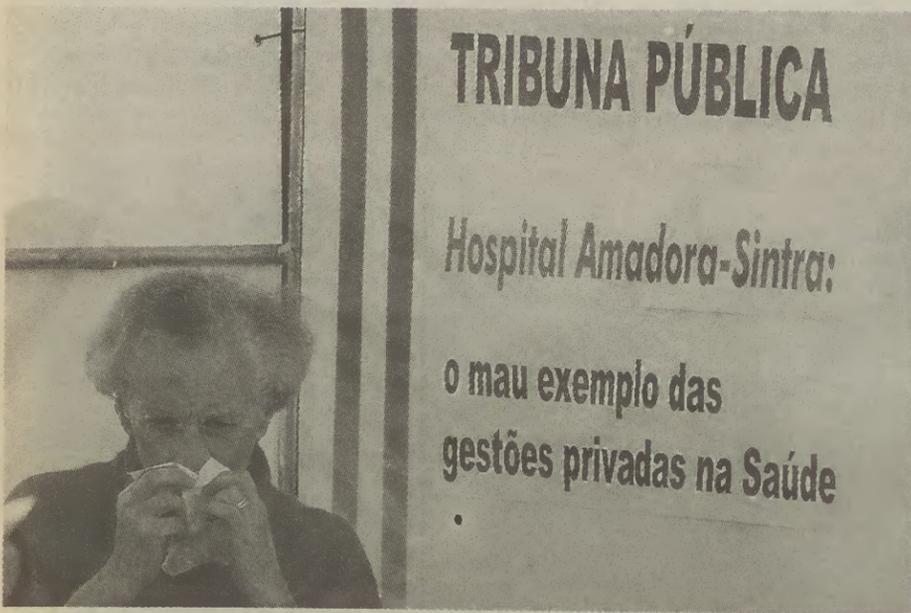
abrangendo os anos de 1999 a 2000, concluiu-se que, para uma idêntica produção de cuidados de saúde, o Estado pagou mais à empresa privada que gere o Amadora-Sintra do que ao hospital Garcia de Orta, com gestão pública. «Só em 2000 foram gastos mais

inaceitáveis nas Urgências, a falta de rentabilização de meios de radiodiagnóstico. A USL e o seu departamento de Políticas Sociais protestam ainda contra a «utilização de serviços privados dentro de um hospital público» e a «discriminação entre utentes em função da sua capacidade financeira».

«Exigimos que a Saúde seja sempre equacionada como um serviço público ao serviço de todos», reclama a USL, que quer no Amadora-Sintra «uma gestão pública eficiente, que seja responsabilizada pelos seus actos».

Barlavento sem AE

«Reina um grande descontentamento no sector de enfermagem» do Hospital do Barlavento algarvio, afirma Celso Silva. Este dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, em depoimento enviado ao *Avante!*, refere que «passado um ano da alteração do estatuto jurídico, o conselho de administração do hospital continua a alegar estar a aguardar instruções do Ministério» e não se mostra disponível para negociar um acordo de empresa, instrumento «imperioso para que se consiga garantir estabilidade laboral aos enfermeiros» e legalmente exigido após a alteração do estatuto jurídico do hospital, a 27 de Fevereiro do ano passado.



O modelo privado de gestão é ruinoso para o Orçamento de Estado

ruinosa para o Orçamento de Estado, custando ao erário público o dobro do que estava previsto».

Na passada sexta-feira, a estrutura distrital da CGTP distribuiu um comunicado à população e utentes do hospital e realizou uma tribuna pública na Amadora, em que também participaram sindicalistas ligados ao sector. Apontando o hospital Fernando da Fonseca como «o mau exemplo das gestões

Naquela altura, a sociedade gestora apresentou um preço global de 7,8 milhões de contos para a prestação de cuidados de saúde; mas – acrescenta a USL, citando sempre valores revelados oficialmente – no ano de 2000 o valor da anuidade chegou aos 16 milhões, o que, acrescido dos juros de mora exigidos, representou um aumento da despesa de 123 por cento.

Num relatório do INA,

22,1 milhões de contos do que o inicialmente previsto», afirma a USL, no folheto distribuído dia 22.

Quanto ao funcionamento, acusa a União, «o hospital Amadora-Sintra tem vindo a defraudar os legítimos anseios das populações, no que se refere ao acesso a cuidados de saúde de qualidade». Entre outros graves problemas, refere-se a falta de profissionais, o caos nas listas de espera, os tempos de espera

Afronta patronal

Na construção civil e obras públicas, os representantes patronais começaram por apresentar uma contraproposta de actualização salarial de 2 por cento; à terceira reunião de negociação da revisão do contrato colectivo apresentaram aos sindicatos da CGTP um novo valor: 2,9 por cento, que não repõe o poder de compra perdido pelos trabalhadores. A atitude patronal foi classificada como «uma afronta à dignidade dos trabalhadores do sector», num comunicado em que o Sindicato da Construção do Sul traduz os valores avançados pelos patrões, notando que, para a maioria dos trabalhadores, haveria um acréscimo diário de 40 cêntimos (80 escudos) no salário e de 13 cêntimos no subsídio de almoço. Por iniciativa das associações patronais, foi agendada para hoje uma nova ronda de negociações directas, acerca da qual o sindicato manifesta justificado cepticismo, informando que «a nossa federação convocou um plenário nacional do sector para analisar o processo negocial e decidir as formas de luta a desenvolver pelos trabalhadores se, efectivamente, o patronato não evoluir nas suas propostas».

Bingo magro

Os clubes de futebol propuseram à comissão negociadora sindical da Fesah/CGTP uma actualização de 2,75 por cento para o corrente ano, declarando ser este valor inalterável no futuro. A Comissão de Clubes (junto da Liga) recusou várias outras propostas sindicais, como a redução do horário de trabalho, o pagamento de mais 50 por cento pelo trabalho ao fim-de-semana e um mínimo de 5 semanas de férias. A federação classificou a proposta dos clubes como «ofensiva e inaceitável», recordando que os salários praticados são muito baixos, que o aumento proposto não cobre sequer as perdas sofridas com a inflação e que os clubes estão a gastar milhões para o Euro 2004 e exigem aos trabalhadores ritmos cada vez mais intensos. Foi requerida pela Liga a passagem à fase de conciliação. Na Torralta a administração propõe mais 2,5 por cento nos salários deste ano e recusa negociar uma série de reivindicações na revisão do acordo de empresa, mantendo o propósito de aniquilar este instrumento de regulamentação colectiva de trabalho – denunciou a Fesah. Além de protestarem contra as posições patronais, admitindo o recurso a formas de luta, os trabalhadores, reunidos dia 22 em plenário, exigiram do Governo que abandone a co-incineração na Arrábida e trate o problema sem prejudicar o turismo e a saúde pública.

Para exigir salários justos Firmes na luta

Ferrovários, pescadores do arrasto, trabalhadores da hotelaria, da Carris, da Melka – entre outras empresas e sectores, persistem em recorrer à greve para reclamar alteração das posições patronais.

Decorre a partir de amanhã o terceiro fim-de-semana da greve no **arrasto costeiro**. Segundo a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, a paralisação realizada dias 16 e 17 saldou-se logo num êxito. Por um lado, «apenas 7 dos 60 arrastões se mantiveram no mar» e a luta «continua a merecer o apoio da esmagadora maioria dos pescadores que se mantêm firmes, demonstrando claramente que estão descontentes e revoltados com as propostas de aumentos de miséria» apresentados pela associação patronal ADAPI.

Outra expressão do sucesso da luta foi o facto de alguns armadores terem começado a «manifestar a sua disponibilidade para se chegar a um acordo à revelia da ADAPI». A federação referiu «o caso relevante» de outra associação, a ADAPLA (a quem propôs uma reunião), e o da empresa Villaotero, com aumentos que «são significativos em relação ao que estava em vigor» e «deitam por terra a argumentação da ADAPI da impossibilidade económica de uma revisão justa do CCT», o qual não é alterado há dois anos. A greve foi convocada também para dias 9 e 10 de Março.

Reunidos dia 21 em Lisboa, numa concentração convocada pelo SNTSF/CGTP, trabalhadores **ferrovários** decidiram marcar uma greve de 24 horas para 6 de Março, quarta-feira. De acordo com a resolução divulgada pelo sindicato, «os valores propostos pelo Governo, nas diversas empresas do sector», são «insuficientes». As administrações são responsabilizadas pela não evolução dos processos negociais, por avançarem com tais valores e por não responderem a outras questões importantes.

Os trabalhadores reafirmaram «todas as decisões quanto à defesa das empresas ferro-

viárias, no quadro do sector empresarial do Estado», e condenaram o encerramento da linha da Póvoa a partir de 23 de Fevereiro. Foi reivindicada a continuação ou abertura das negociações com os trabalhadores em todas as empresas do sector.

Em diversos casos a luta já trouxe benefícios importantes

Para continuar a luta e o esclarecimento, decorrem plenários e contactos nos locais de trabalho. Foi ainda feito um apelo à participação na acção ontem promovida pela CGTP, em defesa dos direitos dos trabalhadores

que laboram por turnos. Depois de um período de greves em várias empresas de transporte rodoviário, a Festr/CGTP anunciou uma nova paralisação na Carris, no dia 7 de Março (quinta-feira), entre as 16 e as 20 horas, caso o processo negocial não seja desbloqueado. A administração pretendeu condicionar o processo negocial à retirada do pré-aviso de greve no dia 21, em que se registou uma adesão de 95 por cento dos trabalhadores, segundo a federação.

No **Hotel Ritz** a administração chegou a colocar trabalhadores das obras a substituir empregados de mesa, denunciou o Sindicato da Hotelaria do Sul, anunciando um nível de adesão de 90 por cento à greve de quinta-feira passada.

A administração da **Melka** já admitiu que pode iniciar a negociação do acordo de empresa, revelou um dirigente do Sindicato Têxtil do Sul ao *Avante!*, salientando a forte unidade dos trabalhadores das três fábricas, ao fim do quarto dia de greve (anteontem). Para amanhã está prevista uma reunião no Ministério do Trabalho, mas a disponibilidade para a luta mantém-se, salientou António Marques.

A forte adesão à greve de dia 19 na **ex-Sorefame** forçou a administração da Bombardier a voltar às negociações e aceitar um acordo em que o aumento salarial mínimo é de 4 por cento ou 7 contos, a par de uma proposta de enquadramento profissional que beneficia quase todos os trabalhadores, havendo casos em que o ganho ultrapassa os 10 contos.



No dia 7 os autocarros da Carris não saíram outra vez das estações

Petrogal vai parar

As estruturas sindicais da CGTP confirmaram a greve nacional, marcada para amanhã na Petrogal, e durante a qual se realizará uma concentração em Matosinhos, cerca das 15 horas.

A União dos Sindicatos do Porto realizou ontem uma conferência de imprensa, para explicar detalhadamente os motivos da luta que, como temos noticiado, se prendem com o rumo da empresa e a defesa dos interesses dos trabalhadores e do País. Para a USP, a Fequimetal e os sindicatos do sector, a Petrogal é uma empresa estratégica na economia nacional, pelo que o Estado deve ter uma posição maioritária no seu capital social, em vez de

prosseguir a privatização e a submissão aos ditames da multinacional ENI. Este é o caminho para defender a empresa, os postos de trabalho e a estabilidade do emprego, os direitos e regalias sociais.

Os representantes dos trabalhadores, que contestam a administração e o Governo, exigem que seja consolidado e desenvolvido o aparelho refinador nas fábricas do Porto e de Sines, concretizando os necessários investimentos. Deve ainda ser assegurado o exercício do direito de negociação colectiva, de modo a obter uma efectiva melhoria dos salários e das condições de trabalho.

Concentração amanhã em Setúbal

A União dos Sindicatos de Setúbal convocou para amanhã uma jornada de luta por melhores salários e emprego de qualidade e para exigir mais justiça social, para exigir uma nova política ao serviço de quem trabalha. Sindicatos e outros trabalhadores começam por reunir-se, cerca das 10 horas, no Largo do Quebedo, onde intervirá um dirigente da estrutura distrital da CGTP. De seguida terá lugar uma concentração junto ao Governo Civil, onde usará da palavra o secretário-

geral da central, Carvalho da Silva.

Na nota que divulgou à imprensa, a anunciar a luta, a USS refere alguns traços da situação social e laboral do País, como a inflação («atinge os 4,4 por cento em Dezembro de 2001, mas o Governo "aumenta" os trabalhadores da Administração Pública em 2,75 por cento»); o IRS, que em 2001 «teve um aumento de 7,5 por cento», que significa «mais 101 milhões de contos», enquanto o IRC «diminuiu 8,2 por cento», deixando

nas empresas mais 75 milhões de contos. São também apontados os milhões de contos de lucros obtidos na Banca, com impostos que representam um terço da taxa normal de IRC; o aumento das desigualdades na distribuição da riqueza em Portugal; o aumento da precariedade do trabalho e do trabalho sem direitos; a crescente ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

No distrito, assinala a União, mantém-se uma elevada taxa de desemprego,

que atinge o dobro da média nacional, e prosseguem os ataques ao emprego e o encerramento de empresas, a par de uma forte ofensiva contra a qualidade do emprego na Administração Pública.

Imigrantes

A USS realiza hoje à noite, na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, um encontro com trabalhadores imigrantes, para o qual conta com o apoio da CM de Palmela.

Metalúrgicos insistem

Dirigentes patronais continuam a receber a visita de delegações sindicais dos Metalúrgicos, que lhes exigem uma intervenção para ultrapassar os obstáculos colocados pelas associações empresariais na negociação colectiva. Na quinta-feira passada, os sindicalistas deslocaram-se a Pêro Pinheiro e São João das Lampas (localidades do concelho de Sintra), para baterem à porta da MR Cortez, que é vice-presidente da ANAREC, da Galucho, que ocupa a vice-presidência da ANEM.

A Fequimetal e os sindicatos da CGTP rejeitam as baixas propostas de actualização salarial e os propósitos patronais de suprimir direitos, designadamente relacionados com a organização dos horários de trabalho e a qualificação profissional. Na sexta-feira efectuou-se também uma deslocação dos Metalúrgicos do Sul à empresa José Cândido Chicharro & Filhos, em Beja, que integra a direcção da associação patronal que negocia o contrato colectivo do sector da metalurgia e metalomecânica. A 17 de Janeiro, como denunciou o sindicato, a empresa recusou-se a intervir na associação, enquanto vários trabalhadores se sindicalizaram depois de lhes ser distribuída uma proposta sindical de caderno reivindicativo... mas recuaram passado menos de um mês, o que levou o sindicato a querer averiguar se os problemas sentidos foram resolvidos ou se terá havido chantagem da parte patronal.

Sotima

Ir ao Governo Civil de Castelo Branco, no passado dia 22, foi a decisão tomada pelos trabalhadores da Sotima, num plenário em que a administração da empresa de Proença-a-Nova foi acusada de não cumprir acordos e desrespeitar compromissos, mostrando-se incapaz de recuperar e viabilizar a firma. Depois do acordo de 20 de Dezembro, a administração não revogou o despedimento de cerca de 130 trabalhadores (cuja impugnação judicial foi pedida, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco), não retomou a laboração e não pagou qualquer salário em atraso. Os trabalhadores e o sindicato acusam ainda a administração de má-fé, ao levantar processos cíveis contra dirigentes sindicais e membros da CT da empresa. Acusamo os órgãos do poder central e local de estarem «a lavar as mãos do processo, como se tudo estivesse bem e como se a Sotima, de repente, deixasse de ser importante para a região».

Tyco

Ataques aos direitos dos trabalhadores e à estrutura sindical estão a ocorrer na Tyco, em Évora, denunciou sexta-feira o SIESI/CGTP, afirmando estar em risco a vida pessoal e laboral dos atingidos.



Estudantes do secundário voltam manifestar-se, agora com nova reivindicação

À espera de uma resposta do Governo

Pelo terceiro ano, os estudantes do ensino secundário saíram à rua exigindo uma resposta para as suas reivindicações. O *Avante!* falou com três dirigentes da Delegação Nacional das Associações de Estudantes e acompanhou a manifestação de Lisboa.

A concentração de Lisboa estava marcada para as 11 horas, na Praça do Marquês do Pombal, um pouco mais tarde do que a hora prevista para o início das manifestações no resto do País. O trânsito da cidade estava mais confuso do que o habitual devido à greve de autocarros e eléctricos agendada para

aquele manhã. Mas nem por isso os jovens faltaram à chamada da Delegação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Secundário.

A suspensão da revisão curricular é a grande bandeira dos estudantes, mas as suas exigências não se ficam por aqui: a melhoria das

condições das escolas, um novo regime de acesso ao ensino superior, a implementação da educação sexual e o fim das provas globais e dos exames nacionais. Esta última exigência foi acrescentada este ano às restantes.

A animação não faltou na manifestação. Bandeiras, faixas, djambés e fitas coloridas alegraram os estudantes, estimulados por Paula Soares, dirigente associativa, que não se cansou de

gritar palavras de ordem ao megafone: «Estudantes unidos jamais serão vencidos.»

Já na Avenida 5 de Outubro, em frente ao Ministério da Educação, um caixão de papelão foi queimado: «Nós só queremos a reforma a arder, a reforma a arder.»

E ardeu, embora apenas de forma simbólica já que os estudantes não obtiveram nenhuma resposta do ministério. Mais uma vez.

O Ministério da Educação não deu nenhuma resposta aos estudantes

JCP solidária com estudantes

PSD criou as condições desta revisão

A JCP solidarizou-se mais uma vez com a luta dos estudantes do secundário. «Partilhamos e consideramos justas e essenciais as reivindicações dos estudantes», afirma a Comissão Política da Juventude Comunista numa nota de imprensa.

«Os estudantes sabem que podem contar com a JCP e o PCP na defesa dos seus direitos e aspirações. No que respeita à revisão curricular, isso ficou bem demonstrado quando, há um ano, tivemos a iniciativa legislativa de propor na Assembleia da República a

sua suspensão. O PS, ignorando a luta e opinião de milhares de milhares de estudantes e da comunidade educativa, ficou isolado na votação, demonstrando um autismo e uma prepotência exacerbados e inviabilizando a proposta do PCP», recorda a comissão política.

Os jovens comunistas asseguram que a política de direita seguida pelos governos do PSD e do PS é convergente e «apenas contribui para o agravamento dos problemas da educação». Quanto às exigências dos estudantes, «PS e PSD apenas divergem na

questão da suspensão da revisão curricular, circunstancialmente e por motivos eleitorais».

«Estando o PSD pela suspensão da revisão curricular e não apresentando propostas alternativas, importa lembrar que, tal como o PS, não tem de se orgulhar da prática governativa da sua história recente, em que todas as medidas legislativas por si avançadas foram antecâmaras dos piores aspectos que esta revisão comporta. Diferentes nas caras, iguais nas políticas capitalistas», sustenta a JCP.

Rui Mota, de Coimbra

«A revisão será suspensa»

Rui Mota, da Associação de Estudantes da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, recusa a proposta do PSD de incluir exames nacionais no 9.º ano e mostra-se otimista em relação à suspensão da revisão curricular pelo próximo Governo.

– O que é que a Delegação espera do Governo que será eleito em Março?

– Penso que a revisão curricular será suspensa, acho que isso é certo. Mesmo que o PS ganhe, porque, se isso acontecer, não deve conseguir maioria absoluta.

– Como é que a Delegação Nacional vê a proposta do PSD de inserir um exame nacional no 9.º ano?

– Os estudantes têm de estar atentos para que não nos apunhalem pelas costas. Este exame é mais uma forma de elitizar o ensino. É importante saber quais os conhecimentos dos alunos no fim do 9.º ano, mas não podem obrigá-los a ficar por lá.

– A Delegação Nacional apresenta como nova reivindicação o fim das provas globais e dos exames nacionais. Porquê agora, se já existiam antes?

– É uma questão que faltava. Os exames podem correr mal a muitos estudantes e têm de os fazer outra vez na segunda fase, mas aí já não há vagas para entrar no ensino superior. Além disso, os exames põe em causa a avaliação contínua e o trabalho que foi feito nos três anos do secundário.

– Como correram as greves e a manifestação em Coimbra?

– Correu bem, apesar da adesão à manifestação não ser bem o que esperávamos. Estávamos à espera de mais gente, mas, mesmo assim, conseguimos 800 pessoas, o que foi bastante positivo. Todas as escolas do concelho aderiram e algumas escolas fora do concelho juntaram-se a nós, como as de Mealhada, Miranda do Corvo e Lousã. Apanharam o comboio ou a camioneta e vieram para Coimbra. Na Figueira da Foz duas escolas pararam completamente.

– Essas viagens para Coimbra não levantam problemas com os pais, por serem pessoas bastante novas?

– Acho que é um sinal de que se trata de uma coisa que eles realmente querem, que acreditam verdadeiramente naquilo que defendem. Não se importam com possíveis problemas que possam vir porque estão a lutar por uma causa justa.

– Poderá revelar também o apoio dos pais?

– Espero que seja as duas coisas, mas não tenho a certeza. Gostava muito que houvesse apoio dos pais e se calhar haveria. Provavelmente não seria tão fácil manifestarem-se, se os pais não os deixassem.

– Mantiveram algum contacto com a Direcção Regional de Educação do Centro?

– Falámos com a directora-adjunta. Ela recolheu os nossos abaixo-assinados que continham cerca de mil assinaturas e disse que ia endereçar o abaixo-assinado e as nossas reivindicações ao Ministério da

45 mil estudantes em todo o País

Aveiro

A manifestação de Aveiro envolveu 650 alunos. Em São João da Madeira manifestaram-se 550, em Esmoriz 200, em Ovar 400, em Santa Maria da Feira 400, em Albergaria-a-Velha 200, em Oliveira de Azeméis 300 e em Estarreja 300. No total, manifestaram-se três mil pessoas. Em todas estas localidades houve greve às aulas.

Beja

No distrito de Beja manifestaram-se 2400 estudantes: 300 em Mértola, 300 em Aljustrel, 300 em Castro Verde, mil em Beja e 500 em Serpa. Em todas estas localidades registaram-se greves.

Braga

Mil estudantes manifestaram-se em Barcelos, 1500 em Braga e 800 em Famalicão. No total, no distrito de Braga 3300 pessoas saíram às ruas. Nestas três localidades houve greve às aulas.

Bragança

Dois mil estudantes manifestaram-se no distrito de Bragança, 1500 na capital e 500 em Mirandela, tendo havido greve em ambas as localidades.

Castelo Branco

Duzentos estudantes saíram à rua em Alcains e 500 em Castelo Branco. Registou-se igualmente greve às aulas.

Coimbra

A manifestação de Coimbra envolveu 800 jovens e a de Miranda do Corvo 200. Nestas duas localidades os estudantes fizeram greve, bem como na Figueira da Foz e na Lousã.

Évora

No distrito de Évora, quase três mil estudantes saíram à rua: 700 em Montemor-o-Novo, 500 em Vila Viçosa, 200 em Regengos, 300 em Estremoz, 50 em Mora e mil em Évora. Além destas localidades, registou-se greve em Arraiolos e Viana do Alentejo.

Faro

Seiscentos estudantes manifestaram-se em Faro e 200 em Silves. Houve greve nestas duas localidades, bem como em Vila Real de Santo António, em Tavira e em Albufeira.

Guarda

Na Guarda, os estudantes fizeram greve e 500 participaram na manifestação.

Leiria

No distrito de Leiria, 500 estudantes manifestaram-se na capital e 400 na Marinha Grande. Registaram-se greves, além destas duas localidades, em Pombal, São Martinho do Porto, Vieira de Leiria, Ansião e Batalha.

Lisboa

Cerca de 4500 estudantes manifestaram-se em Lisboa, entre a Praça do Marquês do Pombal e o Ministério da Educação. Parte deles vieram da Amadora, Sintra e Odivelas, tendo havido greve em todas estas localidades.

Litoral Alentejano

A manifestação de Grândola envolveu 300 estudantes, a de Sines 200, a de Odemira 200 e a de Alcácer do Sal 200. Esta teve lugar no dia 20. Em Santo André 400 pessoas participaram numa concentração.

Porto

Dois mil estudantes manifestaram-se no Porto, 600 em Vila Nova de Gaia e 400 em Matosinhos. Nestas localidades os alunos fizeram greve, tal como em Marco de Canavezes, Baião, Paredes, Baltar, Valongo, Castelo da Maia e São Pedro da Cova.

Santarém

No total, no distrito de Santarém mais de 2500 estudantes saíram à rua: 600 em Almeirim, 400 no Cartaxo, 350 em Ourém, 300 em Alcanena, 200 na Chamusca e 700 em Santarém. Em todas estas terras houve greve.

Setúbal

No distrito de Setúbal 7500 estudantes participaram nas manifestações: três mil na capital, mil no Seixal, mil no Barreiro, 500 em Palmela e dois mil em Almada. Nesta localidade, todas as escolas secundárias e algumas escolas básicas do concelho de Almada desfilarão pelas ruas da cidade, entre o Praça São João Baptista e os Paços do Concelho, onde intervieram dirigentes associativos e um vereador da Câmara Municipal. Um dos casos abordados foi o da Escola Secundária Romeu Correia, com instalações provisórias há 21 anos e a partilhar o local com uma vacaria. A reconstrução da instituição foi prometida pelo Governo, mas, apesar do município já ter cedido terrenos para o efeito, ainda nada está feito.

Verificaram-se concentrações em Alcochete e na Moita. Também no concelho de Sesimbra se realizaram acções.

Viana do Castelo

Em Viana do Castelo e Vila Nova Cerveira os alunos fizeram greve às aulas.

Viseu

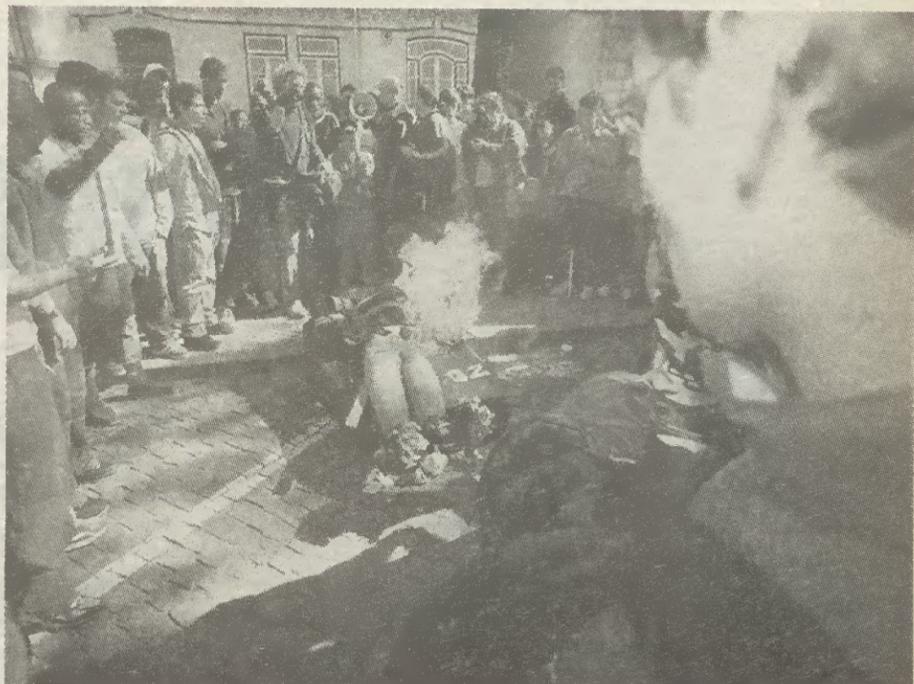
Em Viseu, a manifestação envolveu 2200 estudantes. Registou-se greve às aulas em Viseu, Santa Comba Dão, Vila Nova de Paiva, Mortágua, Sátão e São Pedro do Sul.

Madeira

Cerca de 2500 estudantes manifestaram-se nas ruas do Funchal. Houve greve às aulas no Funchal, São Vicente, Ribeira Brava, Santa Cruz e Caniço.



45 mil estudantes saíram à rua em todo o País. Em Lisboa, 4500 jovens manifestaram-se desde o Marquês de Pombal até ao Ministério da Educação, onde queimaram o «caixão da revisão curricular»



Frederico Brandão, de Gaia

«A vontade dos estudantes fala mais alto»

As pessoas têm vergonha de fazer perguntas sobre a sexualidade, afirma Frederico Brandão, da Associação de Estudantes da Escola Secundária António Sérgio, de Vila Nova de Gaia. Este dirigente da Delegação Nacional defende que a escola deve ter um papel activo da formação dos jovens, mas «devia ser mais virada para o nosso futuro».

– O Ministério está empenhado em ir para a frente com a educação sexual?

– Vontade não sei se tem, mas acredito que a vontade dos estudantes fala mais alto.

– Os jovens estão mal informados em relação à sexualidade?

– Portugal é o segundo país da União Europeia com mais mães adolescentes e temos uma das mais altas taxas de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens.

Não é preciso dizer mais nada. Nas cidades do anterior e nas aldeias o ambiente é mais conservador, as pessoas estão em cima umas das outras e propicia-se a falta de informação. As pessoas têm vergonha de perguntar. Nas cidades também acontece isso. Muitos pais são conservadores e não falam dessas coisas com os filhos.

– Como é que devia ser a escola?

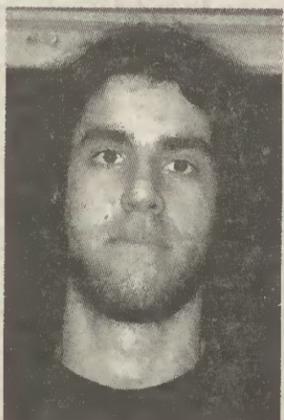
– Na minha opinião, devia ser mais virada para o nosso futuro. É a tal questão de sermos cidadãos antes de sermos máquinas. Devia haver muito mais espaço para debate, para partilha de ideias. Os professores não deviam ter o papel autoritário de descarregar matéria, mas de promover o desenvolvimento das ideias e da mentalidade das pessoas. A grande maioria das pessoas não tem contacto com questões actuais. A escola devia ter um papel importante nesse aspecto.

– Achas que quem acaba o secundário não está preparado para «a vida»?

– Sim. Há muita gente na minha escola que é maior mas não vota. Não sabe em quem votar. Os que votam é por influência dos pais. Isso é mau. Promover o voto aos 16 anos é inconcebível, porque mesmo aos 18 anos muitos não percebem o que são os partidos e não sabem quais são as ideologias.

– Quais são as condições das escolas de Vila Nova de Gaia e do Porto?

– Na minha escola, as casas de banho são insuportáveis. Está tudo partido e não são lavadas. As empregadas despejam para lá lixívia e pronto. Há salas todas riscadas, com buracos na parede e



no tecto. O Conselho Executivo tem conseguido arranjar fundos para restaurar alguma coisa, mas muito pouco. O Conselho Executivo está muito bem equipado, tem aquecimento e sistema de ventilação, mas há salas de aulas que são completamente esquecidas. O ginásio não tem condições. É muito antigo, qualquer dia cai. A sala da associação de estudantes foi pintada por nós, com o nosso dinheiro. Fomos nós que a remodelámos. Aquilo estava tudo esburacado, tudo sujo e nós pintámos e pusemos alcatifa no chão.

– Como é que correram as greves e a manifestação em que os estudantes de Gaia participaram?

– Acho que as greves foram muito bem sucedidas. Na minha escola só cinco por cento dos alunos foram às aulas. Isso é muito positivo. Na manifestação viu-se que os estudantes estavam muito bem preparados. Mesmo pessoas que eu não conhecia, sabiam porque estavam ali e conheciam todos os argumentos. Foi uma coisa que me marcou muito. Tem havido um crescimento da informação dos problemas das escolas.

– A vossa manifestação terminou no Governo Civil. Tiveram alguma resposta?

– O governador civil disse que não tinha a ver com o assunto e que ia juntar as nossas propostas para entregar no Ministério da Educação.

Paula Soares, de Lisboa

«Os estudantes contribuíram para desgastar o Governo»

No fim da manifestação de Lisboa conversámos com Paula Soares, da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Cidade Universitária. Esta dirigente fala nas causas do insucesso escolar e da violência nas escolas, para além das reivindicações dos alunos.

– Como foi hoje o teu dia?

– Levantei-me às três da manhã e fui para a minha escola. Às sete horas fomos para a Escola D. João de Castro, em Alcântara, onde mobilizámos 200 pessoas. O mesmo aconteceu noutras escolas.

– E na tua escola?

– A mobilização também foi excelente. Vieram 150 alunos. Os estudantes estão todos consciencializados, sabem o que estão aqui a fazer.

– Como é que têm feito esse trabalho de informação?

– Com RGAs (reuniões gerais de alunos), distribuindo panfletos, falando com os nossos colegas e com todos os que conseguimos apanhar à mão. Tentamos informar a maior parte do pessoal, para que saibam o que é a revisão curricular e para que se juntem à nossa luta.

– Houve problemas na mobilização em Lisboa por causa da greve da Carris?

– Houve bastantes problemas. Os alunos da Escola D. João de Castro tiveram de andar imenso para chegar à estação de comboio, mas conseguimos uma boa mobilização nessa escola. Quase todas as outras escolas conseguiram vir de metro, só em Alcântara é que criou problemas.

– Que balanço fazem desta participação?

– Foi bastante positivo. Os estudantes mostram-se cada vez mais consciencializados.

– Tiveram alguma resposta do Ministério da Educação?

– Hoje não. Na minha opinião, a resposta virá no dia das eleições legislativas.

– A Associação de Estabelecimentos Particulares e Cooperativos mostrou-se contra a revisão curricular. Como comentam esta posição?

– É mais uma prova de que o Ministério está sozinho a fazer esta reforma, embora eu duvide dessa posição porque a revisão vai privilegiar o ensino particular. Vai abrir novas possibilidades de financiamento aos particulares e vai permitir grandes desigualdades e, quem quer passar de ano e seguir o curso que deseja, se calhar têm de ir para o particular por não poder frequentar escolas a muitos quilómetros de distância. Nenhuma escola pode ter os 24 cursos previstos para o secundário.

– A luta dos estudantes contribuiu para o desgaste do Governo?

– Foi uma série de condições. A nossa luta contribuiu para que houvessem três ministros da Educação neste mandato, contribuiu para que se adiasse um ano a revisão, contribuiu para que a lei da educação sexual fosse regulamentada. É óbvio que serviu para desgastar o Governo.

– Se o Ministério da Educação decidisse hoje ir para a frente com as formações e os programas de educação sexual, quanto tempo demoraria a sua implementação?

– Penso que cerca de três anos, dependendo da mentalidade dos professores e da formação que fosse dada.

– Estando a lei aprovada e regulamentada, por que é que isso ainda não aconteceu?

– É uma mostra da falta de interesse do Estado em relação aos alunos. Não querem gastar dinheiro na educação dos jovens. Não se entende por que é que a educação sexual não foi para a frente, é inexplicável e inaceitável. É preciso que o Governo faça um esforço real na formação dos professores. Dizem que a educação sexual é para aplicar para o ano, mas a revisão curricular – que também está prevista para o ano – não inclui a educação sexual.



– Quais são as razões do insucesso escolar?

– Deve-se, em grande parte, à falta de interesse pelas questões dos jovens. Os jovens têm problemas, não se revêm na escola. A escola de hoje em dia não está adequada aos alunos, por isso defendemos uma revisão da educação, mas não esta.

– O que está mal?

– A carga horária, as matérias que se calhar são muito extensas e aborrecidas. Falta informática, coisas que interessem os alunos, novos métodos de trabalho, sem programas pesados, com mais espaço para os professores, mais salas para haver turmas mais pequenas. Se os alunos não têm condições para fazer experiências, por exemplo, não têm a melhor educação, perdem muito do que podiam ter. Se estudarmos uma matéria em química e fizermos experiências a seguir, ficamos a perceber muito melhor.

– Fala-se muito da violência nas escolas. É um problema real?

– Existe em algumas escolas enquadradas em zonas difíceis, como a Cova da Moura. As causas são a exclusão social e a pobreza. Os jovens sentem-se revoltados e exprimem-se pela violência. O Governo tem de fazer alguma coisa pelos jovens, tornando a escola mais apelativa, criando ocupações para os tempos livres e associações de jovens. Tem de se dar mais condições aos pais para estes darem mais condições aos filhos. Estas pessoas vêm-se excluídos e reflectem a sua exclusão na violência.



Educação e que depois o problema seria discutido. É mais ou menos o que nos têm dito nos últimos anos.

– Que reacções obtiveram da população?

– Houve vários comentários. Muita gente dizia que estava a favor e que a causa dos estudantes era justa. Outras pessoas com ideias mais idosas diziam que não queremos trabalhar. Essas pessoas não conhecem as condições em que estudamos. Nós temos os nossos problemas e fazemos o que podemos para conseguir a educação que queremos.

– Procuram conversar com essas pessoas?

– Eu faço por mostrar a posição dos estudantes. O problema é que a comunicação social não ajuda, parece que escolhe os estudantes a dedo, aqueles que só dizem «Tá-se bem!».

PCP apresenta programa eleitoral Objectivos para uma política de esquerda

Afirmando a necessidade de ruptura com a política de direita praticada nos últimos 16 anos pelos governos do PSD e do PS, o PCP apresentou, no passado dia 20, em Lisboa, o seu programa eleitoral, contendo dez grandes objectivos para uma política de esquerda e 14 medidas urgentes que, lê-se no texto do programa, «respondem a importantes problemas e necessidades da população e do País e cuja concretização logo no início da próxima legislatura terá um profundo impacto na vida nacional». Estes são «dez objectivos orientadores de um programa que responda aos défices e estrangulamentos económicos, sociais, culturais e políticos a que a política de direita conduziu o País» e que «prepare e assegure, neste início do terceiro milénio, o futuro de Portugal como país soberano e independente».

1 Uma economia que defenda a produção nacional e desenvolva Portugal

Uma política que promova um crescimento económico acelerado e sustentado, liberto das peias do Pacto de Estabilidade e outras imposições externas, na base de um tecido económico de perfil produtivo valorizado, regionalmente equilibrado, e fazendo um uso racional da energia e dos recursos naturais. Uma política que defenda a produção nacional e valorize o trabalho, e que, recusando a continuação da privatização e liberalização de serviços, empresas e mercados públicos, defenda um sector público forte, dinâmico e eficiente, a preservação pública de alavancas fundamentais da economia e serviços públicos de qualidade, e assegure a manutenção de centros de decisão e de soberania económica nacionais, no quadro da União Europeia e da necessária cooperação internacional. Uma política que defenda e incentive o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, do movimento cooperativo e social, combatendo a predação económica destas estruturas e dos sectores produtivos pelos grandes grupos da distribuição e da finança.

2 Mais justiça fiscal, racionalização da despesa e combate ao desperdício dos dinheiros públicos

O volume da despesa pública do Estado português está ao nível do da maioria dos países da União Europeia. Mas o atraso relativo do País (na generalidade dos indicadores sociais e infra-estruturas) exige um esforço de investimento acrescido. O problema das finanças públicas é essencialmente o da racional afectação dos recursos orçamentais disponíveis, o da qualidade da sua gestão e o da obtenção das receitas necessárias para a despesa pública.

O PCP propõe uma política de rigor, transparência e verdade nas finanças públicas, com o fim da desorçamentação e suborçamentação, com a eliminação do desperdício e o combate ao laxismo nas despesas não essenciais ou injustificáveis e à multiplicação de instituições e serviços públicos, a disciplina rigorosa na concessão de ajudas públicas (em particular das comunitárias), e nos contratos e parcerias público-privado, a travagem das sistemáticas derrapagens de custos das obras públicas, o controlo dos processos de reestruturação orgânica, a racionalização financeira dos serviços da administração pública. Uma política que dê prioridade à afectação eficiente dos recursos orçamentais na concretização das funções sociais do Estado (Saúde, Educação, Segurança Social e Segurança Pública).

A obtenção dos recursos necessários exige o aprofundamento e desenvolvimento da reforma fiscal de 2000, visando o alargamento da base tributária, uma mais justa repartição da carga fiscal, a luta contra a fraude e evasão fiscais, e a reorganização e reforço da administração fiscal. São elementos essenciais dessa reforma o princípio do englobamento de todos os rendimentos (incluindo mais-valias), a revisão do estatuto dos benefícios fiscais, o desagravamento dos rendimentos do trabalho e da actividade produtiva, o aprofundamento da tributação das empresas financeiras e seguradoras e das operações de títulos e cambiais não suportadas em transacções comerciais, a revisão dos privilégios dos *offshores*, ponto de partida para pôr fim aos paraísos fiscais, a tributação justa dos patrimónios mobiliário e imobiliário (imposto sobre a riqueza), isentando pequenos patrimónios, e a eliminação da sisa e da contribuição autárquica.

3 Valorização do trabalho com direitos e promoção do emprego de qualidade

Uma política de revalorização dos salários, em particular dos mais degradados, com um crescimento dos salários reais que

PCP apresenta programa eleitoral

Objectivos para uma política de esquerda

garanta o aumento do peso da massa salarial no rendimento nacional, e a crescente e faseada valorização do salário mínimo nacional. A concretização progressiva das 35 horas de trabalho semanal. O combate à precariedade, assegurando-se que os contratos a prazo ou a tempo parcial se verifiquem em condições de excepcionalidade justificada e conforme a vontade dos trabalhadores. A garantia de condições de higiene e segurança no trabalho, combatendo-se e reduzindo-se de forma eficaz a crescente e mortífera sinistralidade laboral, e o número de trabalhadores atingidos por doenças profissionais. Uma política social e laboral com reconhecimento dos direitos colectivos, nomeadamente de negociação e contratação colectivas, liberdade sindical e direitos das comissões de trabalhadores, o direito à greve e à participação na elaboração da legislação laboral. O combate ao trabalho infantil e às discriminações dos jovens e mulheres nos locais de trabalho. Uma política de formação profissional que promova a qualificação e a realização dos trabalhadores.

4 Um País desenvolvido em todo o seu território, com salvaguarda do ambiente

Um País desenvolvido, equilibrado e saudável exige uma política de persistente e efectiva resposta às assimetrias regionais, um firme combate às agressões ambientais e a uma decidida opção pelo ordenamento do território. Uma política de investimentos públicos e políticas ajustadas ao combate à desertificação económica e humana do interior e do mundo rural, ao desordenamento do litoral e às aglomerações urbanas sem qualidade de vida. Impõe a descentralização administrativa e o relançamento do processo de regionalização. Uma política de desenvolvimento e direcção do Estado e da Administração Central numa responsabilidade partilhada pelos cidadãos, autarquias, entidades públicas e privadas, na defesa e preservação do ambiente e dos recursos naturais, na racional ordenação e ocupação do território nacional e adequada gestão das bacias hidrográficas e orla costeira.

5 Um Serviço Nacional de Saúde público e de qualidade

Uma política de defesa e desenvolvimento de um Serviço Nacional de Saúde público e de qualidade. O PCP combate decididamente a redução, privatização e gestão privada de áreas e sectores do serviço público e a sua subordinação a interesses privados. O PCP defende um Serviço Nacional de Saúde que assente em estruturas regionalizadas e autónomas, na articulação dos diversos níveis de cuidados de saúde, numa gestão pública democrática, mais eficiente e cuja escolha seja feita por concurso, num financiamento suficiente e que fomente uma maior produtividade, na separação clara entre o que é público e o que é privado. Defendemos uma política que dê resposta prioritária e urgente às carências de médicos, designadamente de médicos de família, enfermeiros e outros técnicos de saúde, que valorize os cuidados primários de saúde e promova a qualidade e a humanização dos serviços e os direitos dos utentes. Recusamos a garantia do acesso imediato às consultas nos centros de saúde e em tempo útil às consultas, tratamentos e internamentos hospitalares e aos meios complementares de diagnóstico, bem como à assistência domiciliária ou internamento para convalescentes, doenças crónicas ou prolongadas. Propomos uma política que diminua os gastos com medicamentos da população e racionalize os gastos do Estado, substituindo a prescrição pelo princípio activo, a generalização dos genéricos, e que revalorize a farmácia pública hospitalar. Uma política de reforço das medidas de prevenção, tratamento e reinserção dos toxicodé-

6 Um decisivo combate às desigualdades sociais, garantia de uma segurança social pública e para todos

Combater as desigualdades sociais, na sociedade mais desigual da União Europeia, exige uma política de mais justa repartição do rendimento nacional, uma política que assegure o direito ao trabalho e a revalorização dos salários e das pensões, especialmente das mais baixas, e a promoção da justiça fiscal. Uma política que fortaleça o sistema público da Segurança Social, que recuse o plafonamento, aposte na diversificação das fontes de financiamento visando consolidar sustentabilidade financeira do sistema e assegure uma profunda melhoria do conjunto das pensões, das reformas e das prestações sociais. Uma política de reforço das medidas de prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodépendentes. Uma política de integração das comunidades imigrantes e o combate ao racismo e à xenofobia.

7 A promoção da educação, da cultura e da ciência como objectivos centrais da sociedade portuguesa

Uma política educativa que tenha como principais orientações, em todos os níveis de ensino, a defesa e aperfeiçoamento de uma escola pública e gratuita. Escola democratizada no acesso, frequência, sucesso e saídas profissionais. Uma escola pública de qualidade e para todos. Uma política que privilegie as competências básicas e os primeiros anos de escolaridade. Uma política que continue a exigir um redobrado esforço financeiro, bem gerido, com prioridades bem definidas e uma avaliação do sistema educativo. Uma política de revalorização da acção educativa como contributo essencial para vencer atrasos estruturais. Uma política de reformulação global da formação profissional, apoiada por dinheiros públicos e o estímulo à formação contínua. Uma política de generalização da educação física e de democratização do desporto. Uma política em que o Estado, com a participação activa da comunidade científica, assumam plenamente a necessidade de promover as actividades de investigação científica e tecnológica (I&D) e o desenvolvimento do sistema científico nacional. Uma política que responda aos desafios da universalização do acesso colocados pela Sociedade de Informação. Uma política cultural que salvegarde o património e a identidade do País, favoreça o trabalho criativo e a liberdade de criação, projecte e valorize a cultura portuguesa no mundo, coloque o progresso cultural do povo e da sociedade como elemento decisivo do desenvolvimento do País.

8 Credibilizar a vida política portuguesa, reformar o Estado e a Administração Pública, promover uma justiça célere e de fácil acesso

Uma política que defenda e aprofunde o regime democrático, credibilize as funções e actividades políticas, as instituições e o exercício das funções públicas, realizando uma profunda reforma democrática do Estado e da Administração Pública. O que significará um melhor Estado, mais eficiente, aberto e próximo dos cidadãos, empenhado em eliminar a corrupção e o tráfico de influências, e as imposições dos grupos e poderes económicos. O que exige, no respeito pelo princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania, o reforço dos poderes e do papel fiscalizador da Assembleia da República. O que impõe a frontal rejeição de alterações de sentido antidemocráti-

co às leis eleitorais para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais.

Uma política de descentralização, regionalização, desburocratização e desenvolvimento de serviços públicos de qualidade, garantindo a sua presença e boa acessibilidade em todas as regiões, com promoção dos direitos dos utentes e valorização dos seus trabalhadores. Uma política de reconhecimento e fortalecimento do papel insubstituível das freguesias e municípios, e a atribuição às áreas metropolitanas de poderes e meios efectivos. Uma política de segurança pública tendo como objectivo a tranquilidade das populações, e um combate resolutivo ao crime organizado e ao tráfico de droga. Uma política de respeito exemplar pelas liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo o direito à greve, de acção sindical e política na empresa. Uma política de promoção e valorização das diferentes formas de associativismo, da democracia representativa e a valorização da cidadania activa como contribuições essenciais para o reforço da intervenção dos portugueses na vida nacional. Uma política de justiça, que promova as reformas necessárias e urgentes com vista a assegurar o princípio constitucional da igualdade dos cidadãos no acesso a uma justiça mais célere e que defenda os seus direitos, liberdades e garantias.

9 Garantir o exercício dos direitos das mulheres e a participação em igualdade

Uma política que concretize os direitos à igualdade no trabalho, na família e na participação social e política. Uma política de promoção dos direitos das trabalhadoras, que penalize práticas discriminatórias. Uma política que garanta a aplicação dos direitos da maternidade-paternidade. Uma política que promova a expansão da rede pública de apoio à infância – creches e infantários. Uma política que amplie o número de consultas de planeamento familiar e a gratuitidade dos meios contraceptivos, com a garantia de acesso em tempo útil à contracepção de emergência. Uma política que combata o aborto clandestino e a criminalização das mulheres, despenalize a interrupção voluntária da gravidez, a pedido da mulher até às 12 semanas para salvar a maternidade livre e consciente. Uma política que proteja as mulheres vítimas de violência, designadamente com a criação de serviços de apoio e casas de abrigo. Uma política que implemente programas de acção contra o tráfico de mulheres, a prostituição e a pornografia. A criação de um Instituto da Mulher como solução jurídica e institucional mais adequada a uma intervenção ampla, consistente e transversal na promoção dos direitos das mulheres.

10 Uma União Europeia de estados soberanos e iguais em direitos, num mundo de paz e cooperação

Uma política de combate corajoso pela paz e cooperação no mundo e uma União Europeia de Estados soberanos e iguais em direitos. Uma política patriótica e nacional que assumam a independência e a soberania como valores inalienáveis. Uma política activa de e pelo respeito da Carta da ONU e da legalidade internacional, contrariando ingerências e doutrinas que tentem subordinar países e povos, e/ou o condicionar as organizações internacionais aos interesses e ditames dos EUA e de outras grandes potências. A luta pelo desarmamento e pela dissolução da NATO e o compromisso, numa política coerente, de combate ao subdesenvolvimento e por um mundo de cooperação, pacífico e solidário. Uma política de empenhado esforço na conquista de um novo rumo para a União Europeia, que concretize os princípios da «coesão económica e social» e da «igualdade no progresso das condições de vida e de trabalho» inscritos nos Tratados, no respeito pela igualdade de direitos dos Estados que a compõem, recusando a via federalista, a redução de poderes e papel dos países mais pequenos, e a lógica de bloco político-militar.

14 medidas urgentes

1. **O aumento do Salário Mínimo Nacional** num valor anual não inferior à taxa de inflação* acrescida de três pontos percentuais de modo a que atinja pelo menos 91 450\$ (€ 456,15) até ao final da legislatura;

2. **O aumento das pensões:** Aumento intercalar para as pensões mínimas em Junho próximo:

- 4.880\$ (€ 24,34) para a pensão social
- 3.750\$ (€ 18,70) para a pensão mínima do regime geral
- 3.000\$ (€ 14,96) para as restantes pensões mínimas.

Mínimas do regime geral:

• até 15 anos de contribuições – 64 por cento do SMN, com aumento anual não inferior à taxa de inflação* e mais três pontos percentuais – acima de 52.100\$ (€ 259,87) no final da legislatura;

• mais de 15 anos de contribuições – aumento anual não inferior à taxa de inflação* acrescida de três pontos percentuais – entre os 52.900\$ (€ 263,86) para as carreiras contributivas de 15 anos e os 81.400\$ (€ 406,02), para as de 40 anos ou mais;

• pensão social – 47 por cento do SMN, acrescido de um aumento anual não inferior à taxa de inflação* acrescida de três pontos percentuais – mais de 38.200\$ (€ 190,54) no final da legislatura;

• pensão dos trabalhadores agrícolas – 56 por cento do SMN, acrescido de um aumento anual não inferior à taxa de inflação* acrescida de três pontos percentuais – superior a 45.500\$ (€ 226,95) no final da legislatura;

3. **Plano de combate à precarização e ao falso trabalho independente,** tomando efectivos os contratos referentes a postos de trabalho permanentes;

4. Adopção de um calendário de redução progressiva do horário normal de trabalho para as **35 horas semanais**, sem redução de salário nem perda de direitos;

5. **Gratuidade dos livros escolares no ensino público** até ao fim da escolaridade obrigatória (9.º ano);

6. **Garantia de acesso imediato às consultas** de Centros de Saúde e em tempo útil às consultas e internamentos hospitalares, bem como aos exames de diagnóstico e tratamentos;

7. **Redução dos gastos da população e do Estado com medicamentos,** adoptando a regra da prescrição pelo princípio activo, promovendo a utilização dos genéricos, aumentando a comparticipação dos medicamentos essenciais e dispensando gratuitamente nos hospitais os medicamentos af receitados cuja comparticipação, suportada na venda em farmácias privadas, seja mais onerosa;

8. **Aumento significativo da comparticipação** em despesas com óculos, aparelhos auditivos, próteses dentárias e outras próteses, ortóteses e aparelhos de compensação;

9. Continuação do **desagravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho,** nomeadamente para as famílias mais numerosas;

10. **Modulação das ajudas agrícolas** – proporcionalmente maiores para as pequenas explorações;

11. **Combater o elevado número de cortes de energia eléctrica** que afectam vastas zonas do País, inventariando em seis meses os problemas do sistema eléctrico nacional e adoptando as medidas e investimentos necessários;

12. **Reduzir em 10 por cento os preços da energia eléctrica** para uso doméstico e incorporar o direito de uso de um determinado número de impulsos no custo da assinatura mensal dos telefones da rede fixa;

13. **Revogar os recentes aumentos dos serviços** de registo predial e civil e de notariado (certidões de casamento, registo automóvel, e de prédios rústicos e urbanos, escrituras, reconhecimentos, entre outros) que criaram grandes injustiças para a generalidade da população e para os pequenos proprietários;

14. **Valorizar o passe social intermodal** existente na Área Metropolitana de Lisboa como título de transporte, alargando o âmbito das coroadas e estendendo o seu uso a todos os operadores.

* Considerando uma taxa de inflação anual de 4 por cento.

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

Bandeiras de luta

por mais direitos e mais justiça social

Sobre o desempenho do Grupo Parlamentar do PCP na VIII Legislatura, com algum detalhe e merecido relevo, temos vindo a dar conta aos leitores. Um dos aspectos mais interessantes relacionados com a sua actividade, já o sublinhámos, reside na circunstância de tudo o que de bom e mais positivo foi aprovado pelo Parlamento ter a si associado o nome do PCP.

Um contributo decisivo para a produção global da Assembleia da República, numa perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores e do País, cuja expressão e alcance podem ser aferidos não apenas em termos quantitativos – foi, repita-se, o partido que mais projectos de lei apresentou e o que mais viu os seus textos originais serem transformados em Leis da República – como também pela natureza qualitativa das suas propostas e pela intervenção qualificadora, em todos os domínios, dentro e fora do hemiciclo, do Grupo comunista.

Sendo este um facto incontroverso, que os números bem testemunham, valerá ainda a pena realçar que o mesmo fica a dever-se em larga medida à postura séria, rigorosa e construtiva sempre adoptada pela bancada comunista. E que a levou, no contexto da fiscalização da acção governativa ou da avaliação das propostas dos outros, a não adoptar qualquer posição fechada e de rejeição sistemática. Por outras palavras, assim como não hesitou em opor-se e em denunciar com firmeza os aspectos mais negativos da actividade do Governo, também não se coibiu de fazer uma avaliação das suas propostas sempre em função do respectivo conteúdo, votando em conformidade com ele.

Uma atitude, balizada por princípios e valores, que decorre, aliás, da forma como encara os compromissos por si assumidos com os eleitores. E que justifica a sua preocupação, no quadro mais geral da acção do PCP, em manter uma estreita ligação à

vida e ao povo, auscultando os seus anseios e aspirações, no sentido de identificar os problemas e encontrar para eles as respostas mais adequadas.

Em resultado do seu trabalho – nas mais variadas etapas, desde a fase de concepção das propostas até à sua apresentação e defesa –, mas também pela sua perseverança, pela pressão que exerceu, pela sua acção fiscalizadora, muitas foram, por conseguinte, as iniciativas legislativas que o Grupo Parlamentar do PCP rubricou nesta Legislatura.

Das propostas da formação comunista que fizeram vencimento e adquiriram a dignidade de Lei, introduzindo novos

direitos e garantias no nosso ordenamento jurídico, sobretudo nas áreas sociais e laborais, falámos nas últimas semanas. Como passámos em revista o essencial das propostas comunistas que esbarraram na intransigência ou na falta de vontade política do PS, impedindo-as, sozinho ou com o apoio do PSD e do CDS/PP, de chegarem a lei.

São ainda projectos de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP os que, hoje, trazemos à memória do leitor. Ao contrário dos já abordados, estes, porém, não se encaixam nem no grupo dos aprovados nesta Legislatura nem no grupo dos rejeitados. Trata-se de um

conjunto de diplomas, igualmente sobre matérias da maior importância, em relação aos quais não houve a oportunidade de proceder ao seu agendamento para debate ou cuja discussão foi interrompida pelos acontecimentos políticos supervenientes.

De praticamente todos eles se pode dizer, porém, não terem perdido actualidade nem relevância política. O que faz prever, com segurança, que as matérias neles versadas continuarão a estar no centro das atenções do PCP, constituindo bandeiras de luta pelas quais os deputados comunistas irão bater-se na próxima Legislatura.

Projectos de lei do PCP não

Aumento das pensões de reforma

(Projecto de lei N.º 2/VIII)

O PCP propôs medidas concretas e substanciais com vista a alterar um quadro conhecido e intolerável: o baixo valor das pensões de reforma em Portugal. Sem demagogias vãs, tirando partido dos saldos positivos da segurança social, o PCP propôs um aumento escalonado, realista e sustentável para a imediata melhoria das pensões mais degradadas do regime geral, pensão social e dos trabalhadores agrícolas.

Repõe a idade de reforma das mulheres aos 62 anos de idade

(Projecto de lei N.º 3/VIII)

Em 1993, o Governo do PSD (Cavaco Silva) aumentou a idade mínima de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos. Pretendeu assim reduzir os encargos da segurança social à custa dos direitos das mulheres. Chegado ao Governo, o PS assumiu a «paternidade» do retrocesso do PSD. Mudou de posição em 96, votando contra a reposição que o PCP propunha, e, em 99, ao mexer no Decreto-Lei de 93 do PSD,

deixou tudo como estava. O PCP defendeu que a idade da reforma para as mulheres deverá ser aos 62 anos.

Interrupção Voluntária da Gravidez

(Projecto de lei N.º 16/VIII)

O referendo de 1998 não pôs fim ao aborto clandestino. Mas o problema social e de saúde pública deve ser enfrentado, garantindo à mulher a reclamada dignidade. Os diversos acertos de prazos e outras medidas de vulto propostas pela bancada comunista visam instituir um regime legal mais adequado do que o vigente, nomeadamente tendo em atenção os avanços da medicina, o qual deverá ser acompanhado por políticas que garantam a realização pessoal dos cidadãos e protejam a maternidade e a paternidade.

Reduz para 35 horas por semana o tempo de trabalho

(Projecto de lei N.º 145/VIII)

A redução progressiva do horário de trabalho constitui nos dias de hoje uma inevitabilidade face aos avanços obtidos

pela Humanidade no plano tecnológico. Ao propor a redução progressiva do tempo de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de direitos e de salários, o Grupo comunista entende ser esta a via não só para libertar quem trabalha do peso excessivo de carga laboral (garantindo mais tempo livre e melhor qualidade de vida) como também um mecanismo susceptível de criar mais emprego.

De acordo com a proposta do PCP, esta redução ocorrerá progressivamente durante um período de três anos, organizada no âmbito da negociação colectiva, e com o envolvimento dos trabalhadores e seus representantes.

Assegura os direitos dos trabalhadores no caso de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento

(Projecto de lei N.º 147/VIII)

Este projecto de lei teve um debate inconclusivo (baixou à Comissão após debate na generalidade, sem votação) para ser apreciado juntamente com uma proposta de lei que o Governo ficou de enviar sobre a transposição de uma Direc-



A redução do tempo de trabalho semanal para 35 horas – uma decorrência natural do desenvolvimento da base material, técnica e científica da Humanidade –, para além de ser um factor de criação de emprego, permite mais tempo de descanso e melhor qualidade de vida aos verdadeiros produtores de riqueza – os trabalhadores



O PS acabou por assumir na prática como sua a alteração do PSD de aumentar a idade mínima de reforma das mulheres de 62 para os 65 anos; «um retrocesso» no plano dos direitos sociais e «uma grave distorção do princípio da igualdade material», acusou o PCP, que quer repor a idade de reforma das mulheres aos 62 anos de idade

A melhoria do funcionamento dos serviços públicos de saúde passa por um conjunto de medidas no plano da sua administração e por uma gestão democrática e descentralizada baseada em princípios de equidade entre os centros de saúde, os hospitais e os sistemas locais de saúde

debatidos ou com debate

tiva comunitária relativa à mesma matéria. A proposta de lei apenas deu entrada na Assembleia da República em Julho de 2001 (período de férias da Parlamento), enquanto o projecto de lei do PCP tem a data de Março de 2000. Nada foi aprovado.

O diploma assume significado face aos atropelos aos direitos dos trabalhadores, em casos de cisão ou de fusão de empresas, tal como se verificou, por exemplo, na EDP, CIMPOR, CP, Portugal Telecom, Correios de Portugal, TAP, empresas do sector financeiro e segurador entre muitas outras. O projecto restringe as possibilidades de cedência ocasional de trabalhadores e reforça os direitos dos trabalhadores nos casos de transmissão de empresa, de estabelecimento, ou de parte de estabelecimento, alargando o conceito de transmissão a casos não contemplados na Lei actual e reforçando, desta forma, a protecção dos trabalhadores envolvidos.

Lei-Quadro da administração e gestão democrática dos centros de saúde, hospitais e sistemas locais de saúde do Serviço Nacional de Saúde

(Projecto de lei N.º 494/VIII)

As políticas dos sucessivos governos têm impedido a verdadeira regeneração do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e têm contribuído sistematicamente para a difusão da ideia de que os serviços públicos de saúde funcionam mal, são ineficientes e geradores de desperdício.

Neste contexto, para o PCP, importa consagrar a adopção de mecanismos de administração e gestão democrática e descentralizada baseados em princípios de equidade entre os centros de saúde, os hospitais e os sistemas locais de saúde, de entre os quais se destacam: o concurso público como método de selecção dos membros dos conselhos de administração dos hospitais e das direcções dos centros de saúde; a constituição de conselhos consultivos constituídos por representantes dos utentes, dos profissionais e dos órgãos autárquicos; o Sistema Local de Saúde como a unidade que coordena a utilização dos recursos públicos instalados na sua área territorial; a avaliação contínua e sistémica da qualidade dos serviços de saúde; e o desenvolvimento de uma política de estímulos aos serviços e aos profissionais do SNS com vista à melhoria da sua qualidade e eficácia.

Reforça a protecção da maternidade e da paternidade

(Projecto de lei N.º 531/VIII)

Face aos constantes atropelos à lei e as discriminações existentes, o projecto de lei comunista visa reforçar os direitos ligados à maternidade e à paternidade, contemplando, entre outros, os seguintes aspectos:

- Criação de uma licença especial nos casos de nascimento de criança prematura e internamento hospitalar de recém-nascido imediatamente após o parto ou durante a licença de parto, com duração igual à do internamento da criança, correspondendo-lhe um subsídio no montante de 100% da remuneração de referência;
- clarificação, no caso de nascimentos múltiplos, de que a dispensa para amamentação ou aleitamento, por dois períodos distintos de duração máxima de uma hora cada, diz respeito a cada um dos filhos;
- criação de mecanismos para impedir o despedimento de trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes contratadas a termo;
- remoção dos obstáculos ao exercício dos direitos legais por parte de professoras(es) contratadas(os) no ensino público;
- redução do horário de trabalho para a assistência a menores portadores de deficiência.

Define medidas de prevenção e combate à discriminação com base na deficiência

(Projecto de lei N.º 533/VIII)

A Sociedade continua a não resolver os constrangimentos a que muitos cidadãos deficientes estão confrontados. Deste modo, aceitando o repto lançado pela Associação Portuguesa de Deficientes, o PCP propôs a criação da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação das Pessoas com Deficiência, definindo o quadro legal das suas competências, com o reforço simultâneo do seu papel interventivo na detecção e combate efectivo às situações de discriminação verificadas para com as pessoas com deficiência.

Define as grandes opções da política de segurança interna

(Projecto de lei N.º 458/VIII)

O projecto visa apontar um conjunto de orientações para a política de seguran-

ça interna que aproxime a polícia dos cidadãos; que dote as forças de segurança com os meios suficientes e adequados; que ponha fim a actuações repressivas que atentem contra direitos dos cidadãos; que dinamize a intervenção das populações, das comunidades locais, das autarquias, e evidentemente das forças de segurança, no debate das soluções para os problemas de segurança; que altere e reforce o dispositivo das forças policiais por forma a assegurar o seu enquadramento prioritário em acções de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e tranquilidade das populações.

Criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto

(Projecto de lei N.º 487/VIII)

A melhoria da mobilidade das pessoas nas áreas metropolitanas implica uma política clara de prioridade aos transportes públicos, assente num sistema eficaz que resulte do reordenamento do sector. O PCP deu o primeiro passo para a criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, de que outros também falam, mas não ousaram propor.

Projectos de Lei da área do associativismo

(do projecto de lei N.º 504/VIII ao N.º 508/VIII)

Criação de um Conselho Nacional do Associativismo que assegure a existência em Portugal de uma instância permanente de consulta e participação do associativismo junto dos poderes públicos.

Apoio ao Associativismo Cultural e Desporto, propondo-se o alargamento do regime de devolução dos encargos com o IVA relativo a instrumentos musicais, a equipamentos desportivos e a materiais destinados à produção audiovisual, teatral ou de dança, suportados por associações sem fins lucrativos, em que tais actividades sejam praticadas por amadores.

Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, visando reconhecer o importante papel que estes cidadãos desempenham no desenvolvimento social, cultural e desportivo do país, reconhecendo-se simultaneamente às associações o direito a que os seus dirigentes possam dispor de um pouco mais de tempo para lhe dedicar graciosamente.

Lei-Quadro de Apoio às Colectividades de Cultura, Desporto e Recreio, com a aprovação de um enquadramento legal para o apoio às colectividades por parte da

Administração Central, pondo fim à discricionariedade e definindo, por lei, critérios claros de apoio às colectividades para a prossecução das suas atribuições.

Alteração ao Regime do Mecenato, com a proposta de extensão da sua aplicação aos donativos que sejam concedidos a associações e colectividades de desporto, cultura e recreio, constituídas em pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos.

Regime de exercício do direito de associação dos profissionais da GNR

(Projecto de lei N.º 174/VIII)

A proposta materializa um passo essencial para o reconhecimento do direito de associação dos profissionais da GNR. Em atenção à experiência na PSP, o PCP propõe para a GNR um regime idêntico ao aprovado em 1990, querendo que isso corresponda a uma evolução ponderada e realista do associativismo na GNR.

Altera o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, criado pelo Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de Agosto

(Projecto de lei N.º 208/VIII)

Propôs-se a alteração da lei por forma a garantir o principal objectivo deste Fundo: apoiar os profissionais da pesca sempre que estejam impossibilitados de exercer a sua actividade com a subsequente perda de retribuição. Com este projecto, o PCP visa estabelecer: a compensação salarial para todos os profissionais da pesca; a compensação aplica-se desde o primeiro dia de paragem, e, em regra, por todo o período de paragem, sendo apenas condicionada às disponibilidades financeiras do fundo; a indexação da compensação salarial ao salário mínimo mensal aplicado à indústria.

Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, «Conselho das Comunidades Portuguesas»

(Projecto de lei N.º 522/VIII)

Pretendeu-se, sobretudo, com esta iniciativa, desbloquear um pernicioso impasse provocado pelo governo do PS ao ter suspenso e adiado o acto eleitoral marcado para Novembro passado. Ajusta-se a lei à realidade vivida pelas comunidades, corrigindo nomeadamente a distribuição de mandatos. São ainda consideradas propostas de muitos conselheiros respeitantes à periodicidade das reuniões mundiais, à eleição, funcionamento e competências do Conselho Permanente e outros aspectos processuais.

Fenprof debate em Lisboa
rankings e formas de avaliação

Avaliar o quê, como e para quê?

A complexidade de que se reveste um processo de avaliação das escolas e os efeitos perversos de uma classificação em função de resultados de exames estiveram em debate num seminário promovido pela Fenprof. Uma aposta no diálogo, na perspectiva de promoção da qualidade do ensino.

«Avaliação das Escolas – Avaliar o quê, como e para quê?» foi o tema desta iniciativa, organizada sob a forma de seminário nacional, que decorreu em Lisboa, sexta-feira passada.

O Seminário contou com a participação de Miguel Santos Guerra, da Universidade de Málaga, e Catherine Fitzpatrick, presidente da Associação dos Professores do Ensino Secundário da Irlanda. Em painel sobre «Caminhos para a avaliação das escolas em Portugal» participaram Maria José Rau, Inspectora Geral da Educação, Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, e Helena Dias, da Confederação Nacional das Associações de Pais. A intervenção final coube a Teresa

Ambrósio, presidente do Conselho Nacional de Educação.

Para onde vamos, que tipo de alunos estamos a criar no sistema educativo?

A iniciativa da Federação Nacional dos Professores teve como ponto de partida a publicação, em Agosto de 2001, das listas ordenadas das melhores e piores escolas secundárias do país, em função dos resultados nos exames do 12.º ano.

Uma questão que estará outra vez em debate, no próximo dia 21 de Março, num encontro entre a Fenprof e os partidos políticos com assento na Assembleia da República.

Que ganhe o melhor?

«O que é avaliação democrática?» Uma primeira questão colocada por Miguel Guerra,



Avaliar deve ser sinónimo de melhorar, defendem os professores

ra, e que de imediato põe o dedo na ferida. Retomando, de outra forma, a ideia sublinhada na abertura do seminário, de que há diferentes concepções de avaliação e de escola.

Mais que um processo técnico, a avaliação é um processo ético, social, político, defendeu Miguel Guerra, que sublinhou a necessidade de questionar a quem beneficia, que valores serve.

O sistema é igual para todos – e que ganhe o melhor. Um princípio que o orador denunciou como uma «verdadeira atrocidade». «E o que tem uma bola de ferro presa aos pés? E o pobre? E o que não tem uma segunda escola em casa? E o imigrante?» As perguntas, as dúvidas, são múltiplas. Conduzindo todas à denúncia de um «mecanismo perverso» que impõe a «lei da selva» nas

escolas e resulta numa «perversão do sistema educativo».

Nesta lógica, há perguntas fundamentais que são esquecidas. Como, por exemplo, «para que servem os conhecimentos? Ou, «para onde vamos, que tipo de alunos estamos a criar no sistema educativo»? A obsessão pela eficácia, Miguel Guerra contrapõe o «aprender, aprender a aprender, com prazer, com sentido de solidariedade». É bem uma outra perspectiva de ensino que está em causa.

Contra esta avaliação

«Trabalhar somente por resultados escolares é tornar a escola invertebrada», defendeu Paulo Sucena na sua intervenção. O que está em causa não é a avaliação em si – Miguel Guerra sublinhou mesmo a necessidade de avaliação – mas uma avaliação redutora e cujas consequências podem ser perversas para o sistema educativo.

Neste quadro, o exemplo da Irlanda é particularmente esclarecedor.

Na Irlanda, os rankings foram abandonados, após cinco anos de elaboração de listas ordenadas. Na base deste recuo esteve, segundo Catherine Fitzpatrick, o exemplo falhado da Inglaterra, a constatação de que as «tabelas contribuíram para a desmoralização dos professores e tiveram um impacto negativo».

Catherine Fitzpatrick realçou também o receio verificado na Irlanda de que as escolas, quando em concorrência umas com as outras, esquecessem aspectos como a educação para a cidadania, preocupadas que estavam com os bons desempenhos dos alunos nos exames.

A concorrência leva a centrar apenas no desempenho académico, ignorando a «necessária valorização de uma inteligência múltipla». Dá também origem a políticas estritas de admissão às escolas, conduzindo à selecção social. «Saber lidar com populações desfavorecidas, isso é que é um teste para a escola», frisou a professora irlandesa.

Mas há outras lógicas de avaliação possíveis – e necessárias.

Miguel Guerra defendeu uma avaliação atenta a processos (e não apenas a resultados), atenta a valores, comprometida com os valores de uma sociedade democrática, afirmando-se mesmo como «a voz de quem não tem voz». Uma avaliação dirigida à melhoria do ensino e da escola, holística (que tem em conta todos os elementos da escola), contextualizada. Em síntese – uma avaliação entendida como ajuda e implementada num processo comum, com o objectivo de melhorar o desempenho da escola.

Serviço militar e reforma

O diploma que regula a contagem de tempo para efeito de reforma relativa ao serviço militar foi recentemente publicado no Diário da República e tem, justamente, suscitado muitas reacções negativas dado o seu conteúdo contraditório.

De facto, não são contemplados todos os cidadãos que durante a guerra colonial prestaram serviço militar, designadamente no continente, nas regiões autónomas, bem como em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Macau.

Nem sequer os militares que prestaram serviço em Timor, até à saída das nossas forças armadas desse território, foram considerados.

O PCP, em nome dos seus valores éticos, dos princípios de justiça relativa e da equidade, defendeu na Assembleia da República que a todos os militares, sem excepção, que prestaram serviço militar durante o período da guerra colonial, devia ser contado o respectivo tempo para efeito de cálculo da reforma.

A justeza de tal proposta aconselhava a sua plena aprovação, o que não se verificou pelos reflexos condicionados do PS e CDS que, acidentalmente, votaram contra a proposta do PCP, a qual, para além de tecnicamente bem formulada, era socialmente justa.

Mas o «bota-abaixo» do PS não se ficou por aqui.

Também a proposta do PCP quanto à especificidade da Emigração no que concerne à tabela de rendimentos para efeito do cálculo de reforma (tendo em conta que a estrutura salarial dos nossos emigrantes, regra geral, é mais elevada que os trabalhadores que laboram em Portugal), também, repetimos, esta proposta foi rejeitada pelo PS.

Uma terceira proposta do PCP foi aprovada porque a sua não aprovação roçaria as raíais da boçalidade.

Referimo-nos à possibilidade de os nossos emigrantes apresentarem a documentação necessária para a regularização da sua situação militar nos consulados da sua área de residência no estrangeiro.

O atrás referido são factos, sustentados por provas documentais, e, como diz o nosso povo, «contra factos não há argumentos».

Uma lei a aperfeiçoar

Na perspectiva desta sabedoria popular seria interessante, agora, em pleno período eleitoral, ver os argumentos de quem impediu o aperfeiçoamento do Decreto-Lei 186/VIII que define os factores pelos quais é contado o tempo de serviço militar, o cálculo da contribuição e o respectivo pagamento.

Quanto ao conteúdo global da lei de que vimos falando salientamos os 10 aspectos que melhor a caracterizam.

Assim:

• **Âmbito Profissional:** abrange, apenas, os designados ex-combatentes, mesmo que não estivessem estado no quadro das operações de guerra;

• **Âmbito territorial:** abrange, apenas, as ex-colónias de Angola, Moçambique, Guiné, Índia e Timor-Leste, nos seguintes períodos:

• **Âmbito temporal:**

• **Entre 1961 e 1975:** abrange os militares mobilizados para Angola, Moçambique e Guiné.

• **Após 25 de Abril de 1974:** abrange os militares que se encontravam em Timor até à saída, deste território, das nossas Forças Armadas.

• **Invasão da Índia (1961):** abrange os militares aprisionados ou capturados em combate durante a invasão da Índia pela União Indiana.

• Estão, igualmente, abrangidos os ex-militares oriundos do recrutamento local (Angola, Moçambique, Guiné, Timor e Índia) mesmo que não estivessem estado no teatro das operações, bem como os militares do Quadro Permanente.

• **Contagem do tempo:** o período para efeito do cálculo da reforma é aquele que medeia entre a data da incorporação e a data da passagem à disponibilidade.

• **Cálculo das contribuições:** este cálculo está condicionado ao facto de o ex-militar, na altura da incorporação, ser ou não beneficiário do Regime Geral ou da Caixa Geral de Aposentações.

• **Se fosse beneficiário:** o valor das quotizações devem corresponder às remunerações e às taxas em vigor na altura da incorporação.

• **Se não fosse beneficiário:** o valor das quotizações devem corresponder às remunerações e às taxas em vigor na altura da inscrição na Segurança Social (Regime Geral ou CGA)

• **Pagamento das contribuições:** o pagamento pode ser feito de uma só vez ou em prestações de acordo com a tabela em anexo.

• **Complemento especial:** aos beneficiários do Sistema Público de Segurança Social é atribuído um acréscimo de 3,5% ao valor da respectiva pensão por cada ano de serviço militar (ou duodécimo por cada mês)

• **Acréscimo vitalício da pensão:** Está, igualmente, previsto uma bonificação aos ex-combatentes subscritores da C.G.A. e da Segurança Social que tenham prestado serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo.

• **Prazo de requerimento:** a contagem do tempo deve ser pedida até 31/10/2002.

• **Pagamento dos encargos:** os encargos decorrentes desta lei que não sejam da responsabilidade dos ex-militares são da responsabilidade do Orçamento de Estado.

Esta lei é, como se vê, uma lei coxa.

Para resolver as suas deficiências não há que recorrer a «muletas» mas sim utilizar uma terapia eficaz.

E isso só é possível com o PCP com uma representação mais forte na Assembleia da República, pelo que os ex-militares terão, também, neste aspecto, um voto a definir.

• **Anselmo Dias**

escolanova.com

A Fenprof e a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) acabam de disponibilizar na internet um espaço exclusivamente destinado ao Manifesto «Por Uma Nova Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico» - www.escolanova.com.

As organizações e entidades signatárias exigem, nomeadamente, a concretização das seguintes medidas:

– Aprovação e execução de um plano nacional de emergência que permita a recuperação e humanização das escolas do 1.º CEB e o seu apetrechamento com os materiais e equipamentos pedagógicos que faltam na maioria das escolas;

– Aprovação de uma lei de financiamento dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que estabeleça regras claras, universais e transparentes que suportem, com rigor, os orçamentos a atribuir a todas as escolas e seus agrupamentos;

– Redimensionamento das turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico por forma a que sejam

constituídas por dezanove (19) alunos, no máximo vinte (20). As turmas que integrem crianças com necessidades educativas especiais ou com mais de dois anos de escolaridade devem ser constituídas, no máximo, por doze (12) ou quinze (15) alunos, respectivamente;

– Reorganização do modelo de docência no 1.º CEB com a constituição de equipas educativas que permitam a melhoria da qualidade da acção educativa em todas as áreas curriculares;

– Criação de quadros de auxiliares de acção educativa em todas as escolas do 1.º CEB;

– Institucionalização do serviço de refeições para todas as crianças que frequentam o 1.º CEB;

– Promoção, por parte do Estado, com a intervenção dos poderes central e local, de posturas de qualidade para a ocupação de tempos livres das crianças que frequentam o 1.º CEB;

– Aprovação de regras universais para a tramitação dos processos individuais dos alunos entre todos os sectores de educação e ensino por forma a facilitar a continuidade pedagógica.



É crescente o descontentamento com os problemas com transportes e acessibilidades

Degradação dos transportes Uma política errada e injusta

Acessibilidades e transportes públicos são neste momento uma questão particularmente sentida, face à falta de resposta a graves problemas apresentados pelas populações e a degradação e encarecimento dos transportes.

Na sequência da significativa adesão pública, dia 2 de Fevereiro, à marcha lenta pela resolução dos problemas de mobilidade das populações da margem sul, a Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul reuniu um plenário de aderentes para balanço do trabalho realizado e perspectivar a actividade para os próximos meses.

Face à drástica redução do número de comboios na linha de Cascais, «Os Verdes» juntaram-se aos protestos dos utentes, defendendo o transporte público como uma prioridade que deve ser promovido numa perspectiva de serviço público.

Em nota divulgada à imprensa, o partido ecologista exige «a criação de verdadeiras alternativas ao automóvel» e um transporte público de qualidade «que permita uma redução do problema do tráfego urbano, da poluição, um consequente e desejável aumento da qualidade de vida».

A Comissão de Utentes do IC19 faz um balanço negativo da evolução das acessibilidades no concelho de Sintra e

lembra que os maiores problemas «continuam por resolver».

O movimento reivindica o alargamento do IC19 em toda a extensão no concelho de Sintra, o início da construção do IC16 sem portagens, a construção das vias circulares Nascente e Poente ao Cacém, a remodelação dos nós de Massamá e do Cacém, a construção do IC30 e da ligação da ponte de Carenque ao N6 do Hospital e a conclusão das obras de quadruplicação da via férrea.

Em conferência de imprensa realizada a semana passada, a Comissão sublinha que continua a não haver uma política de concertação dos transportes rodoviários e continuam sem início as grandes obras estruturantes.

PCP contra aumento de preços

Face aos anunciados aumentos de preços dos passes sociais e dos bilhetes dos transportes públicos, a Comissão do PCP para os Serviços Públicos e os Direitos do Consumidor denuncia tal decisão como errada e injusta.

Em nota de imprensa, o PCP lembra que «Portugal apresenta das mais elevadas taxas de cobertura pelas receitas directas (passes e bilhetes) na exploração das empresas de transportes entre países da União Europeia e os preços dos passes sociais têm vindo a aumentar acima dos valores da inflação e dos salários, atingindo já, no caso do passe LI23, 11% do salário mínimo nacional, o que significa um peso muito grande nos orçamentos familiares».

O PCP sublinha ainda que as propostas de privatização avançadas pelo PSD e PS «só podem contribuir para a diminuição da qualidade de serviço e da segurança dos passageiros, para novos e elevados aumentos de preços e para fazer crescer a ameaça sobre os passes sociais».

Face a tais medidas, o PCP, no seu Programa Eleitoral, «renova o compromisso de apresentar, na Assembleia da República, propostas de melhoria dos transportes públicos e de valorização dos passes sociais, designadamente: a garantia que o passe social seja válido em todos os operadores de transportes de passageiros na Região de Lisboa e Setúbal; o alargamento das coroas de utilização do passe social, permitindo que os passes abranjam novas localidades e que sejam válidos por extensão, além das coroas, para áreas suplementares; a criação de Autoridades Metropolitanas de Transportes».

Homenagem aos tarrafalistas

Centenas de democratas deslocaram-se, dia 23 de Fevereiro, ao cemitério do Alto de S. João, para prestar homenagem aos tarrafalistas, numa cerimónia que decorreu junto ao seu memorial.

O evento, promovido por ex-tarrafalistas, contou com o apoio da URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

Luísa Irene, presidente da URAP, fez a apresentação dos

tarrafalistas presentes e teceu algumas considerações sobre a efeméride.

Usou depois a palavra José Barata, que evocou a época de horror que se viveu em Portugal e os motivos que levaram para o campo de concentração – conhecido por campo de morte lenta – muitos portugueses, de que um número significativo acabou por falecer devido aos maus tratos.

Edmundo Pedro lembrou os camaradas que morreram naquele presídio e, de modo muito particular, Bento Gonçalves, figura respeitada por todos os que lá se encontravam, inclusive pelos seus carcereiros.

A cerimónia terminou com os presentes a cantar Grândola Vila Morena e o Hino Nacional. E a palavra de ordem – «Fascismo nunca mais».

Ao completar 81 anos

• Sérgio Ribeiro

Não voltarei a estas páginas antes de 6 de Março. Antes do nosso aniversário, antes de completarmos 81 anos de vida.

Por isso, apesar da quantidade e riqueza de temas actuais, impõem-se-me duas questões:

- que significado tem haver um Partido Comunista como o nosso é?
- que quer dizer, em 2002, ser comunista?

Usando uma metodologia semelhante à chamada «redução ao absurdo», ou procurando respostas pela negativa, todos deveríamos reflectir sobre como seria o País se não existisse este PCP ou, o que seria o mesmo, se houvesse um outro PCP que, mesmo trazendo colado o rótulo, tivesse outra ideologia, outra organização, outro programa, defendesse outra política, servida por uma outra política de alianças. A mim, parece-me evidente que o espectro partidário da democracia portuguesa, tal como ela é – e tão insatisfatória está –, ficaria muito empobrecido. Haveria os partidos «do sistema», que se revêm no capitalismo como inatacável modo de produção, oscilando segundo o grau que vão adoptando de liberalidade (ou libertinagem) do mercado reino e senhor, e umas «pontas» à esquerda, barulhentas e folclóricas, defensoras de «grandes causas» mas sem a perspectiva de classe e de luta de classes, sem irem às causas/raízes dessas «causas» que lhes alimentam as posições aparentemente muito nobres mas apenas de protesto e contestação, ajudando a dar o colorido de democracia plural ao que é a negação da democracia e da pluralidade:

o capitalismo! A bipolarização, para usar argumentação «na moda», passaria a ter a forma de um bi ou tripartidarismo a modos de partido único bi ou tricefalo com uns ornamentos ou adereços. **Muita falta faria este nosso PCP!**

Ou, pondo a questão de uma outra maneira: sem este PCP, ou com outro PCP, não ficariam muito mais desprotegidos os trabalhadores, e as populações?

Ser comunista hoje

Quanto ao que é ser comunista, hoje, haverá quem de imediato torça o nariz, apenas com o enunciado da questão. É que, para alguns, ser comunista é ter aderido a um partido, o que acto de coragem foi – e é –, é ter um leque de noções vagas e imprecisas, é ter participado numas lutas, às vezes em muitas e, nalguns casos, heroicamente. Mas não me pareça que tal seja suficiente, e que ser comunista corresponda – hoje, ou

em qualquer outro momento histórico – a um passado, por mais militante que tenha sido, ou a uma etiqueta, ou a um diploma, ou a um cartão, ou a quotas em dia, e não se fala mais nisso. Ou, ainda e quando é o caso, seja «situação» que alguém autoproclame para se arrogar uma conforme autoridade «moral» para atacar o partido que dos comunistas é. Pois bem, eu acho que ser comunista, hoje, como ontem e amanhã, não é uma «situação», uma memória que merece homenagem, uma etiqueta (até que descole), uma farda (até que se dispa), um diploma (enquanto estiver na parede ou na «montra»), um cartão (enquanto for válido), umas quotas em dia (enquanto pagas). É uma **atitude**, uma reflexão no dia-a-dia sobre o dia-a-dia e como a ele se chegou, uma **prática** para que seja um comportamento no dia-a-dia. Por isso, quem é comunista tem de mudar, de se adaptar ao dia-a-dia que muda todos os dias, sem mudar de ideologia, de princípios e valores que definem o que ser comunista é.

Este Partido

Nesta reflexão, que a outras dá continuidade, quero lembrar(-me) e sublinhar que, ao fazer 81 anos, **este Partido** é cada vez mais necessário, mais indispensável. Aos comunistas mas não menos aos trabalhadores, às populações, à sociedade portuguesa. Parabéns!

Entretanto, num Partido sempre no quotidiano das lutas, vivemos uma batalha particularmente difícil. As eleições legislativas provocadas pela demissão de Guterres, e do PS, criaram uma situação em que o nosso Partido tem de se afirmar contra a impressionante campanha de bipolarização, contra a escandalosa mistificação do voto útil, contra a indecente manipulação que é a infrene demagogia, contra o ludíbrio antidemocrático que transforma a eleição de 230 deputados numa escolha entre dois senhores para primeiro-ministro. Além de estarmos pressionados por quem espera os resultados para deles retirar ilações, desde já – quaisquer os resultados – falsas porque o Partido não é, apenas, o que os votos traduzam, por mais importantes que sejam as eleições. E são!

Para quem tem décadas de militância, de antes de haver eleições, há a consciência da particular importância destas eleições e da necessidade de uma mobilização total das nossas forças.

A melhor prenda que podemos ter, para nós mesmos e para o País, são uns resultados que desarmem a ratoeira para onde nos empurram. Depende de nós desiludir quem assim está à coca.



Uma história com um triste fim!

● Fátima Garcia

Esta história começou em 1997 quando o Conselho aprovou a primeira

Directiva sobre a abertura à concorrência dos serviços postais. Todos nós conhecemos o contributo dos serviços postais para a coesão social e territorial – o que corresponde ao direito de todos os cidadãos, onde quer que se encontrem dentro do território nacional, a terem o mesmo tipo de serviço com igual custo, pelo que é necessária a manutenção de uma rede postal e de atendimento ao cidadão. Embora reconhecendo a importância do Serviço Universal de oferta de serviços de qualidade a preços acessíveis (até aí assegurado por empresas públicas), a Directiva previa uma liberalização gradual e controlada do mercado. Nesta altura, decidiram estabelecer os limites definidos para a área reservada a 350 grs./5 vezes o preço de referência o que se traduziu, por exemplo, na perda de 30% das receitas dos CTT.

Em 2003 deveria entrar em vigor uma nova etapa no processo de liberalização e não havendo uma nova Directiva até final de 2002 que defina os critérios a seguir, o acesso ao sector ficará completamente desregulamentado.

Contra tudo e contra todos

Para justificar a antecipação da liberalização total do sector, a Comissão Europeia encomendou uma

Esquerda (Socialistas e Verdes que defendem uma liberalização mais suave, e Esquerda Unitária Europeia – GUE que se opõe a qualquer alteração). O Governo Português propunha uma posição intermédia entre a proposta da Comissão e a dos CTT.

Confrontado com a movimentação dos trabalhadores do sector, e depois de muitas negociações, em que o GUE participou activamente, o PE acabou por aprovar uma proposta que correspondia, no essencial, à posição dos operadores (era o mal menor). O assunto passou então para o Conselho de Ministros onde as posições também se dividiam. Depois de meses de discussão chegaram à proposta de limites de 100 grs. em 2003, 50 grs. em 2006 e um estudo antes da etapa de completa liberalização em 2009. A Administração do CTT apoiou na generalidade esta proposta, o SNTCT continuou a manter a sua reserva.

PSE volta as costas aos trabalhadores

O assunto de volta ao PE, vimos os democratas-cristãos (PPE) apoiarem o Conselho, os Socialistas (PSE) de acordo com as 100 grs. mas a quererem o estudo antes de 2006 e os Verdes e GUE a baterem-se pela manutenção da posição do PE. Na votação havida na passada semana em Comissão parlamentar deparamo-nos com a aliança PSE/PPE na aprovação da



série de estudos a diversos consultores mas as conclusões são contestadas pelos Operadores Públicos Postais, pelos Sindicatos e pelo Parlamento Europeu: esquecem a necessidade de fixar tarifas uniformes para todos os utentes (perequação), a sua aplicação causaria prestações de serviços desiguais com vantagem e prioridade para os segmentos do mercado mais rentáveis, colocaria em risco cerca de 500 mil posto de trabalho. Mesmo assim, a Comissão avança uma proposta que estabelece para a área reservada o limite de 50 grs./2,5 a tarifa de base (o que representaria, na prática, a quase total liberalização). Em Portugal, esta proposta é contestada pela administração dos CTT – a sua aplicação representaria uma abertura ao mercado de 80% das receitas da empresa – que, em conjunto com Operadores dos outros EM, propõe a redução dos limites para 150 grs./3 vezes a tarifa. O SNTCT opõe-se a qualquer nova etapa de liberalização e o Parlamento Europeu divide-se entre Direita (que apoia a proposta) e

Posição Comum do Conselho, tendo votado contra os Verdes e o GUE – que apresentou um parecer de rejeição da Proposta.

As consequências da liberalização do sector são já conhecidas. A população que na Suécia vive nas regiões mais isoladas deixou de ter distribuição diária e numerosos postos foram encerrados. Na Bélgica também se prepara o encerramento de estações situadas em pequenas localidades e fizeram o controlo, com cronómetro, da distribuição do correio pelos carteiros. Nada garante que os postos de trabalho que se perderão no serviço público serão absorvidos pelos novos operadores e quanto às condições de trabalho, tal como já hoje acontece, serão muito inferiores aumentando a precarização e dando lugar a uma concorrência muito pouco transparente.

Esta liberalização afectar-nos-á a todos, trabalhadores e utentes. E quem a decide são os membros dos governos dos Estados-membros. O nosso incluído.



Insensível às necessidades da reconstrução de Timor-Leste, a Comissão quer cortar a ajuda europeia

Comissão Europeia quer reduzir drasticamente a ajuda que a UE presta a Timor-Leste

Futuro em perigo

O eurodeputado comunista Joaquim Miranda considera «absolutamente inadmissível» a redução em 75 por cento da ajuda financeira comunitária a Timor-Leste no próximo ano proposta pela Comissão Europeia.

Esta posição consta de uma carta, divulgada na sexta-feira em Bruxelas, que o eurodeputado do PCP e presidente da Comissão do Parlamento Europeu para o Desenvolvimento e Cooperação enviou ao comissário responsável pelas Relações Externas da União, Chris Patten.

A proposta do Executivo comunitário de baixar a ajuda a Timor-Leste de 28 milhões para sete milhões de euros é feita no quadro da preparação do orçamento comunitário para 2003, cuja aprovação está a cargo do Parlamento Europeu e do Conselho.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português escreveu na semana passada à Comissão Europeia e a Joaquim Miranda a manifestar a sua preocupação com as consequências negativas dessa redução para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Para Joaquim Miranda, ao

reduzir o apoio, a União Europeia (UE) «estaria a enviar» a Timor-Leste «um sinal absolutamente errado» face aos desafios que aquela nova nação enfrenta em termos de desenvolvimento e

integração económica na comunidade internacional.

O eurodeputado lembra ainda a Chris Patten que, já em 2001 (aquando da preparação do orçamento para este ano), «a Comissão propusera uma redução» das verbas «em 50 por cento, tendo sido o Parlamento e o Conselho que decidiram» ajudar Timor-Leste com 28 milhões de euros. «Não me parece de todo admissível que novamente se venha a tentar tal procedimento», sublinha Miranda.

Contas da Comissão

A Comissão sustenta que mesmo com a redução pro-

posta os timorenses receberiam em 2003 três vezes mais ajuda comunitária do que os outros povos asiáticos, recusando-se a reconhecer o carácter excepcional de Timor-Leste, território ainda administrado pela ONU, mas que se tornará independente no próximo dia 20 de Maio.

A União Europeia disponibilizou 137,5 milhões de euros entre 1999 e 2002 para ajuda de emergência a Timor-Leste, reabilitação e reconstrução do território e assistência à administração transitória do país. Esse montante, atribuído aos cerca de 800 mil timorenses, correspondeu a 170 euros *per capita*, contra 25 centimos de euro *per capita* recebidos pelos restantes países asiáticos no mesmo período, frisou um porta-voz de Chris Patten.

A decisão final cabe agora ao Conselho e ao Parlamento Europeu, mas Joaquim Miranda já afirmou que, enquanto autor da linha orçamental específica para Timor, tudo fará «para impedir a concretização de tão injustificado e inoportuno propósito».

Itália homenageia «Mãos Limpas»

Cerca de 40 mil pessoas participaram no sábado em Milão numa concentração de homenagem aos juízes do processo «Mãos Limpas» que denunciaram há dez anos uma série de casos de corrupção política, levando ao desaparecimento dos grandes partidos de poder, o socialista e o da Democracia Cristã.

Na iniciativa, organizada pela revista Micromega, foi notada a ausência dos líderes da Oliveira, que receberam críticas por se terem distanciado da linha justicialista que a esquerda italiana seguiu até ao ano 2000.

O êxito da concentração voltou a confirmar o apoio da maioria opinião pública italiana aos magistrados do processo «Mãos Limpas». Segundo uma recente sonda-

gem, 80 por cento dos italianos desejam que se realizem os julgamentos pendentes, entre os quais está o do actual primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, acusado de ter corrompido vários juízes no processo sobre a compra da sociedade de alimentação SME.

A operação «Mãos Limpas» teve início em Fevereiro de 1992, tendo sido abertos centenas de processos de corrupção contra políticos e financeiros e indiciados 395 senadores e deputados, ou seja, quase metade dos parlamentares do país.

Os indícios de corrupção que pesavam sobre o magnata da televisão privada, Silvio Berlusconi, passaram a dominar as investigações a partir de 1994, levando em Novem-

bro desse ano à queda do governo que então chefiava. A partir daí o homem mais rico de Itália passou a centrar o seu discurso político no ataque contra os juízes.

Tal não impediu que alguns dirigentes da esquerda, como o ex-primeiro ministro Massimo D'Alema, iniciassem um diálogo político com Berlusconi sobre a reforma da justiça, que acabou em ruptura em 1997.

Sentindo-se ameaçados pelos políticos, os magistrados tentam recuperar o seu prestígio. Na concentração, segundo a imprensa, os manifestantes receberam com aplausos o ex-magistrado António di Pietro e reagiram com assobios à pergunta suscitada pelos oradores: «Onde estão os dirigentes da esquerda?»

Miranda chefia missão no Congo

O deputado, do PCP no PE, Joaquim Miranda foi convidado pela Comissão Europeia a chefiar uma missão da União Europeia, que acompanhará as eleições presidenciais no Congo marcadas para o próximo dia 10 de Março, a convite das autoridades congolenses. A esta missão, composta por cerca de 40 observadores de vários Estados-membros, juntar-se-ão delegações do Parlamento Europeu, de parlamentos nacionais e da Assembleia Parlamentar Paritária ACP/UE. Já no ano passado, Joaquim Miranda esteve à frente de uma delegação no Congo, enviada pela Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu.

Jurássico da Lourinhã pede fundos

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo dirigiu na passada semana uma missiva à Comissão Europeia sobre a possibilidade de financiamento comunitário da construção de um projecto multicultural que o Museu da Lourinhã pretende levar a cabo. Salientando o empenhamento activo de diversas instituições e pessoas que permitiu disponibilizar um vasto terreno de 32 hectares, para o qual já existe um projecto de arquitectura de «enorme relevância científica, cultural e educativa para Portugal, para a região Oeste e para o concelho da Lourinhã», a deputada pretende que a União Europeia possa financiar parte da obra que ascende a 20 milhões de euros (quatro milhões de contos). Ilda Figueiredo refere ainda que as actuais instalações do museu são exíguas para o acervo de importância mundial dos grandes grupos de dinaussauros, bem como de crocodilos, tartarugas, peixes e invertebrados, com 150 milhões de anos. Para além do novo museu, o ambicioso projecto compreende um espaço de múltiplas actividades que vão desde a investigação científica à divulgação cultural, ensino, lazer e entretenimento.

Petrogal faz falta

Preocupada com as graves consequências que acarretaria o encerramento das refinarias de Leça da Palmeira e de Matosinhos, a deputada Ilda Figueiredo interrogou a Comissão Europeia sobre a possibilidade de serem concedidos apoios comunitários e nacionais com vista a manter em pleno funcionamento a Petrogal, garantindo-se o emprego e os direitos aos seus trabalhadores. A deputada sublinha que a Petrogal faz falta a Portugal, sendo a única empresa portuguesa na área da exploração, produção e distribuição de petróleo e seus derivados e do gás natural, garantindo muitos milhares de postos de trabalho directos e indirectos e a dinamização de centenas de empresas com ligações ao sector.

Conselho Europeu de Barcelona O capital aposta no «triângulo» de Lisboa

Liberalizações, flexibilização da mão-de-obra e privatização dos recursos da segurança social são os principais vectores da chamada «estratégia de Lisboa» que o grande capital e a Comissão Europeia querem ver reforçados na próxima cimeira de Barcelona.

Num documento enviado ao próximo Conselho da Primavera em Barcelona, dias 14 e 16 de Março, a Mesa-Redonda dos Industriais europeus (ERT) considera que a chamada «estratégia de Lisboa» foi um passo decisivo, só lamentando que a partir de Estocolmo o processo tenha entrado em estagnação, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento das datas para a liberalização completa dos sectores da electricidade e do gás.

Esta visão encontra eco nas posições da Comissão Europeia que se junta ao patronato para ambos responsabilizarem os governos e mesmo o Parlamento Europeu pelos alegados atrasos. A Mesa-Redonda afirma só a «Comissão tem sido efectiva a fazer avançar ao agenda de Lisboa»; a Comissão sublinha que já «apresentou todas as propostas essenciais — ambos apostam em pressionar os chefes de Estado e de Governo na próxima cimeira de Barcelona, que designam de «crucial» e como «um teste» à liderança europeia.

Neste coro participa também a União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE) confirmando que «as decisões de Lisboa foram um sucesso para o patronato». Por isso, mostra-se preocupada com alguns desvios de alguns Estados-membros dos objectivos do seus programas de estabilidade.

Objectivos e resultados

Contudo, a tão louvada «estratégia de Lisboa» não teve os resultados económicos previstos. Segundo indicadores recentes, a União Europeia não convergiu com os Estados Unidos, divergiu

em termos de produtividade, não conseguiu manter os ritmos de crescimento do emprego de modo a cumprir as metas de 2005 (67 por cento da população activa) e muito menos para 2010 (70 por cento). Mantiveram-se níveis de pobreza preocupantes e não se registaram melhorias significativas em termos de educação e formação profissional.

É de resto a própria Comissão a reconhecer que o cenário de um crescimento económico de três por cento, subja-

cente aos objectivos de Lisboa, não se verificou em 2000 nem se vai verificar em 2001.

Não obstante insiste em duas orientações fundamentais, cumprir os objectivos do Pacto de Estabilidade, nomeadamente o défice zero nas contas dos estados em 2004, acelerar os processos em atraso.

Entre estes, o executivo comunitário destaca a liberalização dos mercados públicos; a criação de um mercado único de capital de risco em 2003 e de serviços financeiros em 2005; a abertura do mercado da electricidade em 2003 e do gás em 2004; e o estabelecimento em 2004 de um quadro de impostos sobre a energia.

As recomendações da Comissão vão deste modo ao encontro das exigências do patronato que coloca a prioridade na reforma dos mercados de trabalho e nas liberalizações. A reforma dos sistemas de segurança social e do sistema de pensões é outro tema que a Mesa-Redonda quer ver discutido em

Barcelona, defendendo medidas ao nível dos fundos de pensões, os quais deverão ter a «liberdade de investimento sobre onde e como investir. Acresce, segundo a ERT, a exigência de uma redução dos custos das pensões e de um melhor equilíbrio entre os sistemas públicos e privados.

Na UE mantêm-se os níveis de pobreza e um elevado desemprego



A Europa social continua preterida face aos interesses do grande capital (na foto, a manifestação em Nice, em Dezembro de 2000)

Comissão «ameaça» Estados

Caso não se verifiquem progressos ao nível da liberação dos mercados do gás e electricidade (recomendem-se as reticências de alguns países, em particular a França), a Comissão ameaça fazer uso do poderes que possui ao nível da política de concorrência e avançar com propostas da sua responsabilidade, como de resto já aconteceu no início dos anos 90 com a liberalização forçada do sector das telecomunicações.

O executivo de Bruxelas aponta ainda a necessidade do reforço da coordenação económica, insistindo na criação de um sistema de aviso prévio para todas as decisões económicas importantes de um Estado-membro aos seus pares.

Porém, esta ambiciosa agenda dificilmente

ficará fechada em Barcelona, já que muito depende do evoluir da situação económica, sobretudo na Alemanha, e das eleições em França, marcadas para Maio. Até lá, o patronato deposita a sua confiança na Comissão e no eixo Aznar/Blair para cumprir o triângulo da estratégia de Lisboa: **novas oportunidades de negócio** (com as liberalizações e privatizações de sectores estratégicos, abertura dos mercados públicos e novos mercados); **uma mão-de-obra qualificada**, flexível e móvel (através adaptação da organização de trabalho, flexibilidade e mobilidade laboral); e **capital fresco** para garantir os financiamento dos novos investimentos (através do aproveitamento dos recursos financeiros da segurança social e redução da imposição fiscal).

Relatório do PE protege conservas

Com a participação e o apoio dos deputados do PCP, a Comissão de Pescas do Parlamento Europeu votou o relatório Langenhagen sobre a indústria de transformação dos produtos da pesca que introduz medidas positivas para Portugal, nomeadamente para a indústria de conservas.

Nas alterações que apresentou ao relatório, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo propôs a criação de mecanis-

mos de indemnizações compensatórias, como forma de atenuar o impacto da maior liberalização externa dos produtos da pesca, nomeadamente sobre a indústria de conservas. Esta proposta faz parte do recente programa do PCP para a Assembleia da República.

A segunda medida passa pela manutenção e reforço das ajudas existentes para a indústria de transformação, no âmbito das acções estrutu-

rais, para além do final do actual quadro financeiro de apoio, com vista ao desenvolvimento e modernização do sector. Esta alteração foi aprovada e terá seguimento por parte deputados do PCP, tendo em conta que a deputada Ilda Figueiredo será a relatora da Comissão de Pescas do orçamento comunitário para o ano 2003.

Finalmente, Ilda Figueiredo defendeu a criação de um laboratório de referência

comunitário, a trabalhar em rede com os laboratórios nacionais de cada Estado-membro, para apoiar o controlo dos produtos da pesca comercializados na União Europeia, no que diz respeito à rotulagem, à qualidade e aos requisitos técnicos e sanitários, designadamente de produtos importados. Esta alteração acabou por ser incluída no relatório, assim como a defesa da denominação de origem da sardinha.

Convenção arranca hoje

A futura repartição de poderes no seio da União Europeia alargada começa hoje, quinta-feira, a ser discutida em Bruxelas, com o arranque da Convenção que durante um ano vai preparar a reforma das instituições comunitárias. O fórum é presidido pelo ex-presidente francês Valéry Giscard d'Estaing e reúne 105 representantes dos governos e parlamentos de 28 países (15 da UE e 13 dos candidatos à adesão) e das instituições comunitárias.

A Convenção vai tentar chegar a um consenso sobre um pacote de propostas de medidas de reforma das instituições europeias e reflectir sobre o futuro da Europa no Mundo. A decisão final sobre as alterações institucionais e outras que forem apresentadas será tomada pelos chefes de Estado e de governo, por unanimidade, depois de debatidas numa conferência intergovernamental, que se reunirá em 2004.

Oportunidade para a paz em Angola

A Comissão Europeia espera que o desaparecimento de Jonas Savimbi ajude Angola a encontrar o caminho para a paz e o desenvolvimento. O porta-voz do comissário responsável pelas Relações Externas, Gunnar Wiegand, disse esperar que «os acontecimentos deste fim-de-semana contribuam para uma situação de paz durável e de desenvolvimento económico do país» e não conduzam «a uma nova vaga de violência». O responsável desejou ainda que «as aspirações legítimas da população de Angola a um desenvolvimento económico e estabilização política não sejam frustrados mais uma vez».

Português comanda EUROFOR

O major-general Nelson Santos será o primeiro português a comandar a Força Rápida Operacional Europeia (EUROFOR), componente terrestre da euroforça sediada em Florença, Itália. Segundo a Agência Lusa, a indigitação formal de Nelson Santos no cargo carece do parecer do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e da nomeação do ministro da Defesa portugueses. O português poderá assim suceder ao major-general francês Arnold Schwerdorffer, que cessa funções em Dezembro deste ano. A euroforça criada em Lisboa, em Maio de 1995, integra militares de Portugal, Espanha, França e Itália, admitindo-se já o seu alargamento a novos países da União Europeia com vista ao aumento das fontes de financiamento e à sua transformação numa Brigada de Reacção Imediata, a inserir na Força de Reacção Rápida (FRR) que os Quinze pretendem levantar no fim de 2003.

Angola reage à morte de Jonas Savimbi com expectativa
Se a UNITA colaborar, pode haver eleições dentro de um ano e meio a dois anos

Uma oportunidade para a paz

As reacções à morte de Savimbi são quase unânimes: o fim do homem que tão polémico foi em vida é visto como uma oportunidade para a paz em Angola.

O dirigente da UNITA, Jonas Savimbi, de 67 anos, foi abatido, sexta-feira, no Moxito pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), numa operação em que, segundo a Angop, morreram igualmente os brigadeiros «Big Jo» e «Bula», «entre os integrantes da segurança» do líder da União Nacional para a Independência Total de Angola.

A tónica das reacções à morte de Savimbi é quase unânime. Embora lamentando a perda de uma vida humana, a generalidade dos comentários aponta as novas possibilidades de paz que se abrem para Angola.

De acordo com o embaixador português em Angola, Fernando Neves, citado pela Lusa, a *troika* que acompanha o processo angolano valoriza

Se todos fizerem o que tem que ser feito, a paz será definitiva

«a forma como têm vindo a ser integrados todos aqueles (elementos da UNITA) que têm sido capturados», considerando que o facto de muitos estarem envolvidos na vida política desde 1992 mostra que «hoje em dia é possível expressar pontos de vista políticos diferentes sem risco».

A *troika* de observadores é um órgão criado em 1991 na esteira do Acordo de Bicesse, com Portugal como medianeiro e tendo por «garantes» da sua aplicação a então União Soviética e os Estados Unidos. Após o Protocolo de Lusaca, assinado em 1994, a mediação das negociações entre o governo e a UNITA passou a ser desempenhada pela ONU.

Segundo Fernando Neves, o Protocolo de Lusaca, que Jonas Savimbi nunca cumpriu, é o «caminho para a paz em Angola».

Também o líder da UNITA-Renovada, Eugénio Ngolo «Manuvakola», considera que, com a morte de Savimbi, se abre «uma nova era» no seu partido, estando facilitado o caminho para se ultrapassarem os «males da guerra».

Por seu lado, José Francisco Filipe, chefe da bancada parlamentar da UNITA, com 70 de 220 deputados da Assembleia Nacional, disse à Lusa que este foi «o fim esperado» pelo próprio Savimbi.

Idêntica é a posição de Luanda. De passagem por Lisboa a caminho de Washington onde ontem se encontrou com George W. Bush, Eduardo dos Santos afirmou que o governo «pensa dar passos rápidos para normalizar a situação política no país», a começar por um cessar-fogo. A serem criadas as condições, disse, as eleições poderiam

realizar-se dentro de um ano e meio, dois anos. «Tudo depende da boa vontade daqueles que ainda estão de armas na mão», sublinhou o presidente angolano.

Diálogo facilitado

Para o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a morte do líder da UNITA significa «uma alteração qualitativa da situação» angolana, estando agora «criadas as condições para que a paz chegue a Angola».

No mesmo sentido se pronunciou o representante da União Europeia para a região dos Grandes Lagos, Aldo Ajello. «A morte de um homem é sempre uma notícia triste mas, ao mesmo

tempo e neste caso, é uma oportunidade para a paz e a paz interessa a todo o povo de Angola», afirmou Ajello, citado pela Angop.



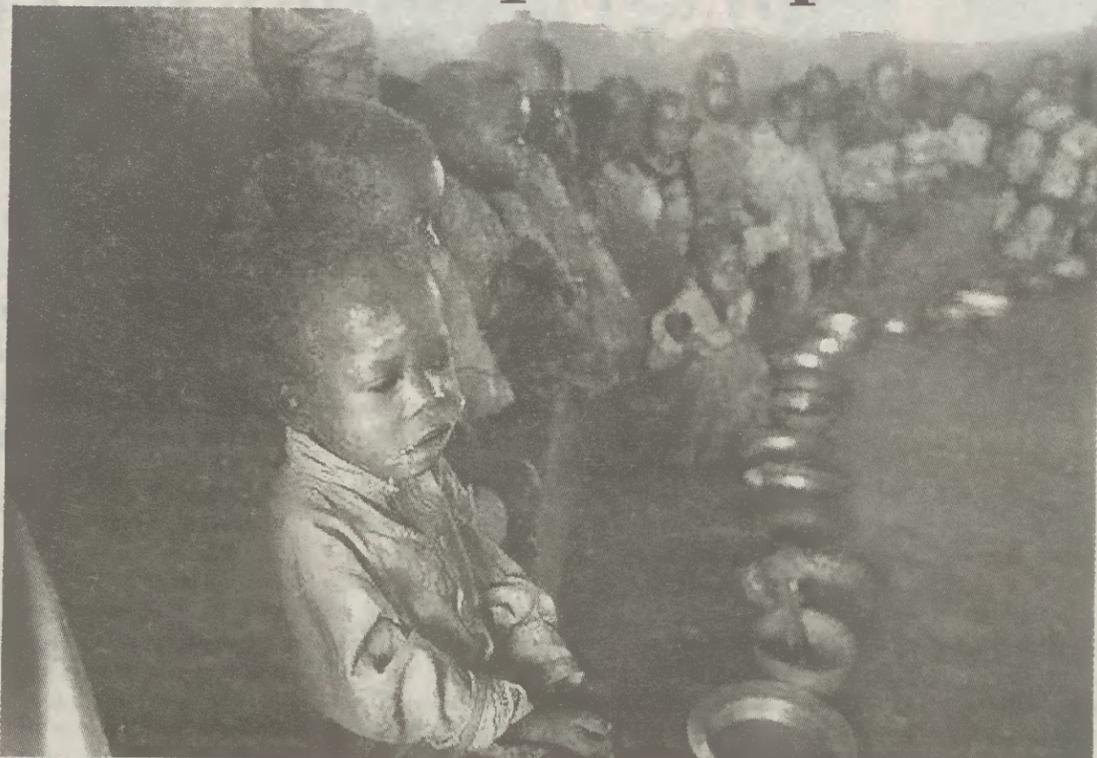
Jonas Savimbi

O representante da UE acredita que «na situação actual» o diálogo será mais fácil e que a «continuação da guerra não faz sentido».

«Depois da morte do chefe e com a situação militar que há no terreno, creio que se todos fizerem o trabalho que tem que ser feito, de encorajar e trabalhar juntos pela reconciliação nacional, a paz será definitiva», disse, aconselhando os antigos companheiros do líder da UNITA a «usarem a cabeça».

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou por seu lado que todas as partes do conflito angolano devem tirar partido da nova situação criada com a morte de Jonas Savimbi e avançar com o processo de paz.

Segundo um porta-voz da ONU, Annan «espera que o governo angolano cumpra o compromisso que assumiu de respeitar o estipulado no Protocolo de Lusaca», como há dias reiterou. Por seu lado, disse, «as Nações Unidas continuam prontas a ajudar as partes em conflito a prosseguirem o processo de paz».



A guerra em Angola provocou no país uma catástrofe humanitária

Cronologia

A guerra civil angolana começou em 1975 e o país só conheceu cinco anos de uma paz relativa na sequência dos acordos de Bicesse (Portugal), e de Lusaca (Zâmbia). Após sucessivas violações dos acordos pela UNITA, o conflito recomeçou em força em 1998. Com base num trabalho da Lusa, segue-se uma cronologia do conflito.

31/05/91 - Assinatura do Acordo de Bicesse, que prevê o cessar-fogo, constituição de Exército único e realização de eleições gerais.

24/08/91 - São libertados os primeiros prisioneiros de guerra.

26/09/91 - Savimbi é recebido em Luanda por Eduardo dos Santos.

01/92 - Início do acantonamento das tropas do MPLA e da UNITA, supervisionado pela ONU.

29 e 30/09/92 - Eleições presidenciais e legislativas. O MPLA conquista a maioria absoluta nas legislativas. Nas presidenciais, Eduardo dos Santos é mais votado que Savimbi, mas sem maioria absoluta. A UNITA não aceita o resultado das eleições, consideradas «livres e justas» pelos observadores internacionais, pelo que a segunda volta nunca se chega a realizar.

02/10/92 - Savimbi considera as eleições fraudulentas e ameaça regressar à guerra se a Comissão Nacional de Eleições tornar públicos os resultados, o que veio a acontecer.

31/10/92 - Início de confrontos violentos em Luanda, que duraram três dias, nos quais morrem dirigentes da UNITA, designadamente o seu vice-presidente, Jeremias Chitunda, e Elias Salupeto Pena.

A UNITA regressa ao Huambo, onde tinha o seu quartel-general militar.

01/93 - Marcadas negociações de paz em Addis Abeba, a que a UNITA não comparece.

12/04/93 - Governo e UNITA encontram-se em Abidjan, na Costa do Marfim, para nova tentativa de um acordo de paz. Sem sucesso.

15/09/93 - O Conselho de Segurança aprova sanções à UNITA, impondo um embargo de armas, petróleo e seus derivados.

15/11/93 - Início das conversações de Lusaca.

20/11/94 - Assinatura do Protocolo de Lusaca. Ao contrário de Eduardo dos Santos, Savimbi não comparece à cerimónia.

22/11/94 - Entrada em vigor do cessar-fogo em todo o território de Angola.

12/02/95 - Congresso da UNITA aceita Protocolo de Lusaca e a reconciliação nacional.

06/05/95 - Eduardo dos Santos e Savimbi reúnem-se em Lusaca. Savimbi declara aceitar Eduardo dos Santos como chefe de Estado e estar disponível para trabalhar para a paz.

Revisão da Lei da Amnistia, que passa a incluir os militares que abandonaram as Forças Armadas Angolanas.

10/08/95 - O presidente angolano e Savimbi reúnem-se em Franceville, Gabão, sob os auspícios do presidente Omar Bongo.

25/09/95 - «Não voltarei à guerra», afirma Savimbi em Bruxelas, numa reunião destinada a solicitar financiamento de 700 milhões de dólares para um programa de reabilitação e reconstrução de Angola patrocinado pela ONU e pela União Europeia.

20/01/96 - Em acta assinada por Eduardo dos Santos e Savimbi, e ainda pelo presidente do Gabão, como testemunha, fica registada a questão da acomodação política do líder da UNITA (Vice-Presidência), a prorrogação do mandato do Parlamento e a segunda volta das eleições presidenciais.

11/04/97 - É empossado o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, que inclui todas as formações políticas com

assento no parlamento, dispondo a UNITA de quatro ministros e sete vice-ministros.

12/08/97 - A UNITA apresenta uma nova proposta sobre a extensão da administração do Estado.

15/08/97 - Kofi Annan apresenta ao Conselho de Segurança da ONU um relatório sobre o processo de paz angolano, manifestando-se preocupado pela deterioração da situação militar.

28/08/97 - O Conselho de Segurança decreta um segundo pacote de sanções aos responsáveis da UNITA e seus familiares directos, que os impede de viajar, e determina o «encarceramento imediato e total» das suas delegações fora de Angola.

27/02/98 - Os EUA suspendem a cooperação militar com Luanda.

11/03/98 - O governo angolano levanta a interdição que pendia sobre a UNITA relativa ao exercício das suas funções políticas.

31/03/98 - O estatuto de Jonas Savimbi é publicado no boletim oficial. Esta lei assegura ao presidente da UNITA um quadro de intervenção política na vida nacional, de garantias jurídicas, protocolares, de segurança e de direitos e deveres.

01/06/98 - A UNITA abre sede em Luanda, mas Savimbi continua a não assumir a sua posição de dirigente da oposição.

12/06/98 - O Conselho de Segurança aprova, por unanimidade, o terceiro pacote de sanções contra a UNITA, decidindo congelar os «fundos e recursos financeiros» da organização no estrangeiro e proibir a importação directa ou indirecta de diamantes de Angola que não estejam certificados pelo governo.

24/08/98 - A UNITA cessa a sua colaboração com a *troika* encarregada de acompanhar o processo de paz.

02/09/98 - Antigos elementos da UNITA afastam-se do movimento e criam o Comité de Renovação. O governo angolano cessa o diálogo com a UNITA de Savimbi, reconhecendo os dissidentes como seus únicos interlocutores.

Novembro/98 - O exército governamental lança uma ofensiva geral contra a UNITA.

26/02/99 - A ONU decide pôr fim à MONUA devido ao recomeço da guerra.

24/07/99 - As autoridades angolanas emitem um mandado de captura contra Savimbi.

14/09/99 - Início de uma importante ofensiva do exército, que vai recuperar uma série de localidades, entre as quais o Andulo, Bailundo, Mungo e Nhareya e posteriormente o ex-quartel general da UNITA na Jamba.

Dezembro/99 - A Namíbia autoriza Angola a intervir no seu território para perseguir elementos da UNITA.

10/03/00 - Uma comissão de inquérito da ONU acusa vários chefes de Estado africanos de estarem implicados no tráfico de armas e diamantes com a UNITA violando as sanções impostas ao «Galo Negro».

30/11/00 - O Parlamento angolano aprova uma lei de amnistia aplicável aos elementos da UNITA e ao seu líder. O «Galo Negro» rejeita a lei e mantém a exigência de novas negociações directas.

03/06/01 - Savimbi reconhece a derrota da guerra convencional conduzida pelo seu movimento contra o regime de Luanda.

28/09/01 - Angola vive uma «catástrofe humanitária», segundo a ONG britânica OXFAM.

18/02/02 - O exército angolano anuncia a tomada de bases da UNITA na província do Moxico.

22/02/02 - O Governo de Luanda anuncia ter abatido Savimbi num ataque desencadeado na província do Moxico.



«Encontrámos uma situação de ocupação militar por parte de Israel, que tem características de grande penosidade para a população palestina», afirmou o deputado António Filipe

A paz é um objectivo dos palestinianos desde que sejam reconhecidos os seus direitos inalienáveis

«Bem-vindos à nossa grande prisão»

– Entrevista com António Filipe e Margarida Botelho

Os deputados, do PCP, António Filipe e Margarida Botelho, recém-chegados de uma deslocação ao Médio Oriente, sublinham a necessidade de reforçar a solidariedade com o povo palestiniano e de exigir da comunidade internacional uma posição clara sobre a Palestina.

Que situação encontraram à chegada na Palestina?

António Filipe – O que encontramos foi uma situação de ocupação militar por parte de Israel, que tem características de grande penosidade para a população palestiniana e que está concebida para causar não apenas uma total perturbação à vida normal, como tem características profundamente agressivas que passam pelo assassinato de milhares de palestinianos, pela destruição das suas redes de infra-estruturas, pelo isolamento das localidades palestinianas e por criar uma situação que torna a vida do povo palestiniano absolutamente insuportável.

Apercebemo-nos disso através das agressões militares que se desencadearam nas várias localidades palestinianas, inclusivamente a cidade de Ramallah, onde estivemos e onde pudemos constatar o cerco que é imposto ao próprio presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat. Tivemos ainda a oportunidade de conhecer a situação criada com os cerca de 500 postos de controlo nos territórios palestinianos, que torna a vida deste povo um autêntico inferno.

O que são os postos de controlo?

Margarida Botelho – Para dar um exemplo: os palestinianos não sabem se conseguem chegar ao seu trabalho, ou mesmo se podem voltar para as suas casas. As crianças por vezes não sabem se podem ir ou não para a escola ou se têm professores para lhes dar as aulas.

Esta restrição de movimentos tem também a ver com as mercadorias. Havia quem desse nota de problemas de alimentação, porque os mantimentos não chegavam às suas casas.

Havia também gente que não chegava ao hospital e acabava por morrer nos postos de controlo. Há uma série de consequências negativas para a vida das pessoas que leva a situações completamente desesperadas.

Como é que os palestinianos conseguem resistir a estes bloqueios?

MB – Os palestinianos organizam-se de uma forma muito solidária. No dia em que nós nos viemos embora estava fechado o posto de controlo que dava acesso a Jerusalém, estava mais ou menos organizada uma barreira de palestinianos que diziam às pessoas para não avançar porque era perigoso, porque os israelitas disparam sobre as pessoas que se aproximam de mais.

Em cada aldeia há também uma lista de voluntários palestinianos que estão dispostos a dar aulas nos dias em que os professores não conseguem chegar às escolas. É uma forma de organização solidária que lhes permite resistir.

Como é a vida na Palestina?

MB – Durante um encontro que tivemos com uma federação ligada à Juventude Democrática Palestiniana, um dos jovens que nos recebeu começou a reunião com estas palavras: «Bem-vindos à nossa grande prisão.» Isto define as condições em que a vida deles decorre, com uma grande opressão.

Para os palestinianos, o processo de paz existe como objectivo e como propósito da luta. São um povo determinado na luta pela paz.

Mas a situação que se vive é de guerra...

AF – Nas primeiras cinco semanas da Intifada não houve um único tiro disparado por parte dos palestinianos. No entanto, 100 palestinianos foram assassinados, muitos dos quais com menos de 16 anos.

A paz é um objectivo dos palestinianos desde que sejam reconhecidos os seus mais inalienáveis direitos, que são o direito ao reconhecimento ao seu próprio Estado e à sua soberania com as fronteiras que datam 1967, como é reconhecido pelas Nações Unidas. A resolução

do problema dos milhares de refugiados palestinianos e o desmantelamento dos colonatos que Israel instala nos territórios ocupados, de uma forma absolutamente ilegítima, são também objectivo de luta do povo palestiniano. Da parte de Israel há uma recusa absoluta em aceitar estes princípios.

Como comentam os atentados a membros do governo palestiniano?

AF – Os assassinatos selectivos de membros do governo palestiniano são mais uma forma odiosa desta ocupação. Nós próprios estivemos com a FPLP, cujo o secretário-geral foi assassinado recentemente,

O PCP manteve contacto com que organizações?

MB – Estivemos com o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e com diversas componentes da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), designadamente o Partido do Povo Palestiniano, a Frente Democrática de Libertação da Palestina e a Frente Popular de Libertação da Palestina. Em Israel encontramos com uma delegação do Partido Comunista de Israel (PCI) e visitamos o Knesset (Parlamento israelita). Em relação ao conflito israelo-palestiniano há algumas ideias que são comuns a todas as organizações, e uma preocupa-

facto tem sido o factor de violência nos territórios ocupados, desde que começou a Intifada.

Qual é a posição do PCI no conflito israelo-palestiniano?

AF – O PC de Israel tem uma posição muito coerente de solidariedade com o povo da Palestina e com os seus direitos, considerando que esta posição não serve a nenhum povo, que é lesiva quer para o povo palestiniano quer para o próprio povo de Israel.

Creio ser de salientar que tem vindo a crescer um movimento pela paz em Israel. A dimensão deste movimento é um dado relativamente novo, na medida em que aumenta

manifestações pela paz, em Israel. Era nossa intenção manter contacto com esses movimentos, mas tal não foi possível na medida em que foram isolados os territórios palestinianos, o que fez com que estivéssemos o dia inteiro em postos de controlo.

Quando se demora cinco horas a fazer um trajecto que em condições normais se faria em 40 minutos, isso dá uma ideia dos problemas a que diariamente estão sujeitos todos os cidadãos palestinianos. No nosso caso, limitou de facto o âmbito dos contactos que pretendíamos realizar.

A comunidade internacional pode fazer mais pela Palestina?

MB – A comunidade internacional deve ter um papel preponderante nesta situação de catástrofe humanitária. A União Europeia tem sido muito flexível em relação aos interesses dos Estados Unidos e de Israel. O facto de o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros ter voltado a precisar de mais tempo para reflectir, parte até de um certo princípio de igualização de agressores e vítimas, o que não se pode encarar neste problema.

Quem não cumpriu com os acordos de paz foram os israelitas. O que ficou assinado em Oslo corresponde a que a Palestina fique apenas com 22 por cento do seu território histórico, o que significa uma cedência extraordinária da parte do povo palestiniano.

O objectivo da vossa visita teve êxito?

AF – A oportunidade desta nossa visita é poder contribuir para aumentar o movimento de solidariedade com o povo palestiniano. O nosso objectivo é promover o debate na opinião pública em Portugal sobre a situação na Palestina, e desenvolver um movimento de solidariedade no nosso país que possa forçar as forças políticas portuguesas a adoptar posições claras relativamente a esta questão. Pretendemos também que o Estado português assumira uma posição mais firme em relação à Palestina e que essa posição possa contribuir para que a UE adopte de facto uma posição mais clara nesta matéria.



António Filipe e Margarida Botelho encontram-se com o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat

quando tentava entrar em contacto com as tropas israelitas que bloqueavam a rua onde se situava a sede da organização.

Há uma política deliberada no sentido da eliminação física dos dirigentes mas também da própria população. Já vão em largas centenas os palestinianos assassinados desde que se iniciou a actual Intifada e a isso soma-se uma política de desorganização da sociedade palestiniana e de isolamento forçado das localidades palestinianas.

Esta política de postos de controlo e de instalação de colonatos tem o objectivo de desorganizar, mas também de desolar e destruir as redes de serviços, de infra-estruturas, cortar o acesso à água..., e portanto inviabilizar a sociedade palestiniana.

ção enorme com as condições de vida do povo palestiniano.

Que sentimento predomina na Palestina?

AF – A paz é um objectivo de todas as correntes políticas que integram a OLP. Se não há paz na Palestina isso deve-se exclusivamente a uma política de má-fé por parte do governo israelita que inviabiliza qualquer esforço de paz.

Basta dizer que nos últimos anos, desde que foram assinados os acordos de Oslo, considerados insuficientes pelas diferentes correntes políticas palestinianas, Israel instalou 33 mil casas de colonos em território palestiniano, muito mais do que existiam à data desses acordos. Isso é demonstrativo da política de má-fé por parte do Estado de Israel, que de

cada vez mais o número de pessoas que em Israel compreendem que a espiral da violência não serve a ninguém, e portanto são cada vez mais os cidadãos do Estado de Israel que consideram ser vantajoso para todos um entendimento que permita a existência de ambos os estados.

Há necessidade de se reforçar a solidariedade como forma de pressão sobre os governos dos diferentes países para que encarem o problema palestiniano de uma forma mais correcta do que a que tem sido seguida até aqui, totalmente subserviente aos Estados Unidos e a Israel.

Em Israel há manifestações de solidariedade para com o povo palestiniano?

AF – Dois dias antes da nossa chegada ocorreram duas

Chavez confiante

O presidente venezuelano excluiu a hipótese de os militares estarem a preparar um golpe para o derrubar, afirmou Hugo Chavez, numa entrevista que concedeu esta semana ao diário espanhol *El Mundo*.

«Os militares estão solidamente comprometidos com o processo democrático e têm uma ideia clara de como devem ser as coisas neste país», declarou Chavez.

O presidente da Venezuela afirmou ainda que a queda do preço do barril de petróleo para 16 dólares não afectou em nada a economia venezuelana e que muito foi feito contra a fuga de capitais do país.

Chavez desfiou ainda as autoridades espanholas a enviarem provas da culpabilidade dos alegados etarras que se encontram refugiados na Venezuela.

«Como disse a Aznar e ao próprio Rei, se Espanha tem dados, elementos probatórios, ou o que seja, que o envie ao Tribunal Supremo da Venezuela e se os juízes se pronunciarem a favor da extradição, meto os etarras no avião no minuto seguinte», afirmou o presidente da Venezuela.

Incursão israelita em Gaza

Soldados israelitas apoiados por três tanques entraram terça-feira na zona autónoma palestiniana, no centro da Faixa de Gaza. Os tanques, vindos da colónia judia de Kfar Daron, avançaram um quilómetro para entrar na localidade autónoma de Wadi al-Salga, onde os soldados prenderam dois palestinianos, disse o chefe do município palestiniano, Yussef Abu al-Ajeen.

Na véspera, seis palestinianos ficaram feridos, um dos quais com gravidade, por balas e por tiros de obuses, disparados por tanques israelitas no sul da Faixa de Gaza.

Na passada semana, mais de 30 palestinianos foram igualmente assassinados pelas tropas israelitas.

Irão avisa EUA

As forças armadas iranianas advertiram os EUA contra «qualquer agressão militar» e reafirmaram estar «prontas a defender» o solo nacional, anunciou este fim-de-semana a televisão de Teerão.

«As forças armadas estão prontas e têm capacidade para defender o país contra qualquer agressão externa», afirmou o Estado-Maior-General das Forças Armadas do Irão num comunicado difundido pela televisão. Os dirigentes políticos e militares iranianos denunciaram repetidas vezes as recentes ameaças proferidas pelo presidente norte-americano, George W. Bush, contra o que definiu como um «eixo do mal», incluindo o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte.

Confrontos entre forças governamentais e guerrilha provocam número indeterminado de vítimas

Negociações de paz suspensas na Colômbia

Andrés Pastrana suspendeu no dia 20 o diálogo com as FARC-EP e lançou uma ofensiva contra a guerrilha. A guerra volta a falar mais alto na Colômbia.

A pretexto do incumprimento pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular (FARC-EP) de «compromissos assumidos» à mesa das negociações, o presidente Pastrana suspendeu no dia 20, unilateralmente, o processo de diálogo para o cessar-fogo e o fim das hostilidades, e mandou bombardear a zona desmilitarizada ocupada pelos guerrilheiros. A «gota de água» invocada pelo presidente foi o sequestro de um senador colombiano pelas FARC, mas de imediato as acusações se estenderam a alegadas ligações da guerrilha com o narcotráfico e a práticas terroristas.

Um dia depois dos bombardeamentos que abriram o caminho ao exército para tomar de assalto a zona desmilitarizada,

os porta-vozes das FARC às negociações de paz emitiram um comunicado desmentindo as acusações governamentais.

Governo faz orelhas moucas aos problemas de 30 milhões de colombianos

Recordando as propostas da guerrilha para a «substituição de cultivos ilícitos» pertencentes «a camponeses pobres historicamente esquecidos pelo Estado, que tiveram de recorrer a essa prática como meio de subsistência», o documento responsabiliza as autoridades colombianas pela situação que se vive no país.

«Exige-se às FARC-EP "boa conduta" e "gestos de paz" enquanto o Estado aumenta a confrontação com o fortalecimento das forças militares e da polícia, fomenta o terrorismo dos grupos paramilitares com a participação aberta de alguns comandos militares e desenvol-



Os combatentes das FARC-EP continuam a luta pelo reconhecimento dos direitos do povo colombiano

ve o Plano Colômbia por exigência dos EUA», refere o documento.

Para as FARC-EP, a acusação que lhe é feita «de violação dos acordos por ter construído pontes e estradas para o serviço da comunidade é por si só um despropósito que apenas procura ocultar as verdadeiras razões» para a suspensão do processo de paz. As obras que o Estado não fez em 36 anos e que as forças revolucionárias fizeram em três anos «não são acções terroristas», como pretende Pastrana, que para justificar a sua decisão teve de recorrer a velhas imagens que nada têm a ver com a acção das FARC.

Cedências à direita

«A ruptura - afirma o documento - foi uma exigência das

Forças Militares, das associações económicas, dos grandes meios de informação, de alguns candidatos presidenciais e da embaixada norte-americana no seu afã de impedir as mudanças que o momento actual exige».

Garantindo que durante três anos as forças patrióticas procuraram «soluções pela via do diálogo e da negociação para os graves problemas que afectam 30 milhões de colombianos», a que o governo sempre «fez orelhas moucas», as FARC consideram que «está claro que o verdadeiro objectivo que move o governo para tomar a decisão da ruptura do processo é o de escamotear ao povo colombiano a discussão dos temas fundamentais constantes da agenda comum que traçam o caminho através do diálogo para uma nova Colômbia».

As FARC afirmam-se ainda

dispostas a prosseguir o diálogo «com um futuro governo que manifeste interesse em retomar o caminho da solução política para o conflito social e armado» no país.

Entretanto, demonstrando que a sua capacidade de intervenção militar continua activa apesar dos ataques governamentais, a guerrilha colombiana raptou no domingo a candidata ecologista às presidenciais, Ingrid Betencourt. Um comunicado assinado por Joaquín Gómez, comandante das FARC, faz depender a libertação da candidata, bem como de outros cinco deputados sequestrados há mais de um ano, «da adopção de uma lei para a troca de prisioneiros entre as FARC e o poder num espaço de 12 meses». Desde o início das negociações de paz que o presidente Pastrana se tem oposto à criação desta lei.

Desemprego dispara nos EUA

Os pedidos de subsídio de desemprego nos Estados Unidos da América (EUA) subiram em 10 mil na semana terminada a 14 de Fevereiro, chegando ao total de 383 mil, anunciou na passada semana o departamento norte-americano do Trabalho.

Os analistas previam 375 mil pedidos de subsídios de desemprego para a última semana, o que constituiria um aumento de dois mil do valor divulgado inicialmente para a semana anterior, numa base não revista.

A média móvel das quatro semanas terminadas a 16 de Fevereiro, indicador menos volátil, subiu pela primeira vez em seis semanas, de 376 mil para 381,75 mil.

Apesar desta subida, do indicador não ultrapassou o nível psicológico dos 400 mil nas últimas sete semanas, o que já não acontecia desde Abril de 2001.

Com a economia a apresentar sinais de recuperação, as empresas têm pedido aos seus funcionários para trabalharem mais horas em vez de recorrerem a novas contratações, o que segundo os analistas, só deverá acontecer no final do segundo trimestre do ano.

Na última semana, e depois de alguma acalmia, regressaram os anúncios de despedimentos em massa, desta feita relativamente à AT&T e à Sprint.

O maior fabricante mundial de automóveis, a General

Motors, vai também despedir 2850 trabalhadores em duas das suas fábricas nos Estados Unidos. A empresa adiantou, em comunicado, que a medida surge na sequência de uma baixa acentuada das vendas, no ano anterior, sendo que os trabalhadores despedidos vão receber salários e abonos até Setembro.

British Airways despede 5800 trabalhadores

A British Airways vai despedir mais 5800 trabalhadores durante os próximos dois anos, como parte de um plano de redução de custos com vista a combater a quebra da procura registada desde o 11 de Setembro.

Estes postos de trabalho a eliminar juntam-se aos 7200 já anteriormente anunciados, e deverá permitir à empresa economizar cerca de 650 milhões de libras por ano, a partir de Março de 2004, indicou o director-geral da empresa, Rod Eddington.

A British Airways vai despedir 220 milhões de libras nos próximos dois anos, em encargos com os despedimentos. No âmbito da sua reestruturação, a empresa pondera reduzir em seis por cento a sua capacidade no aeroporto Gatwick, em Londres, até ao segundo semestre de 2003; vender dois Boeings 777 este ano e outros cinco posteriormente.

Defesa de Milosevic agita Alemanha

A defesa de Slobodan Milosevic em Haia está a provocar grandes problemas na Alemanha. O antigo presidente jugoslavo iniciou a sua defesa com a apresentação do programa da WDR «Tudo começou com uma mentira» que o *Avante!* relatou detalhadamente há um ano. Na segunda-feira, a cadeia de televisão alemã iniciou uma série de debates semanais sobre o processo, com a participação de comentadores incómodos. O general Loquai desmascarou mais uma vez o ministro Scharping, e o programa «Tudo começou com uma mentira» voltou a ser analisado, confirmando-se as acusações de Milosevic contra a NATO.

No mesmo dia, o *Junge Welt* dava conta que na Jugoslávia as audiências à transmissão do processo batem todos os recordes e que a esmagadora maioria da população está com Milosevic. Ainda sendo o *Junge Welt*, a CNN e outras cadeias de tele-

visão ocidentais interromperam a transmissão directa que estavam a fazer do julgamento por se sentirem completamente desmascaradas no papel que desempenharam na manipulação da opinião pública durante o ataque à Jugoslávia.

Entretanto, anteontem, Milosevic exigiu ser posto em liberdade para poder preparar convenientemente a sua defesa, que ele própria assegura. O ex-presidente queixa-se de não dispor dos meios para se defender, ao contrário da acusação que conta com

imensos recursos para tentar incriminá-lo.

«O único meio de que disponho é um telefone, e mesmo ele não funciona. Tenho direito a igualdade de meios e a defesa. Por esta razão, reclamo ser posto em liberdade», afirmou. O presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI), Richard May, interrompeu a argumentação de Milosevic, informando-o de que as «questões administrativas» seriam examinadas quarta-feira. No fecho da nossa edição desconhecia-se o resultado da pretensão do antigo líder jugoslavo.

Greves na Coreia do Sul

As greves na Coreia do Sul estão a alastrar. Aos trabalhadores dos caminhos-de-ferro e da electricidade, em greve há vários dias, juntaram-se esta semana cento e vinte mil trabalhadores da indústria automóvel e da produção de máquinas. Os trabalhadores exigem o regresso à semana de cinco dias e a anulação das privatizações.

A polícia já prendeu 36 sindicalistas que se tinham refugiado numa igreja.

Urbanismo

• Manuel Augusto Araújo

Todos (quase todos) os dias o presidente da Câmara Municipal de Lisboa aparece a dar notícia que exerce o poder. Actos correntes transformam-se em inovadores actos de gestão, com aparato quanto basta para que os jornais se embasquem com tão clarividente capacidade de decisão. É espantoso como a mera manobra exibicionista de comparecer no acto de empregar um edifício, dá direito a fotografia, notícia e setas a apontar para cima. O que é prática normal em qualquer autarquia, transmuta-se pela mão santanista nas canetas dos periodistas, numa marca exemplar de gestão.

Temos homem e temos notícia. Mas este homem, assim tal qual é e as notícias assim tal qual são, marcam o termómetro, não só de Lisboa, mas da nação. Do esta-

mundo da informação da chamada imprensa de referência, sempre pronta a exibir livros de estilo, códigos e princípios deontológicos (não serão deontológicos, de dentuça imaculadamente branca, pronta a mastigar benesses que o poder e o capital vão deixando cair com parcimónia?) e, sobretudo, critérios jornalísticos, altar onde se levantam e abatem notícias e opiniões com objectivos de contornos indefinidos, mas que acabam sempre por vir à superfície desses pântanos. Assim o que mais é sublinhado são as frases bombásticas do tipo «os construtores vão ter que se habituar a margens de lucro menores» (com estas políticas de direita e centro-direita, como?) e pouco ou nada se esclarece sobre os objectivos de uns ainda difusos fundos imobiliários que se propõem recuperar quase de uma penada toda a cidade (com margens de lucro menores?) quando o que de facto é fundamental é alterar as leis para que sejam colocados no mercado centenas de fogos devolutos e degradados, pelo que é urgente é rever o código de expropriações urbanas que está esmagado pelo sacrossan-

Um violino nos telhados de Lisboa

do (preocupante) da nação e do modo como tudo se traduz em notícias que se propagam em ondas de gargalhadas que escarnecem e afogam a imagem mítica de Humphrey Bogart retirando um exemplar do jornal da máquina de impressão rosando ameaçador sobre o som da rotativa: *it's the press!*

Continua a ser a imprensa, mas é outra. Aquela que os Lopes conhecem de ginjeira e para quem este Lopes constrói uma pose, este Lopes constrói uma pose, pose pindérica mas mais também não se lhe pode exigir, debitando banalidades e o que não são banalidades são soluções avulsas, de resultados mais que duvidosos mas que, neste estado de coisas e com os protagonistas que se conhecem, lhe garante a imagem de homem de acção.

Exemplo desta atitude é apresentar como solução para a recuperação dos prédios degradados o bónus da construção de mais um ou dois andares o que, além dos problemas estruturais que a engenharia, será sensato recordar que Lisboa é uma zona de risco sísmico, na maioria dos casos talvez consiga resolver, irá alterar radicalmente todos os índices urbanísticos. Algumas zonas de Lisboa atingiriam um patamar de densificação insuportável, isto para não referir a mutação dos perfis da cidade, independentemente de interferirem ou não nos sistemas de vistas da cidade, cousa que nem o edil nem os prolixos escreventes devem saber o que é.

Mas como ninguém questiona seriamente o que quer que seja, na melhor das hipóteses auscultam-se outras opiniões, temos mais homem e mais notícias porque nesse



«O violinista azul», de Marc Chagall

to direito de propriedade, tornando-o mais expedito; rever a lei fiscal de molde a penalizar os proprietários que tem habitações devolutas com objectivos especulativos; resolver administrativamente o problema dos proprietários que não têm meios para recuperar os seus bens imóveis e os casos onde a propriedade é difusa ou parcialmente desconhecida; rever a lei dos solos e o RGEU para que as situações de intervenção e recuperação das edificações mais antigas tenham um regime diverso das outras.

Estas são as questões de fundo. O resto são os concertos de violino de Chopin que continuam

a não existir mas que Santana resolve descobrindo que o compositor tinha escrito um duo para piano e violino. A diferença é exactamente essa a que vai de um duo para uma orquestra, a mesma de se acender um fósforo e confundir o seu poder iluminante com o de uma floresta a arder embora sobrevoada pelo Fernão Capelo Gaiavota ao som das notícias a bater na pele das páginas dos jornais, o que faz barulho mas não confere espessura ao «pensamento» destes e de outros mediáticos renovadores da sociedade e da política.

À MARGEM DO TEXTO UMA NOTA SEMPRE A TEMPO: em dia de rever a prosa leio que morreu Carlos Aboim Inglês. Não posso deixar de lembrar as vezes em que, após reuniões em que se debatiam vivamente todas as questões, fomos — e normalmente éramos quatro mais o Carlos — beber um copo e saltarmos para outros debates, «Os Escritos Íntimos» de Baudelaire, o último livro da Maria Velho da Costa, um filme do Fassbinder, um texto de Walter Benjamin. Não mais esquecerei essas horas de intenso convívio e grande prazer.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Brincando ao sério

Conceito para o dia:
o único Estado de Direito
é a poesia.

*

Não seas importante.
Imita as árvores
e os outros.

*

Palavra de poeta:
ela usa ferradura
para escalar a alma.

*

Dorme.
Serenamente.
Absolvido.

*

Velhos
a riqueza dos novos.
As margens.

*

— Ideologia, têm?
— Sim, mas só em dólares.
— Isso em euros dá quanto?

*

Um barco que não volte
a proa para a barra.
Os meus pêsames, pá.

*

Vá. Um beijo
para a viagem.
Faz frio, lá.

*

Carlos, sempre te vejo
com dezassete anos.
Aliás, nunca foste além disso.

*

Era uma vez...
Continuarei
quando acordar.

*

Batem à porta.
Era o Mestre de Aviz.
Puxa, que memória!

*

Preso, vinham os pombos
ao postigo comer as migalhas.
Todo o pão que ele tinha.

*

Só pode tecer, tecer
em Ítaca, quem souber
que Ulisses vem aí.

*

Cacemos a Distância. Deixemos
as horas e os dias
aos pexotes.

*

Não creias em tudo
o que vês. Descobre
quem quer ver pelos teus olhos.

*

Olha a violeta
que sendo uma peta
a teta que tem...

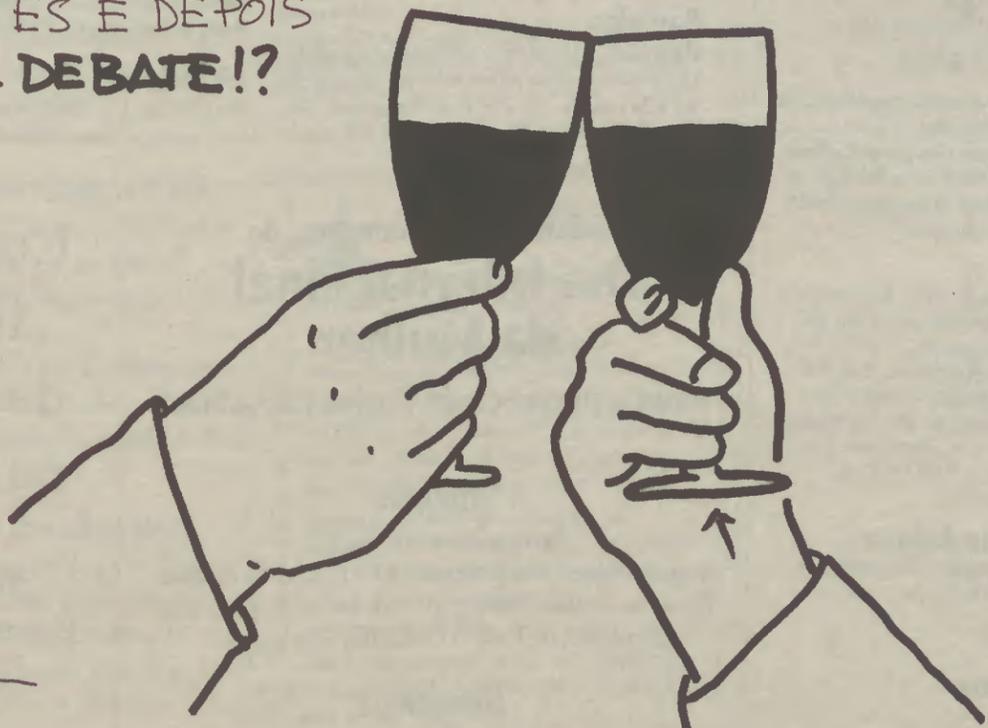
*

O sol.
O sal.
O direito à vogal.

Cartoon

• Monginho

ANTES E DEPOIS
DO... DEBATE!?





Iniciativas comemorativas do 81.º Aniversário do PCP

Alenquer

Domingo, 3, almoço, às 13h, em Romeira, com Francisco Lopes.

Almada

Domingo, 3, às 13h, almoços na Comissão de Moradores de Vale Figueira, com Ângelo Alves, e no Laranjeiro, com Ruben de Carvalho; **quarta-feira, 6**, às 18h, **lanche-convívio**, no CT concelhio; **sábado, 9**, às 13h, almoços no CT de Almada, com Luísa Ramos, na Costa da Caparica, com José Manuel Maia, no Pragal, no Edifício Polivalente, com José Capucho, no CT da Caparica, com Manuel Valente, às 15h, lanche na Trafaria, com Conceição Morais.

Amadora

Almoços promovidos pela Comissão Concelhia do PCP, **sábado, 2**, às 12h30, no CT da Amadora e, **sábado, 9**, às 13h, no Casal Popular da Damaia, com a participação de Manuel Pedro. (Inscrições até 8 de Março - Tels. 212722747-914784811-934257490)

Alcobaça

Jantar promovido pela Comissão Concelhia do PCP, no restaurante Frei Bernardo, dia 6 de Março.

Avis

Convívios-Festa promovidos pela Comissão Concelhia de Avis. **Sábado, 2**, às 16h, no Centro de Trabalho de Benavila e **domingo, 3**, às 16h, no Centro de Trabalho de Avis.

Barreiro

Convívio no Centro de Trabalho da Freguesia do Barreiro, quarta-feira, 6, às 15h.

Cascais

Desmancha do porco, na Colectividade 1.º de Maio, em Tires, com a participação de João Silva, domingo, 3, às 13h (Inscrições no CT de Alcubideche 214692145, CT Cascais 214866991, CT Paredes 214561122, CT Tires 214442253).

Lisboa

Jantar de trabalhadores, sexta-feira, 1, às 20h, na Voz do Operário, com o camarada José Casanova.

Jantar promovido pelo Sector de Transportes da ORL, no salão do CT Vitória, sexta-feira, 1, às 18h30, com a participação de Bernadino Soares. Almoço na freguesia do Beato, seguido de plenário de militantes, com Georgette Ferreira. **Sábado, 2**, às 13h, no CT do Beato (Calçada do Teixeira, n.º 14 - Inscrições: Ana Paula - 917410949 ou América - 218684465). Jantar promovido pela Organização da Função Pública da ORL, no salão do CT Vitória, terça-feira, 5, às 19h30, com a participação de Domingos Abrantes (inscrições até 4 de Março - Tels. 213307000-213307011).

Quarta-feira, 6, jantar organizado pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, no CT Vitória, com Bernardino Soares. **Sexta-feira,**

8, jantar organizado pelo sector Comunicações, Água e Energia, no CT Vitória, com Hugo Basto e Sérgio Vilarigues. **Sábado, 9**, às 13h, almoço na Associação Actividades Sociais do Bairro 2 de Maio (Largo Coutinho), com António Filipe; às 13h, também, almoço comemorativo do aniversário do Partido e do Dia Internacional da Mulher, no CT da Graça do PCP.

Montemor-o-Novo

Almoço promovido pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo. **Sábado, 2**, às 13h, na Escola Secundária, com a participação do camarada José Casanova.

Odivelas

Beberete na quarta-feira, 6, às 21h30, no CT de Odivelas.

Oeiras

Jantar promovido pela Comissão de Freguesia de Algés, **sábado, 2**, às 19h30, no CT de Algés, com Vítor Pereira e Manuel Pedro.

Porto

Jantar comemorativo do aniversário do PCP, na quarta-feira, 6, às 20 horas, no Hotel Mercure, na Praça da Batalha, com a participação de Ruben de Carvalho e Honório Novo. Marcações para o CT da Boavista (226095651).

Queijas

Jantar promovido pela Comissão de Freguesia de Queijas. No CT de Queijas, **sábado, 2**, às 19h, com a presença do camarada Joaquim Gomes. Há música ao vivo e a passagem de um filme de vídeo sobre o PCP.

Seixal

Almoço promovido pela Organização Concelhia do PCP. Na Quinta da Valenciana, **domingo, 10**, às 13h, com a participação de Jerónimo de Sousa (Inscrições - CT do Seixal, Tel. 212216952).

Sesimbra

Sábado, 2, às 15h, na Sociedade Musical Sesimbrense - Sessão pública com Jerónimo de Sousa e Helena Cordeiro; **domingo, 3**, às 13h, almoço-convívio no CT da Quinta do Conde, com Bruno Dias.

Setúbal

Domingo, 3, às 13h, almoço concelhio, com Jerónimo de Sousa.

Torres Vedras

Sábado, 9, às 20h, jantar no Restaurante «O Voluntário», com a participação de Fernanda Mateus.

Vila do Conde

Sexta-feira, 1, às 20h30, jantar na Sede do Rancho Rendilheiras do Monte, em Vila do Conde, com a participação dos candidatos Honório Novo (Porto), Jorge Machado (Póvoa de Varzim) e Jorge Marques (Vila do Conde).

Comício/Festa

com Jerónimo de Sousa
quarta-feira, dia 6, às 21h
em Almada, na Incrível Almadense

Outras iniciativas do PCP

Alenquer

Sexta-feira, 1, plenário da freguesia da Ventosa, Alenquer.

Arruda dos Vinhos

Sábado, 2, às 21h30, plenário do PCP, no CT de Arruda.

Lisboa

Sábado, 2, às 16h, Plenário de militantes de Sta. Maria de Belém, no CT da Ajuda, com Joaquim Dias.

Moita

Sexta-feira, 1, às 21h, debate sobre questões do mundo do trabalho, na Biblioteca Municipal da Moita «Bento de Jesus Caraça», com Jerónimo de Sousa.

Sábado, 2, às 15h, sessão comemorativa do 71.º aniversário do Avante!, em Alhos Vedros, no na Cooperativa de Consumo, com Valdemar Santos.

Porto

Debate sobre «As várias dimensões da globalização - Porto Alegre e a Ordem Mundial em debate», com intervenções de Ilda Figueiredo, Jorge Cadima e Manuel Carvalho da Silva, sexta-feira, 1, às 21h30, no Auditório do Salão Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sintra

Plenário de militantes do PCP da freguesia de Belas, sábado, às 15h, no salão polivalente da Junta de Freguesia de Belas.

Almoço-convívio/Passio: Sábado, 2 de Março, com partida às 9h de Algueirão-Estação, em direcção à Arrábida, almoço, às 13h, na Quinta da Atalaia, e regresso às 17h. Inscrições para os tel. 919633201 (Custódio Luz), 219142336 ou 965601322 (Manuel Adelino).

Sobral de Monte Agraço

Hoje, 28, às 21h30, plenário das mulheres, no CT de Sobral de Monte Agraço.

LEGISLATIVAS 2002

Alcácer do Sal

Sábado, 2, às 18h, sessão de esclarecimento na escola primária da Carrasqueira, com António Bolona.

Almada

Hoje, 28, às 21h, debate público sobre Transportes e Acessibilidades, na Assoc. Soc. Mútuos 1.º Dezembro, com Joaquim Matias, e sessão de esclarecimento na Trafaria, com Luísa Ramos; sexta-feira, 1, das 7h às 17h, acção de contacto com a população, com a participação de Jerónimo de Sousa, às 21h, debate sobre Educação e Ensino, na Junta de Freguesia da Charneca, com Rosa Vaz e António Matos, e, ainda às 21h, sessão de esclarecimento na Sobreda, CRIS, com Rui Paixão; sábado, 2, às 9h, visita aos Mercados de Laranjeiro, Feijó, Caparica, às 15h30, debate sobre as questões da Paz e Cooperação, com António Filipe e Ângelo Alves, no Beira Mar Atlético Clube, em Cacilhas, debate sobre a Segurança das Populações, com Henrique Carreiras, Vanessa Silva e José Manuel Maia, no C.I.R. Laranjeiro, debate sobre a Saúde, com Joaquim Judas e Luís Hermenegildo, no C.R. Feijó; domingo, 3, às 15h30, debate sobre a Igualdade e Participação da Mulher, com Maria Emília de Sousa, Odete Santos e Vanessa Silva, no Ponto de Encontro, em Cacilhas, e sessão com Cristina Rocha Neto, no União Raposo, Caparica; segunda-feira, 4, às 10h, visita à Faculdade de Ciências e Tecnologias, às 12h30, almoço com os trabalhadores de Vale Figueira, às 15h00, contacto com a população e comércio de Almada e encontro de intelectuais, com Odete Santos e Jerónimo de Sousa, na Associação de Socorros Mútuos, às 21h, sessão com Bruno Dias, no Pragal, no Bairro do Matadouro; terça-feira, 5, debate sobre Transportes e Acessibilidades, com Joaquim Matias e António Lopes, na Trafaria, e, às 21h, sessão, com Bruno Dias, no G.D.E. Torcatas, Almada; quarta-feira, 6, às 9h30, visita ao Centro Regional de Segurança Social; sexta-feira, 8, comemoração do Dia Internacional da Mulher, com distribuição de cravos, às 8h45, no DAU, SMAS, Pão de Açúcar, às 17h, em Cacilhas e Cova da Piedade; sábado, 9, às 9h30, visita ao Mercado da Charneca; às 15h, sessão, na Caparica, no Grupo Desportivo Barroquense; às 15h30, sessão, na Soc. Recr. de Benef. de Porto Brandão, Caparica, às 16h, sessão, em Almada, no C.R. São Paulo, às 18h, sessão com Bruno Dias, no Romeirense, Cova da Piedade, às 21h, sessão, com Bruno Dias, no C.R. Charnequense, Charneca, e outra em Almada, no B.º Castelo, com José Manuel Maia.

Amadora

Sexta-feira, 1, às 11h, almoço dos candidatos da CDU com os trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora no estaleiro dos Moinhos da Funcheira. **Sábado, 2**, às 15h, sessões de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia da Falagueira, com Luísa Ramos; às 15h30, no Cine-Teatro D. João V, na Damaia, com Fernando Maurício; às 15h30, no salão da Junta de Freguesia da Buraeca; às 17h na escola primária de São Brás, com Jorge Rebeca. **Domingo, 3**, às 15h, sessão de esclarecimento no CT da Brandoa, com Isabel Quintas e Jorge Rebeca.

Arraiolos

Sábado, 2, às 19h30, jantar e café-concerto com Nuno do Ó.

Barcelos

Hoje, 28, encontros do deputado Agostinho Lopes para analisar novas propostas do traçado IC14/A11, às 9h, com a Junta de Freguesia de Vila Seca, às 10h, com a JF de Milhazes, às 11h, com a

JF de Gilmonde; às 12h, com a JF de Carvalhal; às 14h, com a JF de Alvelos; às 15h30, com a JF de Çuta do Carvalhal, às 17h30, com a Câmara Municipal de Barcelos. Segue-se, às 21h30, conferência de imprensa na Sede do PCP em Barcelos.

Barreiro

Sexta-feira, 1, às 22h, noite de fados, no SIRB «Os Penicheiros»; **sábado, 2**, às 13h, almoço em Santo António, no Santo Antonense F.C.; **segunda-feira, 4**, às 9h, «Dia da Saúde», com visitas às Unidades de Saúde do Alto do Seixalinho e Lavradio, às 11h30, encontro com a Direcção do Centro de Saúde do Barreiro; às 13h, almoço dos candidatos com a comunicação social, com declaração sobre o tema da Saúde, às 15h, visita ao Hospital do Barreiro e encontro com a administração e com o conselho geral; **terça-feira, 5**, às 10h30, visita à EMEF, às 13h, almoço distrital com eleitos autárquicos, às 17h30, arruada no Barreiro e, às 21h, convívio de apoiantes da CDU, no Palácio Alfredo da Silva, com Odete Santos.

Beja

Sessões de esclarecimento, hoje, 28, às 19h, no Centro Cultural de Picoitos, Mértola; sexta-feira, 1, às 15h, no Centro Cultural de Sta. Clara, Almôdôvar, para Reformados, e às 18h30, na Escola Primária de Telhada; **Sábado, 2**, às 15h, no Centro de Dia de Alcaria, Vidigueira, e, às 17h, na ex-Cooperativa de Consumo Marmelar, às 19h, no Centro de Dia Selmes. Também às 17h, sessão em Olhas, Ferreira do Alentejo. **Almoço**, também dia, 2, às 13h, em Ourique, no Refeitório da Escola C+S, com António Abreu; Sessões, ainda, **segunda-feira, 4**, às 19h, no Centro Cultural de Corte Sines (Mértola) e, ainda, às 19h, no Centro Cultural de Corvos; às 20h30, em Ferreira do Alentejo; **terça-feira, 5**, às 19h, no Centro Cultural de Penedos, Mértola, e no Centro Cultural de Diogo Martins; **quarta-feira, 6**, às 11h, no Centro Cultural de Santo Amador (Moura), e, em Santa Vitória (Beja), às 15h, na Casa do Povo, Amareleja, Moura, às 15h30, em S. Matias (Beja), em Serpa, Pias e Vila Nova de S. Bento (todas para reformados). Ainda, dia 6, às 19h, no Centro Cultural de Vila Glória, no Centro Cultural de Moinhos Vento e no Centro Cultural A-dos-Fenandes (Mértola), e, às 21h, na Sociedade de Sto. Aleixo Rest. (Moura); **quinta-feira, 7**, para reformados, em Vila Verde de Ficalho, Brinches, Vale de Vargo e A do Pinto (Serpa).

Cascais

Sábado, 2, às 20h30, jantar/debate no Restaurante Lima Verde, na Av. da República, Parede, subordinado ao tema «As Propostas da CDU para a Saúde», com a participação de Natália Filipe.

Évora

Sábado, 2, às 13h, almoços em Montemor, na Escola, e em Portel; às 17h, convívio no Solar, em Reguengos; sessões de esclarecimento, às 18h em Alcáçovas, na Junta e Freguesia, e, às 21h, em Aguiar, na Junta de Freguesia. **Domingo, 3**, às 13h, almoço em Pias, na Casa do Povo.

Faro

Sexta-feira, 1, às 10h, reunião dos candidatos da CDU com a Direcção da Coobital, para discutir problemas de habitação.

Sábado, 2, às 13h, Almoço com apoiantes da CDU, em Mexilhoeira Grande, Portimão; às 20h, jantar de apoiantes, em S. Bartolomeu de Messines, no Restaurante «Tia Raquel».

Grândola

Sexta-feira, 1, às 20h30, sessão de esclarecimento na escola primária de Canal Caveira.

Iniciativas comemorativas do
Dia Internacional da Mulher
(com a presença de Carlos Carvalhas)

Almada

Sexta-feira, 8, às 20h, Animação musical e jantar na SFUAP, Cova da Piedade, (junto ao Jardim), com a participação, ainda, de Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes».

Benavente

Quarta-feira, 6, às 20h, Jantar no Restaurante «O Fandango».

Comício
festa
da CDU
no Porto

Mercado
Ferreira Borges
Sábado,
dia 2,
às 15h30

Encontro de Quadros Técnicos

Contributos para uma política de esquerda
Lisboa - Dia 2 de Março - Hotel Plaza
com a participação de Francisco Lopes

LEGISLATIVAS ● 2002

Sábado, 2, sessões de esclarecimento, às 16h, na escola primária na Silha do Pascoal e, ainda, na Aldeia da Justa.

Quarta-feira, 6, às 20h30, sessão de esclarecimento, na escola primária do **Carvalhal**.

Quinta-feira, 7, às 20h30, sessão de esclarecimento em **Melides**.

Lisboa

Marvila - Encontro da CDU com Colectividades: **sexta-feira, 1**, às 21h, na Casa do Concelho Cinfães (R. Fraternidade Operária); **S. Vicente - Sessão** da CDU com os moadores: **sábado, 2**, às 16h, no Clube «O Grupo dos Nove», com **José P. Tação**, candidato do distrito de Lisboa. **Beato - Distribuição** de propaganda na freguesia, na parte da manhã.

Sexta-feira, 1, às 19h30, jantar da secção de transportes, com Bernardino Soares. **Quarta-feira, 6**, às 9h30, visita ao Metro, com Arménio Carlos. **Sexta-feira, 8**, às 15h, visita à Autocoop, com Rita Magrinho.

Loures

Sexta-feira, 3, às 10h, na **Feira de Loures**, contacto dos candidatos com a população; às 15h, em **Moscavide**, novo contacto com a população.

Sábado, 2, acção de luta pelo hospital de Loures, com Adão Barata e Deolinda Paulino; às 13h, almoço no CT da **Bobadela**, com Ana Paula Assunção; às 15h, plenário da CDU no CT de **Sacavém**, com Dias Coelho; às 17h30, plenário CDU no salão da Junta de Freguesia de **Fanhões**, com Paulo Loya.

Moita

Sexta-feira, 1, às 21h, debate sobre o mundo do trabalho, com Jerónimo de Sousa, na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça.

Montemor-o-Novo

Porta-a-porta: domingo, 3, às 15h em Escoural e em Foros de Vale Figueira; segunda-feira, 4, às 17h30, em Cortiçadas do Lavre; terça-feira, 5, às 14h30, em Cortiço e S. Geraldo e, às 17h30, em Ciborro; quarta-feira, 6, às 17h30, em Lavre; quinta-feira, 7, às 14h30, em Reguengo; sábado, 9, a partir das 09h00, em Cidade/Bairros; segunda-feira, 11, às 17h30, em S. Cristóvão e em Baldios; terça-feira, 12, às 14h30, em Maia, e, às 17h30, em Cabrela; quarta-feira, 13, às 14h30, em Santa Sofia/Pintada e em Ferro da Agulha/Cavaleiros, e, às 17h30, em Silveiras.

Odivelas

Hoje, 28, contacto com trabalhadores nas empresas **Unalbor** e **Melisauro** (13h) e **Codan** (14h30).

Amanhã, 1, às 21h30, **Noite de Fados** no Polivalente de Odivelas, com **Ilídio Ferreira**.

Sábado, 2, às 12h45, **almoço** no restaurante «O Luisinho», em **Odivelas**; às 15h, **debate** sobre «A Saúde», na Escola B. Falcão, na **Pontinha**; à mesma hora, visita no Centro de Dia de **Olival**.

Basto e às 16h visita ao Centro de Dia de Odivelas; às 20h, jantar no restaurante «Ideal (Lorde)», em **Ramada**, com **Ilídio Ferreira**.

Segunda-feira, 4, a partir das 10h, contacto com a população, na **Feira do Silvado**, em Odivelas, com **Ilídio Ferreira**.

Oeiras

Porto Salvo - Almoço CDU no restaurante da SIMPS (Soc. de Instrução Musical de Porto Salvo), com a presença de **Jorge Cordeiro**: dia 2 de Março às 13h (Inscrições até 28.Fev.-tels. 214420207, 968094592).

Ainda em **Porto Salvo - Almoço** CDU no CT de Carnaxide, com a presença de **Jorge Cordeiro**: domingo, dia 3 de Março às 13h.

Intelectuais com a CDU

Promovido pelo S. Intelectual de Lisboa

Dia 8 de Março, às 14h30

na **Faculdade de Letras** (Anfiteatro 2), Lisboa

Painéis: Educação, Ciência e Tecnologia;

Arte e Políticas Culturais;

Ambiente, Urbanismo e Qualidade de Vida

*

Comício de abertura

da campanha eleitoral, em **Setúbal**

Sábado, 2 de Março, às 21h00

Fórum Luísa Tódi

com **Jerónimo de Sousa**, cabeça de lista

(Animação pelo Grupo «Cantar de Amigos»)

Palmela

Sexta-feira, 1, às 21h, sessão de esclarecimento nos Bombeiros de Águas da Moura, na Marateca.

Sábado, 2, às 17h, sessão de esclarecimento no Terrim, com Odete Santos.

Santarém

quarta-feira, 6, **Apresentação da Declaração** programática, em **Torres Vedras**, no CT do PCP.

sexta-feira, 1, às 18h30. **Debate/encontro** em Almeirim, na Biblioteca Marquesa de Alorna, com **Luísa Mesquita, Sérgio Ribeiro e Berta Pereira**, **sexta-feira, 1**, às 21h30.

Santiago do Cacém

Sexta-feira, 1, às 20h30, plenário da CDU no CT de Santo André, com Vítor Proença, Albino Roque e Armando Climas; também às 20h30, sessão de esclarecimento na sala de convívio do Arealão, com Margarida Santos e José Paulo.

Segunda-feira, 4, visita dos candidatos Jerónimo de Sousa, Vicente Merendas, Bruno Dias e Norberto Barradas às seguintes empresas e instituições do concelho: hospital distrital (10h), Cercisiago (11h30), Centro de Dia de Alvalade Sado (13h), Lar da Santa Casa da Misericórdia (15h), instalações da Câmara Municipal (16h), Auto-Alentejana (16h30), Auto-Charrete e Gráfica Santiago (17h).

Terça-feira, 5, às 20h30, sessões de esclarecimento na sala de convívio de Aldeia dos Chãos com Vítor Proença, Manuel Penedo e Vítor Paulo e, à mesma hora, na sala de convívio de Relvas Verdes com Norberto Barradas, José Manuel Rito e Ermelinda Sobral.

Quarta-feira, 6, às 20h30, sessões de esclarecimento da sala de convívio das Ademas com Ramiro Pereira, Joaquim Pinheiro e António Guerreiro e, à mesma hora, na sala de convívio da Sonega com António Albino, Afonso Luz e José Pereira, e na sala de convívio de Vendas do Rocão com João Candeias e Vítor Paulo.

Sesimbra

Sábado, 2, às 15h, na Sociedade Musical Sesimbrense - Sessão pública com Jerónimo de Sousa e Helena Cordeiro.

Setúbal

Sexta-feira, 1, às 21h30, em Palhavã, **debate** sobre a política de pescas, com **Vicente Merendas**; **segunda-feira, 4**, **debate** sobre Produção e Fruição culturais no distrito de Setúbal, na Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro (frente à Academia Almadense), com **Jerónimo de Sousa, Odete Santos e Teresa Gafeira**.

Sintra

Hoje, 28, às 21h30, debate sobre «A Segurança e as Populações», com António Filipe, no Salão da Junta de Freguesia de Agualva.

Sexta-feira, 1, às 21h30, debate sobre «A Saúde», com Natália Filipe, na igreja paroquial de Monte Abraão.

Torres Vedras

Amanhã, 1, às 7h30, **contacto com os trabalhadores da empresa Queijo Saloio**.

Vila Franca de Xira

Sexta-feira, 1, às 10h30, em **Vialonga**, visita à Associação ABEIV, com contacto com a direcção e os trabalhadores; às 15h, sessão com reformados, na CURPIV, em Vialonga; às 17h, sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia da Vialonga.

Domingo, 3, às 13h, **almoço-convívio** no Pavilhão Cevadouro, em **Vila Franca de Xira**, com Bernardino Soares.

Quarta-feira, 6, contacto com os trabalhadores na Cimpor, em Alhandra (7h15) e da Sandometal, em Alverca (13h).

Quinta-feira, 7, contacto com os trabalhadores das OGMA, em Alverca, com José Neves e Arménio Carlos.

Plenário de militantes da organização do **Ensino Superior de Lisboa**

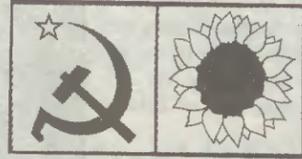
Hoje, 28, às 21h00, no Centro de Trabalho Vitória.

1.º Encontro Regional do Ensino Secundário de Santarém da JCP

Sábado, 2, às 15 horas, no Centro de Trabalho do PCP de Torres Novas, com o objectivo de discutir o estado da educação em Portugal e no distrito e as formas de intervenção.

Jantar e concerto em Alcácer do Sal, **sábado, 2**, às 19 horas, no Centro de Trabalho do PCP. Conversa com **Mário Rui Peixoto** sobre «A JCP e o comunismo» e concerto com **B Side**.

Almoço comemorativo do 81.º aniversário do PCP, no **sábado, 2**, às 13h, no CT da Damaia, com **Sérgio Vilarigues**.



Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU

QUINTA-FEIRA, 28

10h30 ● Visita ao **Hospital de Évora**. Audiência com a administração do hospital, seguida de visita à instituição.

Às 12h encontro com utentes do sistema de saúde do distrito.

15h ● Visita ao Centro de Convívio da Terceira Idade de **Benavila**.

16h30 ● Encontro com a população de **Alcorgo**, no salão da Junta de Freguesia.

17h30 ● Encontro com a população de **Avis**, no salão da Junta de Freguesia.

19h ● Jantar de apoio à CDU de Portalegre, no salão da Junta de Freguesia de **Ervedal**.

SEXTA-FEIRA, 1

15h30 ● Visita ao Centro Regional de Segurança Social de **Leiria**.

16h30 ● Visita à empresa **Tosel** e contacto com os trabalhadores.

20h ● Jantar de apoio à CDU de Leiria, na Colectividade de **Casal Gelego, Marinha Grande**.

23h ● Intervenção no final do jantar de apoio à CDU de Coimbra, no restaurante Arte e Gala, em **Coimbra**.

SÁBADO, 2

15h30 ● **Festa comício** da CDU do Porto, no **Mercado Ferreira Borges**.

19h30 ● Jantar de apoio à CDU de Viana do Castelo, na Sociedade de Instrução e Recreio de **Carreço**, **Viana do Castelo** (na Estrada Nacional, à saída para Valença).

DOMINGO, 3

16h30 ● **Encontro «Juventude em Festa»**, no Clube Recreativo e desportivo de Miratejo, **Seixal**.

A iniciativa tem início às 14h30 e conta com a presença dos grupos **Deadly Mind** e **Jam Set**, de Filipe Narciso e do ilusionista **David Martin**. Haverá ainda **graffitis**.

SEGUNDA, 4

9h30 ● Visita às instalações da **Carris**, em **Miraflores**, e contacto com os trabalhadores.

16h ● **Arruada** no centro de **Vila Franca de Xira**.

21h ● **Festa-comício** no cinema de **Loures**. Animação com Paulo Vilares.

TERÇA-FEIRA, 5

11h ● Visita à **EMEF**, no **Barreiro**, e contacto com os trabalhadores.

13h ● **Almoço** com autarcas e apoiantes da CDU de Setúbal, no restaurante «O Quintal», em **Setúbal**.

17h ● Contacto com a população no centro do **Barreiro**.

21h ● **Comício-festa** da CDU do distrito de Setúbal, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense, na **Amora, Seixal**.

QUARTA-FEIRA, 6

11h ● Contacto com a população na baixa de **Coimbra**.

20h ● **Jantar** comemorativo do aniversário do PCP, no restaurante «O Fandango», em **Benavente**.

QUINTA-FEIRA, 7

18h ● Encontro de dirigentes e activistas sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores «Trabalhadores com a CDU» no Teatro Villaret, em **Lisboa**

Com a participação, ainda, de Jerónimo de Sousa.



Plenário de militantes da organização do **Ensino Superior de Lisboa**

Hoje, 28, às 21h00, no Centro de Trabalho Vitória.

1.º Encontro Regional do Ensino Secundário de Santarém da JCP

Sábado, 2, às 15 horas, no Centro de Trabalho do PCP de Torres Novas, com o objectivo de discutir o estado da educação em Portugal e no distrito e as formas de intervenção.

Jantar e concerto em Alcácer do Sal, **sábado, 2**, às 19 horas, no Centro de Trabalho do PCP. Conversa com **Mário Rui Peixoto** sobre «A JCP e o comunismo» e concerto com **B Side**.

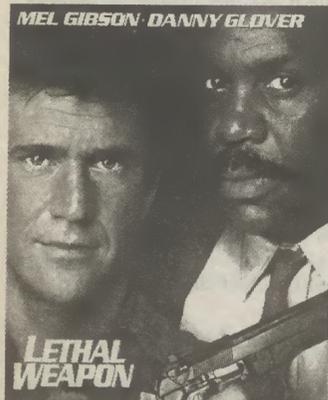
Almoço comemorativo do 81.º aniversário do PCP, no **sábado, 2**, às 13h, no CT da Damaia, com **Sérgio Vilarigues**.

ATVer

Chuva de Fogo é um thriller norte-americano literalmente explosivo, apresentando-nos um trepidante duelo entre um ex-bombista do IRA e um agente da brigada de Minas e Armadilhas de Boston

Chuva de Fogo (Sábado, 02.03.02, RTP-1)

Chuva de Fogo é um thriller norte-americano literalmente explosivo, apresentando-nos um trepidante duelo entre um ex-bombista do IRA particularmente criativo e um agente da brigada de Minas e Armadilhas de Boston não menos criativo, pelo menos do ponto de vista profissional. Centrado o duelo no confronto de personalidades e talentos dos dois adversários, Stephen Hopkins realiza um curioso jogo de alta tensão e ritmo trepidante, onde ganha relevo o par de intérpretes escolhidos para os dois principais papéis: Jeff Bridges e Tommy Lee Jones. O mistério e o suspense percorrem todo o filme que, evidentemente, termina com um impressionante espectáculo de pirotecnia, de grande recorte e impacto visual.



A dupla Mel Gibson/Danny Glover está de volta com a sua Arma Mortífera

A Mulher-Falcão (Domingo, 03.03.02, SIC)

Regressa A Mulher-Falcão, o conseguido filme de aventuras vagamente ocorridas em ambiente medieval que Richard Donner realizou com particular talento, nomeadamente na escolha e criação de cenários, adereços e ambientes e na direcção de várias e espectaculares cenas de combates e luta. Acrescente-se a feliz escolha do elenco, integrando Michelle Pfeiffer no papel de «mulher-falcão», de Rutger Hauer como «homem-lobo» e Matthew Broderick como um jovem ladrão e aventureiro que vai ter um papel determinante no fim da maldição que um feiticeiro lançou sobre o par Pfeiffer/Hauer, transformando a primeira num falcão e o segundo num lobo que apenas se podiam encontrar na forma humana durante os breves segundos que fazem a transição do dia para a noite e da noite para o dia.



Jack é uma criança saudável de 10 anos que apresenta o «pequeno pomenor» de... crescer quatro vezes mais depressa que o normal!

Jack (Domingo, 03.03.02, TVI)

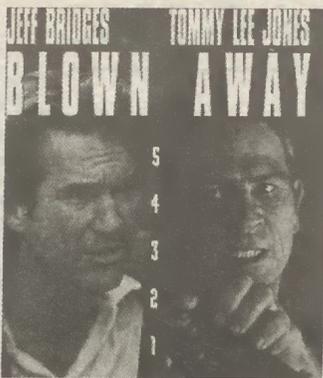
Jack é uma criança saudável de 10 anos que apresenta o «pequeno pomenor» de... crescer quatro vezes mais depressa que o normal! Superprotegido pelos pais e pelo tutor, quando chega a altura de frequentar o 5.º ano de escolaridade é ele próprio que os convence a deixá-lo entrar para uma escola pública onde, obviamente, a sua aparência de mais velho irá dar origem a grandes confusões mais ou menos hilariantes. Duas observações: a primeira, é que se trata de um filme de Francis Ford Coppola, o que só mostra que também os génios têm destas «falhas» de, repentinamente,



Decameron é o primeiro filme da Trilogia da Vida, que se tornaria célebre na obra de Pasolini

Decameron (Terça-feira, 05.03.02, RTP-2)

Em 1700, o realizador italiano Pier Paolo Pasolini realizava Decameron, o primeiro filme da Trilogia da Vida, que se tornaria célebre na sua obra (o segundo filme desta trilogia - Os Contos de Canterbury - será transmitido amanhã neste mesmo canal e à mesma hora). Trata-se de uma livre e pessoal adaptação ao cinema de uma série de curtas histórias tiradas do Decameron de Boccaccio, que Pasolini recria com saboroso humor satírico num filme de forte carga anticlerical. Uma divertida e truculenta recriação da Idade Média à luz do cinismo moral da época - quando Pasolini rodou o filme estávamos no limiar dos anos 70, em plena revolução sexual no Ocidente. Como sempre, Pasolini filma com envolvente beleza poética as histórias com sabor anedótico (em grande parte integrando actores não profissionais, como era seu hábito) e denunciando os reaccionarismos e os espíritos mais retrógrados da sua própria época, a Itália de há 30 anos.



fazerem uma americanada melodramática sem pé nem cabeça, embora, é claro, executadas com maestria; a segunda observação vai para o desempenho de Robin Williams no papel da criança com aspecto de homem, seguro como sempre.

Arma Mortífera II (Domingo, 03.03.02, TVI)

A dupla Mel Gibson/Danny Glover está de volta com a sua Arma Mortífera, aqui ainda no segundo episódio da saga (que alcançaria o invejável palmarés de quatro episódios!). Gibson continua a ser o polícia desparafusado que arreia o colega Glover com as suas iniciativas de investigação policial, sendo Glover um agente pai de família à beira da reforma que não quer sarilhos. Ambos evoluem numa amizade sem falhas e as cenas de pancadaria sucedem-se umas atrás das outras, mais ou menos hilariantes e, neste segundo episódio, já claramente a lançar a narrativa para a farsa assumida, explorando habilmente esta espécie de dupla circense em registo policial de grande orçamento.

Assalto à 13.ª Esquadra (Terça-feira, 05.03.02, RTP-1)

Assalto à 13.ª Esquadra foi o filme que lançou comercialmente John Carpenter, estabelecendo desde logo a atmosfera e o estilo de um dos cineastas contemporâneos mais hábeis e inspirados na renovação do thriller fantástico em meados da década de 70, no cinema norte-americano. Criando uma espécie de moderna variação sobre o tema central do clássico western, de Hawks, Rio Bravo, Carpenter filma de forma impressionante um selvagem e sanguinário ataque a uma isolada esquadra de polícia em Los Angeles. Uma noite de morte e violência encenada de forma fulgurante, que se constitui num grande exercício de suspense e tensão psicológica e onde o autor demonstra como a falta de meios de produção pode ser ultrapassada pelo virtuosismo da realização.

Quinta, 28

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Operação Triunfo
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora
- 16.20 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.50 Riscos
- 18.25 Quebra-Cabeças
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas



Por Outro Lado é uma aposta diferente. Entrevistas em que se ouve o entrevistado sem interrupções históricas. Com Ana Sousa Dias a perguntar. Na RTP2

- 21.30 O Jogo da Espera
- 22.20 Grande Informação
- 23.20 Operação Triunfo
- 23.50 Futebol: Taça UEFA
- 01.50 Serviço de Urgência
- 02.50 24 Horas

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 12.30 Viagem ao Maravilhoso
- 13.00 Sinais do Tempo
- 14.00 Euronews
- 15.30 Informação Gestual
- 17.00 Liga dos Campeões - Sporting/Roma
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Horizontes da Memória
- 19.40 Caderno Diário
- 19.50 Clube da Europa
- 20.20 Girls Friends
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Roswell
- 00.30 A Arte de Morrer
- 02.30 Conversa Privada

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 Hora Extra
- 00.30 A Tentação Perfeita

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 Nunca Diga Adeus
- 23.45 Perigo de Contaminação
- 01.45 Ally McBeal

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 Sai de Baixo
- 00.30 Sexo e a Cidade
- 01.00 Amante Latino
- 02.00 Dominó
- 04.00 Espaço Cinema

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Bora Lá, Marina
- 22.00 Anjo Selvagem
- 22.30 Filha do Mar
- 23.30 Nunca Diga Adeus
- 00.30 Campo de Chamas
- 03.15 O Novo Mundo

Sexta, 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora
- 16.20 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.50 Riscos
- 18.25 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Sobrevivência
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Horizontes da Memória
- 20.00 O Espírito da Democracia
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 00.00 Britcom
- 01.00 Artes de Palco - Teatro: «Preciosas Ridículas»
- 02.15 Noites Curtas da Onda Curta (Curtas-metragens)

- 08.00 Sic a Abrir
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walter, o Ranger do Texas
- 16.00 A Filha de D'Artagnan
- 18.00 «Dr. Jeckyll and Mr. Hyde»
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Os Malucos do Riso
- 22.00 Rex, o Cão Polícia
- 23.00 «Diabólica»
- 02.00 Pequeno Cheung

- 09.00 Chiquititas
- 09.30 Survivor



Telenovelas há às mãos cheias, para todos os gostos, que são mais ou menos sempre os mesmos. Rita Loureiro, em «A Fúria de Viver»

- 16.30 Informação Gestual
- 17.30 Campeonato da Europa em pista coberta
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Caderno Diário
- 20.15 Girls Friends
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Novos Lusíadas
- 00.30 «O Encontro das Serceias»
- 02.20 Conversa Privada

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 Sai de Baixo
- 00.30 Sexo e a Cidade
- 01.00 Amante Latino
- 02.00 Dominó
- 04.00 Espaço Cinema

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Bora Lá, Marina
- 22.00 Anjo Selvagem
- 22.30 Filha do Mar
- 23.30 Nunca Diga Adeus
- 00.30 Campo de Chamas
- 03.15 O Novo Mundo

Sábado, 2

- 07.30 Infantil/Juvenil
- 12.00 Planeta Azul
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Milionários à Força
- 14.00 O Fugitivo
- 14.55 Liga dos Campeões
- 16.50 Passeio dos Alegres (Final)
- 16.30 «A Espada Encantada» (Longa-metragem)
- 18.30 Campanha Eleitoral
- 19.00 Futebol: Salgueiros-FC Porto
- 21.00 Telejornal
- 22.30 Operação Triunfo
- 00.30 Domingo Desportivo
- 02.00 24 Horas

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Sobrevivência
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Horizontes da Memória
- 20.00 O Espírito da Democracia
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 00.00 Britcom
- 01.00 Artes de Palco - Teatro: «Preciosas Ridículas»
- 02.15 Noites Curtas da Onda Curta (Curtas-metragens)

- 08.00 Sic a Abrir
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walter, o Ranger do Texas
- 16.00 A Filha de D'Artagnan
- 18.00 «Dr. Jeckyll and Mr. Hyde»
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Os Malucos do Riso
- 22.00 Rex, o Cão Polícia
- 23.00 «Diabólica»
- 02.00 Pequeno Cheung

- 09.00 Chiquititas
- 09.30 Survivor



O Preço Certo e O Jogo da Espera, dois programas, mais ou menos o mesmo formato, muita gritaria e pouca imaginação

- 15.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.00 Ilha da Tentação
- 23.15 «Só os Tulos se Apaixonam»
- 01.15 «A Raiz do Mal»
- 03.15 Os Homens do Presidente

Domingo, 3

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Planeta Azul
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Operação Triunfo
- 14.50 Um Estranho em Casa
- 15.40 Picara Sonhadora
- 16.30 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.40 Riscos
- 18.10 Quebra-Cabeças
- 19.05 Campanha Eleitoral
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Jogo da Espera
- 22.20 Sorte Grande
- 23.15 Jogo Falado



Fábrica de Anedotas. Há quem ria. E também quem sorria. Amarelamente. Com um Fernando Mendes cada vez mais gordo

- 02.00 Automobilismo
- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.20 Horizontes da Memória
- 12.00 Desporto 2
- 18.30 Antes que Seja Tarde
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 Foreign Objects
- 20.30 Futurama
- 21.00 Artes e Letras - «Pier Paolo Pasolini»
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Quatro Elementos
- 00.00 Sinais do Tempo
- 01.00 2010

- 06.45 SIC a Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Indiana Jones - Os Perigos de Cupido»
- 16.00 «Pai para mim, mãe para ti»
- 18.00 «007 Risco Imediato»
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fora de Série
- 22.30 Herman SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 -Sangue na Estrada 2-
- 01.30 -Ranbo, a Vingança do Herói-
- 03.00 Jerry Springer

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 Nunca Diga Adeus
- 23.45 Relatos de um Crime

- 06.30 «Jovens Piratas do Ar»
- 10.10 Filha do Mar
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jacky
- 16.00 Domingo Fantástico
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Super Pai
- 22.30 Nunca Diga Adeus
- 23.30 «Arma Mortífera II»
- 01.30 «Operação Tonelinho Canadiano»
- 03.30 Os Médicos

Segunda, 4

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Operação Triunfo
- 14.50 Um Estranho em Casa
- 15.40 Picara Sonhadora
- 16.30 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.40 Riscos
- 18.10 Quebra-Cabeças
- 19.05 Campanha Eleitoral
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas
- 21.30 Jogo da Espera
- 22.20 Sorte Grande
- 23.15 Jogo Falado

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Sobrevivência
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Horizontes da Memória
- 20.00 O Espírito da Democracia
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 00.00 Britcom
- 01.00 Artes de Palco - Teatro: «Preciosas Ridículas»
- 02.15 Noites Curtas da Onda Curta (Curtas-metragens)

- 08.00 Sic a Abrir
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walter, o Ranger do Texas
- 16.00 A Filha de D'Artagnan
- 18.00 «Dr. Jeckyll and Mr. Hyde»
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Os Malucos do Riso
- 22.00 Rex, o Cão Polícia
- 23.00 «Diabólica»
- 02.00 Pequeno Cheung

- 09.00 Chiquititas
- 09.30 Survivor

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 12.30 Viagem ao Maravilhoso
- 13.00 O Lugar da História
- 14.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Planeta Azul
- 19.30 Veterinário de Emergência
- 20.20 Girls Friends
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Família Green
- 00.00 «Mama Roma»
- 02.00 Conversa Privada

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 -Sangue na Estrada 2-
- 01.30 -Ranbo, a Vingança do Herói-
- 03.00 Jerry Springer

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 Nunca Diga Adeus
- 23.45 Relatos de um Crime

Terça, 5

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Operação Triunfo
- 14.50 Um Estranho em Casa
- 15.40 Picara Sonhadora
- 16.30 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.40 Riscos
- 18.10 Quebra-Cabeças
- 19.05 Campanha Eleitoral
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Grande Informação
- 22.00 Fábrica das Anedotas
- 22.30 Jogo da Espera
- 23.20 «Assalto à 13.ª Esquadra»
- 01.30 Andrómeda
- 02.30 24 horas

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 12.30 Viagem ao Maravilhoso
- 13.00 2010
- 14.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.50 Turmas das Ciências
- 20.20 Girls Friends
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Poltergeist: O Legado
- 00.00 «Decameron»
- 02.00 Conversa Privada

- 08.00 Buérré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Malhação
- 16.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Clone
- 22.30 Debate Ferro Rodrigues-Durão Barroso
- 24.00 «O 18.º Anjo» (Longa-metragem)
- 02.00 Toda a Verdade

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 Nunca Diga Adeus
- 23.45 Herança do Pecado

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 -Sangue na Estrada 2-
- 01.30 -Ranbo, a Vingança do Herói-
- 03.00 Jerry Springer

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Campanha Eleitoral
- 19.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 Nunca Diga Adeus
- 23.45 Filme
- 01.45 Causa Justa

Quarta, 6

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.20 Operação Triunfo
- 14.50 Um Estranho em Casa
- 15.40 Picara Sonhadora
- 16.30 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.40 Riscos
- 18.10 Quebra-Cabeças
- 19.05 Campanha Eleitoral
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Fábrica das Anedotas
- 22.00 Jogo da Espera
- 23.20

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Savimbi

A morte de Jonas Savimbi, na passada sexta-feira, não mereceu a mais breve lamentação por parte de ninguém — e quando dizemos «ninguém» é mesmo «ninguém».

Se exceptuarmos vozes desorientadas de raros elementos da UNITA que continuam espalhados pela Europa, de facto ninguém com peso ou significado político em Angola, em África, na Europa ou no mundo esboçou a mais leve homenagem ao morto ou assinalou o mais discreto lamento pelo ocorrido.

Em contrapartida, todos sem excepção assinalaram a morte do dirigente supremo da UNITA nas matas de Angola, sob as balas do exército angolano, como uma evidente oportunidade para, finalmente, se construir a paz na martirizada pátria de Agostinho Neto. Todos, sem excepção, manifestaram empenho em se aproveitar a ocasião para a tão almejada pacificação do país.

E quando dizemos «todos» falamos também, e principalmente, das chancelarias e governos do mundo que, durante décadas, foram o suporte político, material e logístico das acções predadoras da UNITA, com destaque para os EUA.

Esta expressa unanimidade na expectativa de paz em Angola aberta com a morte do dirigente máximo da UNITA é a melhor demonstração de como Savimbi era aos olhos do mundo, efectivamente, tanto o grande entrave para a paz, como o grande motor da guerra no território.

É isso é bem mais significativo que a indiferença geral à sua morte, cruamente expressa pelo total silêncio que a acompanhou. Aliás, a própria UNITA confirma isso mesmo quando, pela desorientada voz de alguns dos seus representantes na Europa, proclama em simultâneo que «esta é uma oportunidade para a paz» e que «a morte de Savimbi não é a morte da luta da UNITA».

Mas também a reclamada «implantação» do movimento do Galo Negro no território angolano foi desmentida com a morte de Savimbi.

Sabe-se que o líder da UNITA foi abatido em Lucusse, na região de Luena, tendo sido ideia inicial das autoridades angolanas sepultarem-no nesta localidade, após a devida identificação do cadáver perante os jornalistas. Todavia, à última hora, o funeral foi transferido para o cemitério de Luena, e dias depois os jornais explicavam melhor: «Horas depois do enterro», conta, por exemplo, o Diário de Notícias, «a campa de Jonas Savimbi foi destruída, presumivelmente pela população de Luena, que queria retirar o corpo e queimá-lo.» A «implantação» da UNITA em Angola era tanta que, em Lucusse, as populações nem o corpo de Savimbi quiseram receber no cemitério local e, em Luena, até se suspeita de tentativa de destruição do cadáver. Isto numa região não apenas do interior de Angola como de proclamada «influência» da UNITA, para não falar do júbilo generalizado da população de Luanda com a notícia da morte...

Evidentemente, não é nada que nos espante. A história de Savimbi é bem conhecida e está profusamente documentada: ele e a sua UNITA foram criados pela PIDE durante a guerra colonial e, após a independência, continuaram a ser meros instrumentos sanguinários do imperialismo, que este usou até ao fim das suas conveniências. Politicamente, Savimbi já estava morto e, sem apoios, já só massacrava civis indefesos.

Dá o imenso ridículo de, em Portugal, haver quem agora se esforce por transformar o assassino que Savimbi, simplesmente, foi, num herói que, obviamente, jamais poderá ser.

Em frente à SIC, em Carnaxide

Um justo protesto contra a discriminação

Respondendo ao apelo lançado na passada semana pelo PCP, várias centenas de pessoas manifestaram, anteontem, o seu repúdio contra o debate entre Ferro Rodrigues e Durão Barroso, que lesa o direito dos cidadãos a uma informação isenta e não discriminatória, comparecendo na concentração marcada para os estúdios da SIC, em Carnaxide.

Carlos Carvalhas e Vítor Dias — que discursaram em palcos improvisados e envolvidos por uma multidão — foram unânimes em considerar que, sem a participação da CDU, o «simulacro de debate», como lhe chamou Vítor Dias, «corresponderá plenamente aos superiores interesses dos seus intervenientes que é precisamente o de poderem exibir um grande antagonismo e grandes diferenças com a impunidade de não estar lá mais ninguém que lhes possa lembrar as proximidades, acordos e convergências de ontem e de hoje», afirmou este dirigente.

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, referiu que

gostaria de saber «qual a diferença que existe naquele diálogo em relação às privatizações, à moderação salarial, à manutenção dos privilégios fiscais ao off-shore da Madeira, e à banca a às seguradoras».

Vítor Dias lembrou também que «podem a força do dinheiro, os meios de alguns e a falta de princípios de outros consumir factos injustos que lesam o real direito dos cidadãos a uma informação isenta e não discriminatória e a debates pluralistas, mas que nenhum facto consumado pode dar razão a quem a não

tem, tornar decente o que é reprovável, tornar legítimo o que é ilegítimo, tornar democrático o que é manipulador de consciências e vontades». É por isso que a presença do PCP e da CDU «nesta iniciativa de justo protesto contra a discriminação e o atentado ao pluralismo» constitui não só um tempo «bem gasto, mas também um acto simbólico de grande valor democrático que honra as nossas consciências e enobrece as nossas convicções».

Para este dirigente, um debate deste tipo «só pode ser considerado uma encenação política e televisiva premeditadamente organizada para dar ainda maior impacto à furiosa espiral de procedimentos e atitudes que visam manifestamente pressionar os eleitores para uma concentração de votos nos dois partidos.

Conveniências e princípios

A todos aqueles que, nos media de hoje em dia, «tanto se esforçam em dourar a imagem e as atitudes de Ferro Rodrigues por comparação com as de António Guterres», Vítor Dias lembrou que o novo secretário-geral do PS, ao aceitar um debate apenas com o presidente do PSD excluindo os representantes das outras forças partidárias, cedeu ao que Durão Barroso tanto pediu há dois anos e que Guterres não aceitou. «Pode-se dizer que mudam as conveniências mudam as atitudes, mas creio que nesse caso não será grande elogio reconhecer que no PS as conveniências são tudo e os princípios não são nada», prosseguiu.

Accentuando a ideia de que este debate é prejudicial à democracia, Vítor Dias afirmou que, com ele ganharam os que adoram a bipolarização, «porque sabem que esse é o melhor seguro de vida para adiar uma nova política e a alternativa de esquerda», e perderam «o pluralismo de opinião e de proposta, o respeito pela verdadeira realidade política nacional, as regras democráticas e a democraticidade do processo eleitoral e o direito dos portugueses a uma informação e a debates que não sejam cozinhados».

Esta luta pelo pluralismo, como a definiu o secretário-geral do PCP, não deve ser entendida como «um apelo desesperado ou um pungente grito de alma; melhor será que a vejam antes como uma firme recusa de rendição e como a afirmação de uma decidida vontade de resistência, de combate e de luta», afirmou Vítor Dias.



Várias centenas de militantes e simpatizantes do PCP compareceram à manifestação de repúdio por mais esta «manipulação das consciências»

Fórum Social Mundial

Um debate em Setúbal

Há muito que o Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal não era lugar para um debate que reunisse organizações e forças políticas de esquerda. Foi o que aconteceu anteontem à noite. A iniciativa, promovida pelo presidente Carlos Sousa, tinha como objectivo divulgar o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, no Brasil. Na mesa, para além de Carlos Sousa, encontravam-se participantes no Fórum e, embora se pretendesse alargar as «diversas sensibilidades» que haviam estado em Porto Alegre, o peso dos comunistas era visível. Participaram Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central do PCP, Manuel Carvalho da Silva, Secretário-geral da CGTP-IN, o Dr. Fernando Nobre, da AMI, João Vieira, dirigente da CNA, Nuno Ramos de Almeida, do ATTAC, Miguel Portas, do Bloco de Esquerda, e Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamen-

to Europeu, que chegou de Bruxelas ainda a tempo de intervir no debate. Jorge Martins, dirigente da JCP, que também participou no Fórum de Porto Alegre mas não se encontrava na mesa, foi ainda convidado a dizer algumas palavras sobre o empenho e a presença da juventude naquele fórum.

Carvalho da Silva referiu-se ao Fórum, não como um evento mas já como «um processo» que reúne, no fundamental, muitas organizações sociais e políticas que se opõem ao sistema globalizante do capitalismo, e se interrogam e avançam ideias sobre a construção de alternativas, chamando ainda a atenção para a necessidade de um aprofundado debate ideológico e sobre a valorização do trabalho.

O Dr. Fernando Nobre, que fez questão de se afirmar como independente, comparou o Fórum com o seu oposto — a reunião de Davos, que há trin-

ta anos vem definindo uma estratégia de desenvolvimento que não interessa ao resto da humanidade.

Falaram ainda João Vieira, denunciando a estratégia capitalista no sector agrícola; Nuno Ramos de Almeida, cuja intervenção incidiu sobre a questão da dívida externa que estrangula as economias de numerosos países; Miguel Portas, que se debruçou sobre a militarização do poder global, e Ilda Figueiredo, que apelou à reunião de esforços, a nível local, regional e internacional, no sentido da construção de uma alternativa. «Um outro mundo, socialista, é possível», disse. «Vamos trabalhar para isso.»

Albano Nunes, que lembrou ter sido este Fórum muito mais largo e participado, sublinhou o facto de ele se ter realizado num estado brasileiro governado por forças de esquerda. As razões de tal amplitude, disse, mostram que são expressão de

uma realidade social muito mais ampla, a do fracasso do neoliberalismo. É esta, afirmou, que vem substituindo a apatia e a frustração pela resistência e pela luta. O dirigente comunista salientou que em Porto Alegre, tendo-se manifestado um grande acordo quanto à caracterização da realidade, houve uma intensa discussão sobre a natureza exploradora do sistema e sobre qual a saída — uns poucos defendendo pequenas alterações para que tudo fique na mesma, outros, como os comunistas, pronunciando-se pela superação revolucionária do capitalismo. Mas quase todos procurando unir-se em torno de objectivos concretos.



02059

54603199000445